

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

TESE DE DOUTORADO

**LOUIS ALTHUSSER E O PAPEL
POLÍTICO/IDEOLÓGICO DA ESCOLA**

MARCOS CASSIN

ORIENTADOR – PROF. DR. SILVIO DONIZETTI DE OLIVEIRA GALLO

Este exemplar corresponde à redação final
de tese defendida por Marcos Cassin e
aprovada pela comissão julgadora

Data: ____/____/____

Assinatura:
(Orientador)_____

Comissão Julgadora: _____

2002

RESUMO

O objetivo deste trabalho é afirmar a importância de recolocar o referencial althusseriano para as análises em educação e do papel político/ideológico da escola. Para isto, o trabalho foi organizado em três capítulos. O primeiro rerepresentando Louis Althusser a partir do levantamento das primeiras às mais recentes publicações, apontando as principais polêmicas em sua vida e obra. Quanto ao segundo capítulo, este faz uma releitura do texto “Aparelhos ideológicos de Estado” a partir do texto “Sobre a Reprodução”, com o propósito de recuperar conceitos fundamentais da teoria althusseriana para a compreensão da totalidade social e em particular da escola. Finalizando, o terceiro capítulo é uma sistematização das preocupações, teses e análises sobre educação e a escola, encontradas em vários momentos de sua obra. Neste capítulo, também é apresentado o referencial althusseriano como uma possibilidade de superação dos limites que os atuais estudos em educação enfrentam para pensar o papel político/ideológico da escola na reorganização do Capital.

ABSTRACT

The aim of this study is stating the importance of reaffirming the althusserian analyzes in education and the importance of the political/ideological role of school. So, the study has been organized in three chapters. The first one reintroducing Louis Althusser from his to his most recent publications, calling the attention to the main polemic points in his life and work. Concerning the second chapter, it is a reanalyzes of the text “Aparelhos ideológicos de Estado” bases on the text “Sobre a Reprodução”, having the aim of bringing back the fundamental concepts of althusserian theory for the undersanting of the whole of society, particulary of school. Finaly, the third chapter is a rearranging of the worries , the tesis and analyzes about education and school which can be found in several parts of his work. In this chapter, the althusserian referential is also introduced as a possibility of overtaking the limits faced by the current studies in education to bring light to the political and ideological role of school in the reorganization of Capital.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO I – Louis Althusser: polêmicas na vida e obra	07
1.1. – Dados biográficos.....	07
1.2. - Pontos polêmicos e críticos	.
1.2.1. - O movimento comunista.....	12
1.2.2. - O estruturalismo.....	16
1.2.3. - O funcionalismo.....	20
1.3. - Categorias fundamentais	.
1.3.1. – A filosofia.....	21
1.3.2. – O corte epistemológico.....	25
1.3.3. – O marxismo e humanismo teórico.....	29
1.3.4. – O sujeito e a determinação histórica	32
1.3.5. – A ideologia.....	34
CAPÍTULO II – Aparelhos Ideológicos de Estado: uma releitura.....	45
2.1. – A reprodução das relações de produção –	.
Advertência ao leitor.....	48
2.2. – O que é filosofia?.....	50
2.3. – O que é um modo de produção ?.....	54
2.4. – Sobre a reprodução das condições de produção	67
2.5. – Infra-estrutura e Superestrutura.....	70
2.6. – O Direito.....	73
2.7. – O Estado.....	82
2.8. – A Reprodução das Relações de Produção.....	99

CAPÍTULO III – A reorganização do Capital e o Aparelho Ideológico de Estado	
escolar	107
3.1. – A reorganização do Capital como novo contexto econômico,	
social, político e ideológico.....	107
3.1.1. – A revolução técnico-científica.....	108
3.1.2. – Globalização.....	110
3.1.3. – Neoliberalismo	112
3.1.4. – Dívida externa	114
3.2. – Aparelho Ideológico de Estado escolar e a escola.....	115
3.2.1 – Aparelho Ideológico de Estado escolar e a Ideologia..	117
3.2.2. – A Luta de Classes e a Escola.....	119
3.3. – O referencial althusseriano e a análise da educação no contexto	
atual do Capital.....	127
3.3.1 – A Nova Sociologia da Educação	129
3.3.2. – As Teorias das Novas Tecnologias.....	134
3.4. – A escola e o projeto político/ideológico	139
CONCLUSÃO.....	145
BIBLIOGRAFIA	149

INTRODUÇÃO

O trabalho aqui apresentado tem como objetivo reapresentar Louis Althusser e recolocar o referencial althusseriano como contribuição nas análises recentes sobre a educação e sobre o papel da escola no atual contexto econômico, político, social, e ideológico.

Com relação à reapresentação do autor, essa obedece a uma leitura e apresentação inversas às das publicações, o que não significou uma leitura em relação às datas dos escritos do mesmo, ou seja, das mais recentes às mais antigas publicações, isto devido a textos que apareceram publicamente só após a morte do autor.

Esta opção procura acompanhar o sentido da leitura e da apresentação do livro “Ciência e Revolução: o marxismo de Althusser” de Adolfo Sánchez Vásquez. Neste, o autor defende a tese da existência de dois Althusser, um primeiro o dos textos “Por Marx” e “Ler o Capital”, produzidos no início da década de 60 e publicados entre 1964 e 1965, e quanto ao segundo Althusser, este é identificado por Vásquez como o autor dos escritos entre 1967 e 1974, período em que faz uma revisão dos textos da primeira fase.

Esta escolha, a de reconhecer o texto de Vásquez e aceitar a distinção de dois momentos da produção de Louis Althusser, não significa aceitar a tese da existência de dois Althusser, mas sim reconhecer retificações feitas nos textos mais recentes, em relação aos primeiros textos, e que nestes também são ratificadas e desenvolvidas teses

fundamentais do pensamento althusseriano. Neste sentido, o texto que se apresenta reafirma as obras “Por Marx” e “Ler o Capital” como textos fundamentais para a compreensão do pensamento althusseriano, com seus limites e contradições, em grande parte identificados nos escritos posteriores. Portanto, apossar-se do referencial althusseriano é apossar-se de todos os seus elementos constitutivos, o que não se apresenta como uma totalidade em uma ou duas obras do autor, mas no conjunto de sua obra.

Quanto à contribuição do referencial althusseriano às análises educacionais, ela também se coloca como reafirmações que o identificam como contribuição singular que relaciona “educação e ideologia” e como tal relação se constitui em instrumental nas análises que buscam reconhecer o papel da educação, da escola em particular, como um dos instrumentos de reprodução das relações de produção.

Recolocar o pensamento althusseriano no campo educacional é também reafirmar a necessidade de, hoje, buscar instrumentos que possibilitem análises mais amplas, estruturais, na compreensão do papel da educação no contexto de uma sociedade que passa por processos rápidos no que se refere às novas tecnologias e às novas formas de organização do trabalho.

A partir dessas indicações, esse trabalho se constitui numa estrutura composta por três capítulos: o primeiro intitulado “Louis Althusser: polêmicas na vida e obra”, quanto ao segundo capítulo, ele se apresenta como “Aparelhos Ideológicos de Estado: uma releitura” e o terceiro capítulo recebeu o título de “A reorganização do Capital e o Aparelho Ideológico de Estado escolar”.

Quanto ao primeiro capítulo, esse tem como objetivo rerepresentar Louis Althusser através de uma leitura de seus textos numa lógica inversa às suas publicações, ou seja, das publicações mais recentes às mais antigas, buscando apontar as principais questões na polêmica de Althusser com pensadores não marxistas, e também com marxistas do Partido Comunista da França ou não.

O capítulo tem como textos condutores as duas autobiografias de Althusser, a de 1976 que recebeu o título “Os fatos” e a segunda, escrita em 1985, “O futuro dura muito tempo”. Esses dois textos, o primeiro escrito antes do assassinato de sua mulher e o segundo, depois do ocorrido em 1980, são obras em que o autor traça um panorama de sua vida desde sua infância na Argélia até os últimos anos de vida; Althusser morre em 1990, tendo passado pelas suas crises existenciais, resultado de sua relação com a mãe, sua prisão na segunda guerra mundial, suas primeiras crises mentais e tratamentos à base de choques elétricos e sua vida na Escola Normal Superior, além de sua militância no Partido Comunista francês.

Este primeiro capítulo aparece com algumas contribuições e especificidade ao buscar fazer uma leitura do pensamento althusseriano a partir dos textos de sua segunda fase e em relação ao texto de Vásquez, sua singularidade está em conter leituras de textos publicados aos quais Vásquez não teve acesso, como: as duas autobiografias, os manuscritos de seu projeto de pesquisa do final da década de 60, publicado em 1995 na França e em 1999 no Brasil, com o título “Sobre a Reprodução”, o texto “A querela do humanismo” escrito em 1967, mas de conhecimento público só depois da morte de Althusser, além do texto “Maquiavel e nós” não publicado no Brasil. Outra contribuição que se pode observar neste capítulo, e que se diferencia do texto de Vásquez, é que o trabalho aqui apresentado busca fazer uma leitura de Louis Althusser a partir do referencial althusseriano.

A partir do objetivo indicado no primeiro capítulo, o de buscar fazer uma leitura e análise dos últimos escritos e das últimas publicações, o segundo capítulo tem como preocupação retomar a leitura do texto “Aparelhos Ideológicos de Estado”, a partir da publicação do livro “Sobre a Reprodução”. Esta releitura se fez necessária para se atingir dois objetivos.

O primeiro, de demonstrar que hoje os textos de Louis Althusser usados até

então como fontes para a crítica¹ não são mais, sozinhos, suficientes para se ter uma compreensão mais geral do pensamento althusseriano. Com relação especificamente ao texto “Aparelhos Ideológicos de Estado”, publicado em 1971, não pode ser lido como um texto completo, pois o próprio autor o apresenta como notas para pesquisa.

A publicação do livro “Sobre a Reprodução” é a apresentação pública dos manuscritos do primeiro tomo de um projeto de dois tomos, tendo como preocupações centrais a “Reprodução das Relações de Produção”, no primeiro, e “A Luta de Classes”, no segundo tomo. Esse livro possibilitou uma nova leitura do conceito de Aparelhos Ideológicos de Estado, mostrando os limites e lacunas do texto publicado em 1971², sendo esse um dos objetivos do segundo capítulo.

O segundo objetivo desse capítulo é recolocar os conceitos de reprodução, Estado, Aparelhos ideológicos, escola e ideologia, a partir dos dois textos acima citados, pois representam a forma mais sistematizada de tais conceitos, no pensamento althusseriano, fundamentais para se compreender o papel da escola nas sociedades capitalistas, objeto do terceiro capítulo.

Com relação ao terceiro e último capítulo, ele é dividido em três partes. A primeira se refere a apresentação do contexto atual, a partir dos elementos que o compõe, segundo Marta Harnecker: a revolução técnico-científica, globalização, neoliberalismo e a dívida externa dos países subdesenvolvidos.

Quanto a segunda parte, essa é uma sistematização do que Althusser apresenta em relação à educação e, em especial, à escola. Aqui também são apresentadas várias inferências em relação à escola e à luta ideológica, como parte da luta de classes, no interior do Aparelho ideológico de Estado escolar e da própria escola a partir das

¹ Os textos aqui referidos são “Por Marx”, “Ler o Capital” e “Aparelhos Ideológicos de Estado”, essa é a bibliografia que a grande maioria dos críticos de Althusser utilizam. Sendo os dois primeiros objeto de severas críticas que em grande parte assumidas e retificadas nas obras posteriores, essa discussão foi objeto do primeiro capítulo aqui apresentado. Com relação ao texto “Aparelhos Ideológicos de Estado”, ele é objeto do segundo capítulo.

² O livro “Aparelhos Ideológicos de Estado” é parte, um terço, e não um texto diferente do que se apresenta no livro “Sobre a Reprodução”.

referências apresentadas no capítulo anterior.

A terceira parte do capítulo tem como objetivo defender que a recuperação do referencial althusseriano pode dar uma contribuição singular para as análises que buscam compreender o papel da educação e da escola em particular, na sua relação com a sociedade. Aqui, também, demonstra-se a contribuição que Althusser pode dar a essa problemática, o retorno às análises mais amplas, estruturais, desta relação entre educação e sociedade. Análises que, na sua maioria, se perderam com o aparecimento de novas tendências nas pesquisas educacionais.

Nesse capítulo, a contribuição singular, análises mais amplas e estruturais, do referencial althusseriano, no atual debate sobre educação, pode ser justificada a partir dos limites das teorias que dominam este debate: a Sociologia do Currículo, ou Nova Sociologia da Educação, e as Teorias das Novas Tecnologias. Para isso, foram utilizadas as críticas apresentadas pelo professor Tomaz Tadeu da Silva, centradas principalmente nos textos, “O que produz e o que reproduz em educação”, de 1992, “Identidades Terminais: As transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política”, 1996, e “Documentos Terminais. Uma introdução às teorias do currículo”, 1999.

A escolha dos textos do professor Tomaz Tadeu da Silva não significa a defesa do conjunto de sua produção, pois não a conhecemos, mas a escolha dos textos mencionados acima deu-se pela concordância na apresentação dos limites e críticas à Nova Sociologia da Educação e às Teorias das Novas Tecnologias.

Portanto, a organização dos capítulos se deu a partir das críticas aos autores críticos de Althusser que limitam estas às suas análises referentes aos textos “Por Marx” e “Ler o Capital”, objeto do primeiro capítulo e do texto “Aparelhos Ideológicos de Estado”, objeto de análise do segundo capítulo, fechando com o terceiro capítulo em que se afirma que a releitura de Louis Althusser, na perspectiva apresentada dos dois

capítulos anteriores, pode dar uma contribuição singular ao atual debate sobre educação e apresentar uma nova perspectiva do pensamento althusseriano.

CAPÍTULO I

LOUIS ALTHUSSER: POLÊMICAS NA VIDA E OBRA

1.1. - Dados biográficos

Louis Althusser, importante filósofo francês, desaparecido em 1980, reaparece em 1990 em virtude de sua morte e da publicação de suas duas autobiografias em 1992, a primeira escrita em 1976 intitulada “ **Os fatos**”, a segunda, em 1985 com o título “**O futuro dura muito tempo**”³.

Ao nos referirmos ao desaparecimento de Althusser, o fazemos enquanto decorrência do assassinato de sua esposa, em uma de suas crises profundas de depressão.

Althusser não foi a julgamento pelo crime que cometeu; ele se beneficiou do artigo 64 do Código Penal francês, que o classificou em *estado de não-responsabilidade jurídico-legal*. Esse veredito o levou diretamente à internação num hospital psiquiátrico e à condenação pública pelo resto de sua vida. Mesmo curado de mais uma crise de sua doença, a opinião pública jamais o absolveu, pois esta nunca

soube distinguir a “loucura” dos estados agudos da “doença mental” , qualificando-o como “louco” e condenando-o a ser um *desaparecido*, expressão que Foucault usou para designar o louco.

Sua condição de desaparecido não se restringiu à sua pessoa física, mas também à do filósofo, do militante, do pensador marxista e de tudo que representou nas décadas de 60 e 70.

A importância do reaparecimento de Althusser está em devolver à sua obra a relevância que de fato tem, e apontar contribuições que seus escritos podem dar à compreensão das transformações ocorridas na sociedade hoje.

Louis Althusser⁴ nasceu em 16 de outubro de 1918, na cidade de Argel, no distrito de Birmandrêis. Seu pai, Charles Althusser⁵, era bancário, começando como contínuo e ao se aposentar, ocupava a vice-diretoria do banco na cidade de Lyon. Sua mãe, Luciene Berger era professora, mas ao se casar deixou de exercer a profissão para cuidar dos filhos. A família de Louis Althusser se completava com sua irmã mais nova de nome Georgette.

Althusser viveu sua infância na capital da Argélia. De Argel, mudou-se para a cidade de Marseille, em 1930. Seu pai havia recebido uma promoção no banco e foi transferido para esta cidade, onde fez seu curso secundário, no Liceu Saint-Charles, vivendo nesta cidade até 1936.

De Marseille mudou-se para Lyon (novamente seu pai tinha sido transferido); nesta cidade, fez o curso preparatório, no Liceu do Parc, para a **Escola Normal Superior**. Neste período participou dos círculos católicos conservadores da

³ No Brasil, as duas biografias foram publicadas juntas em 1993, pela editora Companhia das Letras com o título “O FUTURO DURA MUITO TEMPO”, seguido de “OS FATOS”.

⁴ Louis Althusser recebeu o mesmo nome de seu tio morto em combate na primeira grande guerra, que era noivo de sua mãe (Luciene).

⁵ Charles, também combatente, em uma de suas licenças substituiu o compromisso do irmão, casando com Luciene.

cidade. Em agosto de 1939, passou no concurso de ingresso para a Escola Normal Superior, em Paris. Apesar de aprovado, Althusser, não ingressou devido à convocação para servir, como soldado, na guerra que havia iniciado. Como soldado, deslocou-se para o norte da França e lá, foi feito prisioneiro e levado para a Alemanha, onde permaneceu até o final da guerra em um campo de concentração. Na prisão, tomou contato com o marxismo através do francês Pierre Corrèges.

Ao ser libertado, voltou para Paris e ingressou na Escola Normal Superior, seis anos depois da aprovação no concurso. Nessa instituição, trabalhou mais de trinta anos como professor e secretário.

Na Escola Normal Superior, conheceu Georges Lesèvre, um ex-aluno de Lyon, que como ele, tinha-se atrasado no ingresso à escola, por ter participado da resistência francesa durante a guerra. Através dele, Althusser entra para a juventude republicana e também por meio dele, vai conhecer Hélène, socióloga e militante comunista que participou da resistência francesa durante a 2ª Guerra Mundial.

Com Hélène, sua futura esposa, oito anos mais velha do que ele, vai ter sua primeira relação sexual, aos 29 anos, experiência que o leva a uma profunda depressão, a primeira de sua doença mental, que o fez passar alguns meses internado, no hospital Sainte-Anne, em tratamento à base de eletrochoque: sofria de psicose maníaco-depressiva.

Em 1948, entra para o **Partido Comunista**. Este ano também é marcado pela sua aprovação, no exame da “agrégation” da Escola Normal Superior, tornando-se portanto, professor titular. Nessa, sua vida intelectual foi construída, desenvolvida e encerrada com o trágico episódio de 1980, o assassinato de Hélène.

Conheceu e conviveu com grandes pensadores de sua época, na França. Foi aluno de Desanti e Merleau-Ponty, polemizou com Sartre, foi amigo de Lacan, Foucault e Poulantzas, se inspirou em Cavallès e Canguilhem, entre outros. Em seus primeiros anos de escola, era grande conhecedor do pensamento de Descartes, Malebranche,

Pascal, Platão e um pouco de Hegel, Kant, Bachelard, Rousseau, Spinoza e Bergson. Quanto a Marx, ao entrar para a escola, tinha pouco conhecimento, mas em pouco tempo passou a ser um grande conhecedor de sua obra.

Em 1962, passou a colaborar no periódico “La Pensée”. Com a publicação em 1965 dos livros “Por Marx” e “Ler O Capital”, é reconhecido como pensador marxista. Entre outros textos, publicou “Freud e Lacan”(1965), “Lenin e a filosofia”(1968), “Aparelhos Ideológicos de Estado”(1970), “Resposta a John Lewis”(1972), “Elementos de autocritica”(1973), “Posições” e “Marx e Freud”(1976), em 1978 escreveu uma severa crítica ao Partido Comunista Francês, “O que não pode mais durar no PCF” . Também escreveu duas autobiografias, uma com o título ”Os Fatos”, de 1976, e a segunda “O futuro dura muito tempo”, de 1985, sendo a primeira escrita antes de ter assassinado sua esposa Hélène e a outra, após o fato. Ambas foram publicadas depois de sua morte em 1990.

Sua obra teve grande repercussão na França e em vários países, principalmente em países da América Latina. A influência de Althusser na América Latina se deu, em grande parte, através de uma de suas alunas, na primeira metade da década de sessenta, a chilena Marta Harnecker, que ao voltar para o continente americano, especificamente para Cuba, elaborou um manual de materialismo histórico que, apesar de não ser muito bom, na afirmação de Althusser, era a única obra do gênero no continente e sua tiragem de, aproximadamente dez milhões, de exemplares serviu como importante instrumento de formação teórica e política para milhares de militantes.

Essa influência fez Althusser ser alvo de elogios, como o de grande pensador marxista, de críticas severas e de filiações a correntes filosóficas, como a estruturalista e a funcionalista.

Dentre as várias identificações filosóficas, é com o estruturalismo que mais surgiram polêmicas. Esta polêmica deve ser entendida numa conjuntura em que o marxismo achava-se “ameaçado”, sobretudo depois de 1956, data do XX Congresso do

PCUS, período em que os limites do Estado soviético passaram a ser o centro dos debates interna e externamente à União Soviética.

Althusser participou do debate e sua contribuição deve ser entendida em dois momentos distintos:

O primeiro, que culmina em 1965, no qual tenta demonstrar o vigor científico do Materialismo Histórico, sendo que naquele momento sua cientificidade estava encoberta por ideologias. Para tal conclusão, utilizou-se da categoria de ruptura de Bachelard e este procedimento levou ao exagero de opor a ciência à ideologia, resultando na secundarização da luta de classes em suas análises.

O segundo momento inicia-se por volta de 1967, quando passa a definir a filosofia como, em última instância, **luta de classes na teoria** e não mais como **teoria das práticas teóricas**, como havia definido no período anterior. A nova definição da filosofia faz com que a luta de classes retorne a ser uma categoria fundamental no pensamento althusseriano. Esse momento também é marcado pela autocrítica do autor aos seus primeiros escritos. Em sua autobiografia de 1976 afirma:

Acrescento, para nada esquecer de minhas torpezas teóricas, que eu havia publicado na primavera de 1966, ao mesmo tempo que apareceu em *la Pensée* o mau artigo sobre o "trabalho teórico", um grande texto sobre a formação teórica que os cubanos traduziram e que me foi solicitado de todo o lado. Escrevi também outro texto, mais ambicioso, sobre o socialismo ideológico (sic) e o socialismo científico, que, este, não foi publicado, felizmente. Lendo esses ensaios, poder-se-á julgar a que ponto pude ceder, seguindo a moda da época, e em função do sucesso real das escolas de formação teórica da UJC m-l, à tentação que mais tarde critiquei sob a forma de "teoricismo".⁶

Nessa segunda fase de sua produção teórica, Althusser, ao vincular a filosofia com a política, aproxima-se do pensamento de Antonio Gramsci. A

aproximação também se deu nas concepções de Estado ampliado, intelectuais orgânicos, hegemonia ideológica e a tese de que “a ideologia tem uma existência material”.

As duas fases que marcaram a obra de Althusser provocaram grande polêmica na sua elaboração, retificação e ratificação de tópicos como filosofia, corte epistemológico, humanismo, determinação histórica e outros que merecem ser apontados, devido às polêmicas criadas no interior, e fora, do marxismo.

1.2. - Pontos polêmicos e críticos

1.2.1. – O movimento comunista

Louis Althusser tem praticamente toda sua vida, de militante político e intelectual, vinculada ao movimento comunista, e mais especificamente às fileiras do Partido Comunista da França. Ele fez parte do Comitê Central e do Bureau Político. Althusser foi personagem de grande polêmica dentro e fora do movimento comunista, nas décadas de 60 e 70.

Crítico do revisionismo soviético, no XX Congresso do PCUS e próximo aos maoistas, em seus textos, "Por Marx" e "Ler 'O Capital'", propõe fazer uma "re-leitura" do marxismo, recolocando-o como teoria científica do proletariado, condição abandonada pelo movimento comunista mundial capitaneado pelos soviéticos, momento em que faz críticas ao que chamou de "esparrela humanista" promovida pelo PCUS, após seu XX Congresso, ao mesmo tempo em que faz críticas ao materialismo mecanicista de Stálin.

⁶ Louis ALTHUSSER, Os Fatos, IN: O futuro dura muito tempo, 310-311.

Quanto à chamada desestalinização da URSS, também chamada de crítica ao personalismo promovido por Stálin, Althusser escreve um pequeno artigo intitulado "Notas sobre 'A crítica do culto da personalidade'", em 1972. Nessas notas, o autor chama a atenção para a insuficiência do termo "stalinista" para explicar 30 anos de direção política de Stálin na URSS e na IIIª Internacional, da qual grande parte do movimento comunista mundial dependia, questionando a naturalidade com que se deixavam para trás mais de trinta anos de uma linha política e de práticas sociais, políticas e ideológicas que marcaram os comunistas soviéticos e de todo o mundo.

Junto com o termo, stalinismo, aparece o conceito de "culto da personalidade" a partir do XX Congresso do PCUS, conceito de pretensões teóricas e de alcance político.

...o conceito de "culto da personalidade" não era um simples nome para uma coisa: não se contentava em designar *fatos* (os "abusos", as "violações da legalidade socialista"). Continha ao mesmo tempo - pois isso lhe era abertamente atribuído - pretensões *teóricas* (explicativas): era encarregado de explicar a "essência" dos fatos que designava. Foi certamente desse modo que tal expressão foi politicamente utilizada.

Ora, esse pseudoconceito - pronunciado na solenidade dramática que todos conhecem - denunciava determinadas práticas: "abusos", "erros" e em certos casos, "crimes". Nada explicava acerca de suas condições, de suas causas; em suma, de sua determinação *interna* e, conseqüentemente, de suas formas. Mas, em troca, como tinha a *pretensão* de explicar o que na verdade não explicava, esse conceito não podia senão desencaminhar aqueles a quem deveria edificar. É preciso falar ainda mais claramente? Reduzir os graves eventos de 30 anos de história soviética e comunista a essa pseudo-explicação mediante o "culto", não podia ser o erro ou o lapso de um intelectual anti-religioso: era, como todos sabemos, um ato político de dirigentes responsáveis, um certo modo *unilateral* de colocar os problemas, não do que vulgarmente se chama de "stalinismo", mas do que me parece necessário designar - a não ser que nos recusemos a

*pensar - com um conceito, ainda que provisório: o desvio "stalinista".*⁷

Louis Althusser, ao criticar o conceito de “culto da personalidade” e propondo substituí-lo pelo de “desvio stalinista”, segundo ele “provisório”, propõe uma análise mais ampla do período “stalinista” do que as feitas pelos documentos oficiais, do movimento comunista internacional, orientados pelas resoluções do XX Congresso do PCUS. Segundo Althusser, essas análises não conseguiram dar explicações marxistas ao período, e ao se limitarem a assinalar certos fatos, não se diferenciaram

de denúncias bem anteriores, as da ideologia burguesa mais anticomunista e as da teoria trotskista "anti-stalinista"; tal como nos foi revelado, circunscrito simplesmente às "violações da legalidade socialista", quando na verdade os comunistas da URSS e do mundo tinham dele uma experiência infinitamente mais "ampla" - nesses termos, o desvio "stalinista" podia, em seu limite, provocar, além de sua exploração "clássica" pelos anticomunistas e anti-soviéticos, tão-somente duas atitudes possíveis. *Uma crítica de esquerda*, que aceitando falar de desvio, ainda que muito contraditoriamente, se lança, para *qualificá-lo*, à pesquisa séria de suas causas históricas fundamentais, - ou seja, com o perdão de J. Lewis, não ao Homem (ou à Personalidade), mas à Superestrutura, às relações de produção, e, portanto, ao estado das relações de classe e das lutas de classe na URSS - uma crítica que pode então, mas somente então, falar com conhecimento de causa não apenas do Direito violado, mas das razões de sua violação. *Ou uma crítica de direita*, que se atém e se limita a certos aspectos da superestrutura *jurídica*, podendo então, certamente, invocar o Homem e seus Direitos, e opor o Homem à violação de seus Direitos (ou os simples "conselhos operários" à "burocracia").

O fato é que, praticamente, sempre *se escudou* apenas uma única crítica, a segunda. E a fórmula oficial da crítica do "culto", das "violações da legalidade socialista", longe de rechaçar o anticomunismo burguês mais violento, longe de manter à distância o anti-stalinismo trotskista, fornece-lhes um argumento

⁷ Louis ALTHUSSER, Notas sobre “ A crítica do culto da personalidade, IN: POSIÇÕES, 54.

histórico *inesperado*: um argumento no qual ambos encontram uma justificação, um segundo alento e uma segunda vida.⁸

As críticas de Althusser às análises e às práticas decorrentes da nova política soviética, não significaram uma defesa a Stálin, mesmo porque os livros publicados em 1965 e outras publicações demarcaram o pensamento do autor enquanto opositor ao materialismo mecanicista de Stálin, como, também, opositor aos críticos do "stalinismo" que acabaram distanciando-se do marxismo e caindo no humanismo teórico. O que nosso autor procura fazer é demonstrar a insuficiência das análises feitas até então, para entender a realidade soviética e o próprio movimento comunista no período em que Stálin estava no poder.

Os acontecimentos na União Soviética dividem o movimento comunista no mundo; a maior parte dos Partidos Comunistas dos outros países seguiram a nova linha traçada por Moscou, "a desistalinização da URSS e dos Partidos Comunistas no mundo".

Na França, o PCF adota a nova linha política decorrente do revisionismo soviético, postura que divide os militantes franceses, e vários amigos e a própria mulher de Althusser, Hélène, saem do Partido. Mas, contraditoriamente, Althusser, um de seus mais violentos críticos, permanece como membro do PCF. Apesar de sua permanência, suas críticas e denúncias não diminuíram; ele debate duramente com dirigentes do Partido em relação ao humanismo teórico que passou a ser o referencial da direção do PCF. Denuncia a ausência, o silêncio e a orientação do Partido aos operários, no movimento de 68 na França. Faz críticas ao Partido com relação a seu posicionamento a respeito da revolução argelina. E em 1978 vai sistematizar e publicar suas mais violenta crítica ao PCF: publica 4 artigos no "Le Monde", que vão mais tarde compor o livro "O que não pode durar no Partido Comunista". Nesses textos discorda da avaliação do PCF a respeito da derrota eleitoral que a união de esquerda, PS (Partido Socialista) e PCF, sofreram naquele ano. Também condena a direção do PCF por não ter aberto livremente

⁸ Louis ALTHUSSER, Notas sobre "A crítica do culto da personalidade, IN: POSIÇÕES, 55-56

o debate no interior do PCF e que este atribuía a derrota exclusivamente ao PS. Ainda nessas publicações discorda da organização do Partido, afirmando que a organização hierárquica foi importante, na revolução leninista de 1917, na resistência francesa durante a segunda Grande Guerra, mas que, naquele momento, era anacrônico. Outras críticas que se encontram nesses textos referem-se à ideologia do Partido, e que ela conduzia o Partido à prática de seu isolamento em relação às massas e seus movimentos.

1.2.2. – O estruturalismo

Segundo François Dosse, Althusser em seu debate com o “marxismo stalinista” e com o humanismo teórico sustentou suas críticas e ambas concepções no estruturalismo. Referindo-se a Althusser, Dosse afirma:

Ele tenta levar a bom termo um empreendimento difícil, uma verdadeira aposta que equivale a colocar o marxismo no centro da racionalidade contemporânea ao preço de seu desligamento da práxis, da dialética hegeliana, a fim de suplantar a vulgata stalinista em uso, fundada num economicismo mecânico.

Para realizar tal deslocamento, Althusser apóia-se no estruturalismo e apresenta o marxismo como o único capaz de realizar a síntese global do saber e de instalar-se no âmago do paradigma estrutural.⁹

Outros autores, como Walter J. Evangelista, não compartilham da vinculação que Dosse faz entre Althusser e o estruturalismo. Para Evangelista, a aproximação de Althusser com o estruturalismo foi uma tática para combater o dogmatismo stalinista e a “certas antropologias existencialistas e certas filosofias do homem”. Para ele, esta aproximação não significou a adesão ao estruturalismo e nem o abandono ao marxismo.

⁹ François DOSSE, História do Estruturalismo I, 329

Para espanto geral e pânico de alguns, vai mais longe: parece passar para o lado dos estruturalistas. Na realidade, aproveita-se, momentaneamente, dessa moda para desvencilhar o marxismo de velhas filosofias e promover um rejuvenescimento de alcance mundial, que se tornou conhecido como um *(re) começo do Materialismo Dialético*.¹⁰

Althusser não estava alheio às diferentes compreensões a respeito de sua relação com o estruturalismo, e em seu texto “Elementos de Autocrítica” faz referências às críticas recebidas a partir da publicação de seu texto de 1965.

... a experiência das críticas recebidas (não as negligenciei: algumas eram muito pertinentes) e a reflexão que se seguiu, acredito poder, seis anos depois, manter os termos de minha breve, mas precisa autocrítica de 1967, e identificar em meus primeiros ensaios (*Pour Marx, Lire le Capital*) um desvio principal *teoricista* (= racionalista-especulativo), e, em *Lire le Capital*, seu subproduto circunstancial, um flete muito ambíguo com a terminologia estruturalista.¹¹

O fato de utilização de uma certa terminologia estruturalista não pode defini-lo como seguidor desta corrente; com isso devemos concordar com o autor, uma vez que Marx para formular sua teoria, utilizou-se também de termos e conceitos identificados com o estruturalismo, como por exemplo, os conceitos de estrutura, elementos, lugar, relações, determinações por relações, formas e formas transformadas, entre outros. Althusser, ainda em seu texto “Elementos de Autocrítica”, busca demarcar os limites do estruturalismo e do marxismo, ao se referir aos conceitos e termos “estruturalistas” usados por Marx.

¹⁰ Walter J. EVANGELISTA, IN: Louis Althusser, Freud e Lacan - Marx e Freud, 9-10

¹¹ Louis ALTHUSSER, Elementos de Autocrítica, IN: Posições, 99

Não é por isso que Marx é... um estruturalista, pois ele não é um *formalista*... os conceitos de Marx são utilizados e confinados em limites precisos; e eles são submetidos a outros conceitos que definem seus *limites de validade*: os conceitos de processo, de contradição, de tendência, de limite, de dominação, de subordinação, etc. ...

Alguns puderam dizer, ou dirão um dia, que o marxismo se distingue do estruturalismo pela *prioridade do processo sobre a estrutura*. Formalmente isso não é falso, mas é também verdade em Hegel! Se quisermos atingir o âmago da questão, é necessário ir muito além. Pois pode-se conceber também um *formalismo do processo* (de que os economistas burgueses nos oferecem, cada dia, a caricatura), e então um estruturalismo ...do processo! Em verdade, é necessário colocar a pergunta do estatuto estranho desse conceito decisivo na teoria marxista que é o conceito de *tendência* (lei tendencial, lei de um processo tendencial, etc.). No conceito de tendência, aflora de fato não somente a *contradição* interna ao processo (o marxismo não é um estruturalismo, não porque ele afirma o primado do processo sobre a estrutura, mas porque afirma o primado da contradição sobre o processo; no entanto, isso não é suficiente), mas ainda outra coisa, que política e filosoficamente é muito mais importante, a saber o estatuto singular, e sem exemplo que faz da ciência marxista uma ciência *revolucionária*. Não somente uma ciência de que os revolucionários podem se servir para a revolução, mas uma ciência de que eles podem se servir porque ela está, no dispositivo teórico de seus conceitos, *sobre posições teóricas de classe revolucionárias*.¹²

O debate sobre o estruturalismo levou Althusser a se posicionar a respeito dessa corrente de pensamento, afirmando que o estruturalismo não era uma filosofia terminada, mas um "conjunto de temas difusos" que não conseguia ter uma unidade de pensamento sistemático.

O estruturalismo, nascido de problemas teóricos encontrados por cientistas em sua prática (em Lingüística, depois de Saussure, em Etnologia, depois de Boas e Lévi-Strauss, em Psicanálise, etc.),

¹² Louis ALTHUSSER, Elementos de Autocrítica, IN: Posições, 100-101

não é uma "Filosofia de filósofos", mas uma "Filosofia", ou uma "ideologia filosófica de cientistas". O fato de seus temas serem difusos e flutuantes, e seu limite mal definido, não impede, no entanto, de caracterizar a sua *tendência geral*: racionalista, mecanicista, mas, acima de tudo, *formalista*. Até ao limite (e isso pode-se ler em certos textos de Lévi-Strauss e nos lingüistas ou outros lógicos filosofantes), o estruturalismo (seria melhor dizer: certos estruturalistas) tende para o ideal da *produção do real sob o efeito de uma combinação qualquer de elementos*.¹³

A crítica ao estruturalismo, como forma de pensar a realidade a partir de um conjunto de elementos quaisquer, a distinção do marxismo quanto a essa corrente (apesar de se utilizar de alguns de seus termos e conceitos) e de sua não vinculação com o estruturalismo, é reafirmada por Althusser em um de seus últimos textos, de 1986 (o auto-biográfico "O futuro dura muito tempo").

E quando veio a moda da ideologia "estruturalista", que apresentava a vantagem de romper com todo psicologismo e historicismo, pareci seguir o movimento. Não descobríamos em Marx a idéia não de combinatória (de elementos quaisquer), mas de combinação de elementos distintos apropriados a constituir a unidade de um modo de produção?... Ora, desde o início havíamos insistido na diferença estrutural entre *combinatória* (abstrata) e *combinação* (concreta), o que, justamente, era o problema. Mas quem percebeu isso? Ninguém prestou atenção nessa diferença. Acusaram-me, no mundo inteiro, de estruturalismo, de justificar a imobilidade das estruturas na ordem estabelecida e a impossibilidade da prática revolucionária, quando eu tinha, no entanto, mais que esboçado, a propósito de Lenin, uma teoria da conjuntura.¹⁴

¹³ Louis ALTHUSSER, Elementos de Autocrítica, IN: Posições, 99-100

¹⁴ Louis ALTHUSSER, O futuro dura muito tempo, 165-166

1.2.3. – O Funcionalismo

A identificação de Althusser à teoria funcionalista teve uma dimensão muito menor do que ao estruturalismo. Ele próprio se manifesta muito pouco a respeito da acusação.

Seus críticos a fizeram mais especificamente ao texto "Aparelhos Ideológicos de Estado", onde, Althusser apresenta seu conceito ampliado de Estado, afirmando que o Estado é composto de seu aparato repressor e de um aparato ideológico, sendo este composto por aparelhos ideológicos, instituições sociais, com a função de produzir e reproduzir as idéias dominantes para a produção e reprodução das relações de dominação de classe de uma determinada sociedade.

Essa análise levou seus críticos acusarem-no de funcionalista, método de interpretação que considera

a sociedade como uma estrutura complexa de grupos ou indivíduos, reunidos numa trama de ações e reações sociais; de outro, como um sistema de instituições correlacionadas entre si, agindo e reagindo umas em relação às outras. Qualquer que seja o enfoque, fica claro que o conceito de sociedade é visto como um todo em funcionamento, um sistema em operação. E o papel das partes nesse todo é compreendido como *funções* no complexo de estrutura e organização.¹⁵

Um dos poucos momentos, se não o único, em que Althusser se pronuncia a respeito da acusação de funcionalista, aparece no texto “Nota sobre Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE)”.

A crítica que mais freqüentemente foi dirigida contra meu ensaio de 1969/1970 sobre AIE foi de *funcionalismo*. Quiseram ver, em minhas notas teóricas, uma tentativa de recuperar, em favor do

¹⁵ Eva Maria LAKATOS, Sociologia Geral, 35

marxismo, uma interpretação que definisse os órgãos somente por suas funções imediatas, *fixando*, desse modo, a sociedade no interior de certas instituições ideológicas, encarregadas de exercer funções de submetimento em última análise, uma interpretação não dialética, cuja lógica mais profunda excluiu toda a possibilidade de luta de classes.

Penso, no entanto, que não leram, com suficiente atenção, as notas finais de meu ensaio, em que sublinhava o caráter *abstrato* de minha análise e punha explicitamente no centro de minha concepção a luta de classes.¹⁶

1.3. - Categorias fundamentais

1.3.1. – A filosofia

A definição da filosofia que Althusser faz em seus escritos de 1965, "Por Marx" e "Ler O Capital", como "teoria da prática teórica", vai ser duramente criticada, levando-o a retificá-la e qualificá-la como "concepção quase positivista em que a filosofia é como a 'ciência das ciências'"¹⁷, retificação que aparece pela primeira vez em seu prefácio da edição italiana de "Ler O Capital" em 1966, e em seu texto "Resposta a John Lewis" de 1972, quando volta a referir-se a seu "erro teorístico".

E minha autocrítica é a seguinte:

Se eu não atentei para o *fato* assinalado por J. Lewis, para a presença das referidas categorias filosóficas *após* o "corte epistemológico", foi por uma razão de fundo teórico: porque identifiquei o "corte epistemológico" (= científico) e a revolução *filosófica* de Marx. Mais precisamente: eu pensei a revolução filosófica de Marx como idêntica ao "corte epistemológico". Por conseguinte, pensei a filosofia à luz do modelo de "a" ciência e, logicamente, escrevi que em 1845 Marx operou um *duplo* "corte", científico e filosófico.

¹⁶ Louis ALTHUSSER, Aparelhos Ideológicos de Estado, 109

¹⁷ Idem, O futuro dura muito tempo, 165

É um erro. É um exemplo do desvio *teoricista* (racionalista-especulativo) que denunciei em minha breve autocrítica à edição italiana do *Lire le Capital* (1967), reproduzido na edição inglesa. Muito esquematicamente, esse erro consiste em crer que a filosofia é uma *ciência* e que, como toda a ciência, tem 1º) um *objeto*; 2º) um *começo* (o "corte epistemológico" no momento em que surge no universo cultural pré-científico, ideológico); e 3º) uma *história* (*comparável à história de uma ciência*). *Esse erro teoricista encontrou sua expressão mais nítida e mais pura na fórmula: a Filosofia é "Teoria da prática teórica"*.¹⁸

A partir de sua auto-crítica, Althusser passa a construir uma nova definição da filosofia, e em 1967, no curso "Filosofia e filosofia espontânea dos cientistas" propõe novas formulações:

a filosofia, que não tem um objecto (*como uma ciência tem um objecto*), tem campos de luta, *a filosofia não produz conhecimentos mas enuncia Teses, etc. As Teses abrem o caminho à posição justa dos problemas da prática científica e da prática política, etc.*¹⁹

Nessa nova formulação da filosofia, Althusser chama a atenção, admitindo que ainda é uma formulação esquemática e que necessita ser trabalhada e completada.

Apesar de ainda ser uma formulação inicial, já aponta a tendência de sua nova definição de filosofia, aproximando a filosofia da política e identificando a sua dimensão prática.

Em sua auto-biografia "O futuro dura muito tempo", Althusser aponta como a definição de filosofia foi construída a partir da relação filosofia e política.

...com a minha experiência da prática filosófica, e cheguei primeiramente a fórmulas do tipo: "a filosofia representa a

¹⁸ Louis ALTHUSSER, Resposta a John Lewis, In: Posições I, 43

¹⁹ Idem, Filosofia e filosofia espontânea dos cientistas, 8

ciência junto à política e a política junto à ciência", e, mais tarde: "a filosofia é 'em última instância' luta de classes na teoria". Continuo a me ater com unhas e dentes a esta última fórmula que, naturalmente, causou escândalo. Em função de minha concepção do materialismo, construí todo um sistema da filosofia como tendo não objeto (no sentido em que uma ciência tem objetos), mas implicações polêmicas e práticas, e assim engajei-me, a partir do modelo do pensamento político em que eu trabalhava simultaneamente, numa concepção polêmica e prática da filosofia.²⁰

A última definição de filosofia, "a filosofia é 'em última instância', luta de classes na teoria", levou à necessidade de Althusser melhor explicar o significado de "em última instância", e em nota de rodapé de seu texto "Resposta a John Lewis", afirma:

Quero precisar bastante: *em última instância*; para que não me façam dizer o que eu não disse. Eu digo: a filosofia é, em última instância, luta de classe na teoria - e não; a filosofia é, *pura e simplesmente*, luta de classes na teoria.

Para orientar o leitor que poderia ficar desconcertado com essa fórmula, extremamente condensada, dou aqui três indicações: 1º) por sua abstração, sua racionalidade e sua sistematicidade, a filosofia certamente figura "na" teoria, na vizinhança das ciências, com as quais mantém relações específicas: mas a filosofia não é (uma) ciência; 2º) ao contrário das ciências, a filosofia mantém uma relação íntima com a tendência de classe das *ideologias* que, em última instância, são *práticas* e não pertencem à teoria (as "ideologias teóricas" seriam, em última instância, destacamentos das ideologias práticas na teoria); 3º) em todas essas formulações, a expressão "em última instância" designa "a determinação em última instância", o aspecto principal, o "elo decisivo" da *determinação*: implica, portanto, a existência de um ou vários aspectos secundários, subordinados, superdeterminados, superdeterminantes já que há outros. Assim, a filosofia não é apenas luta de classes na teoria, nem as ideologias são apenas práticas: mas são "em última instância".

²⁰ Louis ALTHUSSER, O futuro dura muito tempo, 152

Talvez nem sempre se tenha apreendido o alcance *teórico* da tese política de Lênin sobre o “elo decisivo”.²¹

Essa nova definição da filosofia, levou Althusser a retificar, também, sua compreensão do papel da filosofia, que até então a definia como aquela que “remenda” o tecido filosófico estragado pela irrupção das ciências, corte epistemológico, causando rupturas filosóficas na unidade filosófica anterior.

Sua nova compreensão o leva a identificar a relação da filosofia com o Estado e com o poder do aparelho de Estado, mais precisamente,

com a unificação, a sistematização da ideologia dominante, peça-chave da hegemonia ideológica da classe no poder. Pareceu-me então que a filosofia dos filósofos assumia esse papel de contribuir para unificar numa ideologia dominante, a serviço da classe dominante assim como a serviço da classe dominada, os elementos contraditórios ideológicos que toda classe dominante encontra diante de si ou contra si ao chegar ao poder.

A partir dessa visão, as coisas tornavam-se relativamente claras, quando nada, inteligíveis. Compreendia-se que todo homem fosse filósofo, já que vivia sob uma ideologia impregnada de repercussões filosóficas, efeito do trabalho filosófico para unificar a ideologia em ideologia dominante. Compreendia-se também que fosse necessária à classe dominante a existência dos filósofos de profissão, trabalhando para essa unificação. Compreendia-se, enfim, que categorias filosóficas operassem na prática científica, já que nenhuma ciência do mundo se desenvolve, e nem as próprias matemáticas, fora das ideologias dominantes e da luta filosófica, que tem por implicação a constituição da ideologia dominante em ideologia unificada.²²

1.3.2. – O corte epistemológico

²¹ Louis ALTHUSSER, Resposta a John Lewis IN: Posições-1, 17

²² Louis ALTHUSSER, Os fatos, In: O futuro dura muito tempo, 312-313

Althusser, desde seus primeiros escritos, defendeu que Marx promoveu um corte epistemológico na teoria científica. Este corte, ou ruptura, significou o surgimento histórico de um novo “Continente científico”, de um novo dispositivo de conceitos teóricos de base, a **ciência da história**, e como toda ciência reconhecida

está sempre liberta de sua pré-história e continua (sua pré-história lhe permanece sempre contemporâneo: como seu Outro) interminavelmente se libertando do modo de sua *rejeição* como *erro*, do modo daquilo que Bachelard chamou "a *ruptura epistemológica*".²³

A idéia de ruptura epistemológica de Bachelard é incorporada por Althusser, chamando-a de corte epistemológico, fazendo dessa categoria o centro de seus primeiros escritos. Esses foram alvo de muitas críticas, que o autor em parte as levou em consideração, resultando em uma autocrítica, e outras que combateu firmemente reafirmando suas teses iniciais, autocrítica que já aparece em "A querela do humanismo" de 1967, texto que passa a afirmar o "corte epistemológico" como processo. Referindo-se a tese do "corte epistemológico", defendida em seus textos anteriores, Althusser afirma.

Se é possível à vista de certos sinais pertinentes, que manifestam de um lado a tensão extrema de uma impossível síntese desesperada (os *Manuscrits de 1844*), e de outro lado a distensão repentina de uma mutação conceitual inédita (as *Thèses*, e *L'idéologie allemande*), atribuir ao "corte" algo como uma data (1845), ela não é senão o começo de um evento de longuíssima duração, e que, em certo sentido, não tem fim.

Corrijo portanto aqui o que as indicações de meu artigo tinham de manifestamente brutal, e que me foi, muito justamente, criticado. Naturalmente, as correções que apresento permanecem descritivas: elas não constituem nem mesmo o rudimento de uma teoria do corte, sobre a qual um dentre nós publicará um ensaio

²³ Idem, Elementos de Autocrítica, In: Posições I, 87

em breve. Destaca-se, no entanto, do que eu disse brevemente demais das *Thèses...* e de *L'idéologie allemande*, que se a "liquidação" anunciada conscientemente por Marx está efetivamente iniciada nos seus textos, ela está *apenas* iniciada, e que o essencial está por fazer para livrar realmente o espaço teórico no qual se desenrolará, vinte anos mais tarde, *Le Capital*. O "corte" é, portanto, ele mesmo, um processo de longa duração, que comporta momentos dialéticos cujo estudo detalhado, comparado aos dos outros grandes "cortes" que podemos abordar com documentos suficientes (por exemplo, o de Galileu), fará talvez aparecer a tipicidade e a especificidade. O estudo dos momentos constitutivos de um tal "corte" (inaugurando a abertura de um "continente" novo) poderia constituir uma teoria do processo do "corte", e fazer aparecer a *necessidade* das modificações (momentos) sucessivos, ou cortes secundários, que, através da aparição, a posição e a solução de uma seqüência de problemas novos, conduzem uma ciência dos seus primórdios à sua maturidade, através da sua maturação.

Essa concepção do "corte" como processo não é um modo distorcido de abandonar seu conceito, como nos sugerem com demasiada ênfase certos críticos. Que seja necessário tempo para o "corte" se complete em seu processo não impede que ele seja efetivamente um evento da história da teoria, e que ele possa, como todo evento, ser datado, com precisão, em seu começo; no caso de Marx, 1845 (as *Thèses...*, e *L'idéologie allemande*).²⁴

Em outro de seus textos, "Elementos de autocrítica", Althusser também reconhece seu desvio teoricista ao mesmo tempo que ironiza as críticas sobre sua tese de corte epistemológico.

O "corte" não é uma ilusão nem uma "invenção pura e simples", como afirma John Lewis. Lamento, mas não cederei sobre esse ponto. Já disse que há necessidade de interpretar o "corte" sem reduzi-lo, mas vejamos como as coisas se passam: eu o reduzia a uma simples oposição racionalista-especulativa; porém, a maioria de meus críticos *o reduzem a nada!*, engomado, apagado, rasurado, negado. E que paixão nesse trabalho de proscricção e de destruição! Sejamos claros: existe realmente, na

²⁴ Louis ALTHUSSER, A querela do humanismo, In: **Crítica Marxista**, 46

história do pensamento teórico de Marx, alguma coisa como um "corte", que não é nada, mas é útil à história inteira do Movimento operário. E entre aqueles que reconhecem o fato do "corte" e aqueles que querem reduzi-lo a nada existe uma oposição, que se torna necessário confessar qual seja, no final das contas, uma oposição *política*.²⁵

Para Althusser, o corte epistemológico promovido por Marx, não ocorreu com seus primeiros escritos, nem se deu de forma abrupta, mas é no texto "*A Ideologia Alemã*", que o rompimento definitivo com a esquerda hegeliana se deu, mesmo que o processo de distanciamento do pensamento hegeliano e a formulação da concepção materialista histórica vinham sendo processadas desde os primeiros escritos de Marx e Engels. É com a "*A Ideologia Alemã*" que os autores "ajustam contas com o pensamento anterior", sendo a primeira parte reservada a Feuerbach, segundo Engels, o filósofo que "representava um elo intermediário entre a filosofia hegeliana" e a concepção materialista da história.

As críticas à categoria do corte epistemológico apareceram como negação da existência do "corte", na obra de Marx, e outras que afirmavam que o rompimento com a concepção hegeliana e com a economia política clássica se deu nos "Manuscritos de 44" e não na "A Ideologia Alemã". Althusser, na defesa da tese do corte no texto "A Ideologia Alemã" e não nos manuscritos afirma em nota de rodapé do texto "Elementos de autocrítica":

John Lewis, como tantos outros críticos, pode muito bem me objetar que se encontra nos *Manuscritos de 44* a maioria dos conceitos clássicos da Economia Política clássica, como os conceitos de: capital, acumulação, concorrência, divisão do

²⁵ Louis ALTHUSSER, Elementos de autocrítica, 81

trabalho, salário, lucro, etc. Justamente: são os conceitos da Economia Política clássica que Marx empresta à Economia Política *tais* como ele os encontra, sem mudar nada, sem acrescentar nenhum aspecto novo, e sem modificar em nada seu dispositivo teórico. Nos *Manuscritos de 44*, Marx cita realmente os Economistas como dizendo a *última palavra* sobre a Economia. Ele não toca em seus conceitos, e se os critica, é "filosoficamente", de fora, e em nome do filósofo que não esconde seu nome: "*A crítica positiva da Economia Política deve seu verdadeiro fundamento às descobertas de Feuerbach*", autor de uma "*revolução teórica real*" que Marx considera então como decisiva (cf. *Manuscritos de 44*, Ed. Sociales, p. 2-3).

Para medir, digamos, a diferença, é suficiente pensar na ruptura com Feuerbach, alguns meses mais tarde, nas *Teses* - e tomar nota deste fato: está fora de questão, nos *Manuscritos*, a tríade conceitual inteiramente nova, que constitui a base do dispositivo teórico inédito que começa a surgir na *Ideologia Alemã*: Modo de produção/ Relações de produção/ Forças produtivas. O surgimento desse novo dispositivo vai provocar, desde a *Ideologia Alemã*, uma nova distribuição dos conceitos da Economia Política clássica. Eles vão mudar de lugar, de sentido e de papel.²⁶

1.3.3. – O marxismo e humanismo teórico

Para Althusser, o marxismo enquanto teoria, enquanto materialismo histórico, surge como teoria anti-humanista, teoria que representou o rompimento definitivo com a esquerda hegeliana. A teoria anti-humanista de Marx é um dos elementos que constitui o corte epistemológico em sua obra, portanto, como já citado, é nos manuscritos de "A Ideologia Alemã" o momento definitivo de ruptura com a filosofia clássica alemã e a formulação de uma nova concepção de ver o mundo, a concepção materialista da história. Marx, fazendo alusão ao encontro com Engels em Bruxelas, refere-se aos escritos da "*A Ideologia Alemã*" em seu livro

²⁶ Louis ALTHUSSER, Elementos de autocrítica, 83

“*Contribuição à crítica da economia política*”, escrito em 1859, afirmando o objetivo do texto de 1845:

... na primavera de 1845, veio se estabelecer também em Bruxelas, resolvemos trabalhar em conjunto, a fim de esclarecer o antagonismo existente entre a nossa maneira de ver e a concepção ideológica da filosofia alemã; tratava-se de fato, de um ajuste de contas com a nossa consciência filosófica anterior. Este projeto foi realizado sob a forma de uma crítica da filosofia pós-hegeliana. O manuscrito, dois grandes volumes in-octavo, estava há muito no editor na Vestefália, quando soubemos que novas circunstâncias já não permitiam a sua impressão. De bom grado abandonamos o manuscrito à crítica corrosiva dos ratos, tanto mais que tínhamos atingido o nosso fim principal, que era enxergar claramente as nossas idéias.²⁷

A leitura que Althusser faz dessa ruptura, ou corte epistemológico, no pensamento de Marx e Engels, significou o rompimento com toda a tradição humanista teórica, em especial com o humanismo teórico de Feuerbach.

Feuerbach "abre o jogo", se ele coloca decididamente a essência humana no centro de tudo, é porque acredita poder enfim escapar à razão que fazia com que os filósofos clássicos dissimulassem o homem, distribuindo-o em vários sujeitos. Esta divisão do homem (digamos para simplificar) em dois sujeitos, o sujeito do conhecimento e o sujeito da ação, que marca a filosofia clássica, impedindo-lhe a declaração fantástica de Feuerbach, que acredita poder reduzi-la: ele substitue a pluralidade dos sujeitos pela pluralidade de atributos no sujeito humano. E ele acredita poder resolver um outro problema politicamente importante, a distinção entre o indivíduo e a espécie, pela sexualidade que suprime o indivíduo uma vez que necessita de pelo menos dois deles, o que já é uma espécie. O que quero dizer é que, pela maneira de agir de Feuerbach, vê-se o que estava em questão antes dele: já era o homem, embora dividido entre vários sujeitos, e dividido entre indivíduo e espécie.

²⁷ Karl MARX, *Contribuição à crítica da economia política*, 25-26.

Conseqüentemente o anti-humanismo teórico de Marx vai muito mais longe que um simples acerto de contas com Feuerbach: coloca em questão, ao mesmo tempo, as filosofias da sociedade e da história existentes, e a tradição filosófica, e portanto, através delas, toda ideologia burguesa.²⁸

Sobre a defesa da teoria anti-humanista de Marx e da fundação de um novo continente do conhecimento, a ciência da história, Althusser afirma que esse momento só foi possível com o rompimento de Marx com o humanismo teórico.

... a pretensão *teórica* de uma concepção humanista de explicar a sociedade e a história, a partir da essência humana, do sujeito humano livre, sujeito das necessidades, do trabalho, do desejo, sujeito da ação moral e política. Eu afirmo que Marx só pôde fundar a ciência da história e escrever *O Capital* sob a condição de romper com a pretensão teórica de todo humanismo desse gênero.

Contra toda a ideologia burguesa, imbuída de humanismo, Marx declara: "Uma sociedade não é composta de indivíduos" (*Grundrisse*), "Meu método analítico não parte do homem, mas do período econômico dado" (*Notas sobre Wagner*), e contra os socialistas humanistas e marxistas que tinham proclamado no Programa de Gotha que "o trabalho é a fonte de todo valor e de toda riqueza", ele afirma: "Os burgueses têm excelentes razões para atribuir ao trabalho esta onipotência de criação." Podemos conceber uma ruptura mais nítida?

Podemos ler seus efeitos em *O Capital*. Marx mostra que o que determina em última instância o conhecimento, não é o fantasma de uma essência ou natureza humana, não é o homem, e nem mesmo "os homens", mas uma *relação*, a relação de produção, que se estabelece uma outra relação com a Base, a infraestrutura. E, contra todo idealismo humanista, Marx mostra que essa relação não é uma relação entre os homens, uma relação entre pessoas, nem inter-subjetiva, nem psicológica, nem antropológica, mas uma dupla relação: uma relação entre grupos

²⁸ Louis ALTHUSSER, Sustentação de teses em Amiens. IN: Posições-1, 161.

de homens que diz respeito à relação entre esses grupos de homens e as coisas, os meios de produção.²⁹

Althusser, em sua defesa do materialismo histórico e da eliminação do conceito de homem como conceito central das formações sociais e da história e combatendo todo o tipo de humanismo teórico, não deixa de reconhecer a importância histórica do humanismo teórico, mesmo ele sendo uma expressão ideológica da burguesia. Althusser, em sua defesa de teses em Amiens, reconhece o humanismo teórico como importante instrumento da luta de classes da burguesia contra o feudalismo.

E longe de mim a idéia de denegrir esta grande tradição humanista cujo mérito histórico é ter lutado contra a feudalidade, contra a Igreja e seus ideólogos, e ter dado ao homem títulos e uma dignidade. Mas longe de nós, acredito, a idéia de contestar que esta ideologia humanista, que produziu grandes pensadores, seja separável da burguesia em ascensão de quem ela exprimia as aspirações, ao traduzir e transpor as exigências de uma economia mercantil e capitalista sancionada por um direito - o antigo direito romano corrigido para o direito mercantil burguês. O homem sujeito livre, o homem livre sujeito de seus atos e pensamentos, é de início o homem livre para possuir, vender e comprar, o sujeito de direito.³⁰

Toda a retomada dessa polêmica nas décadas de sessenta e setenta, levou Althusser a um certo isolamento, mesmo entre os comunistas e em especial dentro do PCF, ainda muito suscetível ao revisionismo soviético do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética.

...Marx havia fundado seu pensamento na recusa de todo fundamento filosófico no homem, na natureza do homem, esse

²⁹ Louis ALTHUSSER, Sustentação de teses em Amiens. IN: Posições-1, 162-163

³⁰ Louis ALTHUSSER, Sustentação de teses em Amiens. IN: Posições-1, 160

Marx que havia escrito: "Não parto do homem, mas do período histórico considerado", esse Marx que havia escrito: "A sociedade não se compõe de indivíduos, mas de relações" etc. Isolado. Eu o estava de fato, em filosofia e em política, ninguém, nem mesmo o Partido, que caía na esparrela do humanismo socialista ingênuo, não querendo reconhecer que o anti-humanismo teórico era o único a autorizar um real humanismo prático.³¹

A discussão sobre a teoria anti-humanista do marxismo leva-nos necessariamente a outra, à polêmica enfrentada por nosso autor sobre o sujeito como determinante do processo histórico.

1.3.4. – O sujeito e a determinação histórica

Sem dúvida, a teoria anti-humanista está imbricada com a questão da determinação ou não do sujeito no processo histórico. Sobre essa questão, há um pequeno artigo de Althusser escrito em 1º de maio de 1973 com o título "Observação sobre uma categoria: 'PROCESSO SEM SUJEITO NEM FIM (S)' ". Nesse pequeno texto, Althusser afirma que " 'os homens' não são 'os sujeitos' *da* história", mas que "os homens (no plural) concretos são necessariamente sujeitos (no plural) *na* história, pois atuam *na* história enquanto sujeitos (no plural)". O que pretende Althusser em distinguir os termos, "sujeitos *da* história" dos "sujeitos *na* história", é de que os sujeitos enquanto indivíduos humanos são agentes ativos *na* história, que atuam "em e sob as determinações das *formas de existência* histórica das relações sociais de produção e de reprodução (processo de trabalho, divisão e organização do trabalho, processo de produção e de reprodução, luta de classes, etc.)."³²

³¹ Idem, O futuro dura muito tempo, 166

³² Louis ALTHUSSER, Observação sobre uma categoria: "Processo sem sujeito nem fim (s)". IN: Posições 1, 67.

Quanto à constituição do sujeito, que é um agente ativo na história, sua constituição se dá a partir da interpelação da ideologia sobre o indivíduo e ao reconhecer-se nessa interpelação é que o indivíduo se constitui enquanto sujeito.

Segundo Althusser, os homens são agentes ativos na história, isto não significa que estes são determinantes da história, mas que sua ação na história é determinada pelas condições concretas e históricas de sua época. Para ilustrar sua tese ele cita Marx no 18 Brumário:

“Os homens fazem sua própria história, *mas* não a fazem a partir de elementos livremente escolhidos (*ausfrein Stücken*), em circunstâncias escolhidas por eles, *mas* em circunstâncias (*Umstände*) que eles encontram imediatamente diante de si (*vorgefundene*), dadas e herdadas do passado.”³³

Encerrando seu pequeno texto, Althusser reafirma que o homem não é o Sujeito da história, mas que "os homens' agem como sujeitos sob a determinação de *relações* sociais, são o produto da *luta de classes*. Portanto, a história não tem, no sentido filosófico do termo, um Sujeito, mas um *motor*: a luta de classes".³⁴

Althusser, ao afirmar que a luta de classes é o motor da história, está se referindo à teoria da luta de classes, ao materialismo histórico de Marx. Teoria que define a história das sociedades como a história da luta de classes. Segundo Marx

A história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classe.

O homem livre e escravo, patricio e plebeu, barão e servo, membro das corporações e aprendiz, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em contraposição uns aos outros e envolvidos em uma luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre com a transformação revolucionária da

³³ Ibid,70

³⁴ Louis ALTHUSSER, Observação sobre uma categoria: "Processo sem sujeito nem fim (s)". IN: Posições 1, 71

sociedade inteira ou com o declínio conjunto das classes em conflito.³⁵

A noção marxista de luta de classes, incorporada por Althusser, está diretamente relacionada com a mudança social, e por meio dela são impulsionadas as principais transformações estruturais da sociedade, ou seja, é a luta de classes que determina a história, ela é seu motor.

1.3.5. – A Ideologia

Quanto ao tema da ideologia, esse encontra-se de forma sistematizada no livro “Sobre a Reprodução” e no livro “Aparelhos ideológicos de Estado”³⁶; onde, o autor afirma a necessidade do marxismo formular uma **Teoria da Ideologia em Geral**, ausente nos próprios escritos de Marx, sobretudo no texto “A Ideologia Alemã”. Althusser, entende que Marx mantém uma concepção mecanicista-positivista da ideologia, apesar de se encontrarem formulações prodigiosas como “a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante”. Com relação ao texto de “O Capital” de Marx, Althusser reconhece que ele contém inúmeros

elementos para uma teoria das ideologias, sobretudo da ideologia dos economistas vulgares, *O Capital* não contém essa teoria em si mesma que, em grande parte (veremos qual, no momento oportuno), depende de uma *teoria da ideologia em geral* que continua ausente da teoria marxista enquanto tal.³⁷

³⁵ MARX, K. & ENGELS, F. O Manifesto Comunista - 150 anos depois, 9

³⁶ O livro “Sobre a Reprodução” é a publicação dos manuscritos dos quais se originou a publicação do livro “Aparelhos ideológicos de Estado”, discussão apresentada, no segundo capítulo deste trabalho.

³⁷ Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 195

Partindo da necessidade de se formular uma teoria da ideologia em geral marxista, Althusser “arrisca” esboçar um esquema que contribua, inicialmente, para tal desafio. Nesse sentido, o autor é bastante cuidadoso ao apresentar as teses que coloca, alertando o leitor para os limites de suas formulações.

Eu gostaria de correr o risco considerável de propor, a esse respeito, um primeiro e muito esquemático esboço. As teses que apresentarei não são, com certeza, improvisadas, mas não podem ser defendidas e submetidas à prova, isto é, confirmadas ou invalidadas a não ser com estudos e análises muito longos que, talvez, sejam provocados pelo enunciado dessas teses. Portanto, peço ao leitor uma extrema vigilância e, simultaneamente, uma extrema indulgência em relação às proposições que vou arriscar.³⁸

As teses a que se refere o autor são: **“A Ideologia é uma ‘representação’ da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência”, “A Ideologia tem existência material” e “ A ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos”**.

No livro “Sobre a Reprodução”, Althusser faz duas observações antes de se dedicar a explicar suas teses a respeito da ideologia. A primeira observação diz respeito à afirmação de que **“a ideologia não tem história”**. Ao referir-se a essa afirmação, o autor a distingue da encontrada no texto “A Ideologia Alemã” de Marx. Althusser afirma que a formulação “a ideologia não tem história” aparece no texto de Marx como uma tese puramente negativa e que significa, simultaneamente:

1-A ideologia nada é enquanto puro sonho (fabricado por uma potência desconhecida - salvo a alienação da divisão do trabalho, mas isso é também uma determinação *negativa*);

2-A ideologia não tem história, o que não quer dizer, de modo algum, que não tenha uma história (pelo contrário, já que ela não

³⁸ Ibid,195

passa do pálido reflexo vazio e invertido da história real), mas *não tem uma história que lhe seja própria*.³⁹

O autor, embora retomando os termos de “A Ideologia Alemã” e a tese de que “a ideologia não tem história”, o faz, segundo ele, num sentido radicalmente diferente do ali exposto. Althusser acredita poder defender essa tese em um sentido positivo e não no sentido negativo como aparece em “A Ideologia Alemã”.

Esse sentido é positivo, se é verdade que o caráter próprio da ideologia é ser dotada de uma estrutura e de um funcionamento tais que estes a transformam em uma realidade não-histórica, isto é, oni-histórica no sentido de que essa estrutura e esse funcionamento estão presentes, *sob uma mesma forma, imutável*, no que se chama a *história* inteira, no sentido de que o *Manifesto* define a história como a história da luta de classes, isto é, *a história das sociedades de classes*.⁴⁰

Ao afirmar que “a ideologia não tem história” o faz, segundo ele, retomando Freud em sua proposição de que “o inconsciente é eterno”, isto é, não tem história. Tomando por eterno o que não transcende a qualquer história (temporal), mas onipresente, portanto,

imutável sob sua forma em toda extensão da história, irei ao ponto de retomar, palavra por palavra, a expressão de Freud e escreverei: *a ideologia é eterna*, do mesmo modo que o inconsciente. E, antecipando em relação às pesquisas necessárias e, daqui em diante, possíveis, acrescentarei que essa aproximação é teoricamente justificada pelo *fato* de que a eternidade do *inconsciente* está baseada, em última instância, na eternidade da *ideologia* em geral.⁴¹

³⁹ Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 197

⁴⁰ Ibid, 197

⁴¹ Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 198

Essa argumentação leva Althusser a afirmar poder propor a necessidade de uma teoria da ideologia em geral no mesmo sentido da proposição apresentada por Freud, uma teoria do inconsciente em geral.

A segunda observação a que o autor se refere é sobre a **Repressão e Ideologia**, aqui faz observações sobre o semanário anarquista “**Action**”, criticando a concepção anarquista, afirmando que essa substitui a exploração pela repressão ou a exploração pensada como uma forma de repressão; outra crítica que faz ao semanário e à própria concepção anarquista, é a substituição da ideologia pela repressão.

A observação de Althusser à concepção anarquista tem como objetivo reafirmar a ideologia como instrumento de persuasão e não como elemento de repressão e de mostrar os mecanismos que a ideologia utiliza para levar os indivíduos a agir sozinhos sem a necessidade de agentes de repressão.

Nessa polêmica com os anarquistas, o autor aponta para a necessidade de uma teoria da ideologia que mostre concretamente como funciona a ideologia em seu nível mais concreto, no nível dos sujeitos individuais, isto é, dos homens tais como existem, em sua individualidade concreta, em sua vida cotidiana. Portanto,

é indispensável, teórica e politicamente, mostrar através de quais mecanismos a ideologia “leva na conversa” os homens, isto é, os indivíduos concretos, quer estes “atuem” a serviço da exploração de classe, ou “façam”, a Longa Marcha que desembocará, mais depressa do que se possa pensar, na Revolução nos países capitalistas ocidentais, portanto, também na própria França.⁴²

Aqui o autor aponta a ideologia, não só a serviço da conservação social, mas também, como um dos instrumentos para a transformação social, indicando a

⁴² Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 202-203

possibilidade de se constituírem Sujeitos interpeladores comprometidos com a transformação da sociedade capitalista.

A ideologia é uma “representação” da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência.

Essa tese incide “sobre o objeto que é representado sob a forma imaginária da ideologia”; Althusser rompe com todas as conceitualizações da ideologia como “falsa consciência”. Em sua tese, o autor argumenta que o representado na ideologia são as relações imaginárias que os indivíduos têm com a realidade e não a própria realidade.

Com relação a esta primeira tese: “*A Ideologia é uma ‘representação’ da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência*”⁴³. Althusser afirma no livro “Aparelhos Ideológicos de Estado”:

não são as suas condições reais de existência, seu mundo real que os “homens” “se representam” na ideologia, o que é nelas representado é, antes de mais nada, a sua relação com as suas condições reais de existência. É esta relação que está no centro de toda representação ideológica, e portanto imaginária do mundo real. É nesta relação que está a “causa” que deve dar conta da deformação imaginária da representação ideológica do mundo real.⁴⁴

Portanto, o que está representado na ideologia não é uma representação das reais condições de existência, “mas uma representação de uma (imaginária) *relação de indivíduos com estas condições reais de existência*”⁴⁵.

⁴³ Idem, Aparelhos Ideológicos de Estado, 85

⁴⁴ Louis ALTHUSSER, Aparelhos Ideológicos de Estado, 87

⁴⁵ Gregor MCLENNAN, Victor MOLINA, Roy PETERS. A teoria de Althusser sobre ideologia, In: Da Ideologia, 124

Nesse sentido, a ideologia passa a ser entendida no terreno da prática-social e como uma instância específica de determinada formação social.

A Ideologia tem uma existência material

Uma segunda tese é a de que “a ideologia tem uma existência material” na prática ou práticas nos Aparelhos Ideológicos de Estado:

...vejamos o que se passa com os indivíduos que vivem na ideologia, isto é, numa representação do mundo determinada (religiosa, moral etc.) cuja deformação imaginária depende de sua relação imaginária com suas condições de existência, ou seja, em última instância das relações de produção e de classe (ideologia = relação imaginária com as relações reais). Diremos que esta relação imaginária é em si mesma dotada de uma existência material.⁴⁶

Em outras palavras, a ideologia materializa-se nos atos dos indivíduos. Para demonstrar sua tese, utiliza a religião como exemplo da materialidade da ideologia:

... a existência das idéias de sua crença é material, pois suas idéias são seus atos materiais inseridos em práticas materiais, reguladas por rituais materiais, eles mesmos definidos pelo aparelho ideológico material de onde provêm as idéias do dito sujeito...

As idéias desaparecem enquanto tais (enquanto dotadas de uma existência ideal, espiritual), na medida mesma em que se evidenciava que sua existência estava inscrita nos atos das práticas reguladas por rituais definidos em última instância por um aparelho ideológico. O sujeito portanto atua enquanto agente do seguinte sistema (enunciado em sua ordem de determinação real): a ideologia existente em um aparelho ideológico material, que prescreve práticas materiais regulares por um ritual material,

⁴⁶ Louis ALTHUSSER, Aparelhos Ideológicos de Estado, 89-90

práticas estas que existem nos atos materiais de um sujeito, que age conscientemente segundo sua crença.⁴⁷

A tese sobre a existência material da ideologia, ou da ideologia como práticas sociais, também aparece no texto “A transformação da filosofia”, em que o autor reafirma

as práticas sociais e as idéias que os homens fazem delas estão estreitamente relacionadas. Pode dizer-se que não há prática sem ideologia e que qualquer prática, incluindo a científica, se realiza através de uma ideologia. Em todas as práticas sociais (quer pertençam ao domínio da produção económica, ao da ciência, ao da arte, ao do direito, ao da moral ou da política), os homens que actuam estão submetidos às ideologias correspondentes, independentemente da sua vontade e mais ou menos com uma total ignorância do assunto.⁴⁸

A Ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos

No que se refere à ideologia em Althusser, a noção de sujeito é central e enuncia duas teses simultâneas, “1- só há prática através de e sob uma ideologia. 2 - só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito”⁴⁹. A partir dessas duas teses, o autor conclui: “*A Ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeito,*”⁵⁰. A partir da conclusão, caracteriza a função da ideologia enquanto constituidora de indivíduos concretos em sujeitos e seu efeito elementar, o de impor (sem parecer que o faz, pois se trata de “evidências”).

as evidências como evidências, que não podemos deixar de *reconhecer* e diante das quais, inevitável e naturalmente,

⁴⁷ Louis ALTHUSSER, *Aparelhos Ideológicos de Estado*, 91-92

⁴⁸ Idem, *A transformação da filosofia*, 42

⁴⁹ Louis ALTHUSSER, *Aparelhos Ideológicos de Estado*, 93

⁵⁰ Ibid, 93

exclamamos (em voz alta, ou no “silêncio da consciência”): “é evidente! É exatamente isso! É verdade!”.

É nesta reação que se exerce a função de *reconhecimento* ideológico, que é uma das duas funções da ideologia enquanto tal (sendo o *desconhecimento* a sua função inversa).⁵¹

Ao colocar que a ideologia interpela o indivíduo e o constituindo em sujeito, supõe a existência de um outro Sujeito, o que interpela o sujeito interpelado, Althusser diferencia o interpelar do interpelado, identificando o primeiro com a letra S (maiúscula) e o segundo com a letra s (minúscula), portanto, o Sujeito interpela o indivíduo e esse se reconhecendo na interpelação se constitui em sujeito.

Então formula um quádruplo sistema de interpelação, de submissão ao Sujeito, de reconhecimento universal. O sistema comporta: 1- os indivíduos são interpelados como sujeitos, 2- a submissão do sujeito ao Sujeito, 3- os sujeitos se reconhecem mutuamente e em relação ao Sujeito e 4- tudo funciona bem no reconhecimento dos sujeitos:

... envoltos neste quádruplo sistema de interpelação, de submissão ao Sujeito, de reconhecimento universal e de garantia absoluta, os sujeitos “caminham”, eles “caminham por si mesmos” na imensa maioria dos casos, com exceção dos “maus sujeitos” que provocam a intervenção de um ou de outro setor do aparelho (repressivo) do Estado. Mas a imensa maioria dos (bons) sujeitos caminha “por si”, isto é, entregues à ideologia (cujas formas concretas se realizam nos Aparelhos ideológicos do Estado). Eles se inserem nas práticas governadas pelos rituais dos AIE.⁵²

As teses sobre a ideologia, apresentadas pelo autor, têm como objetivo possibilitar esclarecimentos de alguns aspectos do funcionamento da Superestrutura e de

⁵¹ Ibid, 94-95

⁵² Louis ALTHUSSER, Aparelhos Ideológicos de Estado, 103

sua forma de intervenção na Infraestrutura. Esta preocupação do autor em dar um lugar muito particular à ideologia, pode ser encontrada de forma mais explícita no texto “Práctica Teórica y Lucha Ideológica”,

devemos dar à ideologia um lugar muito particular: para compreender sua eficácia, é necessário situá-la na *superesrtrutura*, e dar-lhe uma relativa autonomia com respeito ao direito e ao estado. Mas ao mesmo tempo, para compreender sua forma de presença mais geral há que considerar que a ideologia se introduz em todas as partes do edifício e que constituem esse *cimento* de natureza particular que assegure o ajuste e a coesão dos homens em seus papéis, suas funções e suas relações sociais.⁵³

Na citação, também encontramos a concepção de ideologia como “cimento social” e práticas materiais da mesma forma como aparece descrito por Nicos Poulantzas,

A ideologia não consiste somente ou simplesmente num sistema de idéias ou representações. Compreende também uma série de *práticas materiais* extensivas aos hábitos, aos costumes, ao modo de vida dos agentes, e assim se molda como cimento no conjunto das práticas sociais, aí compreendidas as práticas políticas e econômicas.⁵⁴

A questão da ideologia, como os demais pontos aqui apresentados, fazem parte de algumas das principais polêmicas que marcaram a vida e a obra deste importante filósofo francês. Louis Althusser foi alvo de grande controvérsia fora e dentro do campo marxista; o que pode ter sido sua maior contribuição ao próprio marxismo.

⁵³ Idem, Práctica Teórica y Lucha Ideológica, In: La Filosofía como Arma de la Revolución, 51

⁵⁴ POULANTZAS, Nicos. O Estado, O Poder, O Socialismo, 33

CAPÍTULO II

APARELHOS IDEOLÓGICOS DE ESTADO: UMA RELEITURA

Este capítulo tem como objetivo se deter na releitura da teoria althusseriana sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado que aparece pela primeira vez no texto “Aparelhos Ideológicos de Estado”, publicado em 1971. Nesse texto, vamos encontrar a exposição da concepção materialista histórica e do modo de funcionamento da superestrutura como reprodução das relações de produção.

O proposto é uma releitura da teoria de Althusser, dos Aparelhos ideológicos de Estado, a partir de seu manuscrito, que resultou na edição de 1971, publicado na França apenas em 1995⁵⁵. A leitura do manuscrito se justifica, uma vez que ele nos dá a idéia do projeto da obra em seu conjunto, portanto, nos possibilita ver o texto “Aparelhos Ideológicos de Estado” publicado em 1971, como parte de uma proposta maior, desse modo, releitura que se faz necessária para preencher as lacunas deixadas pelo texto do início da década de setenta.

A publicação do manuscrito em 1995 apresenta a introdução de Jacques Bidet, “À Guisa de Introdução: Um convite a reler Althusser”, na qual enfatiza a importância do texto inédito, uma vez que o manuscrito em sua exposição esclarece e detalha pontos importantes para compreendermos o pensamento de Althusser, ressalta os capítulos relativos aos “Aparelhos ideológicos de Estado” e o referente à “ideologia”. Com relação a esses pontos Bidet, afirma:

A publicação do presente volume deve fornecer a ocasião de revisitá-los e, sem dúvida, também de reconsiderá-los. A reinserção, no conjunto do discurso, dos fragmentos utilizados no artigo de *La Pensée*, faz aparecer, de fato, uma estreita conexão entre a tese de Althusser relativa à ideologia (e respectiva aparelhagem) e sua idéia sobre o curso da história moderna. A coisa é, em si, bastante lógica. Uma teoria da

⁵⁵ O manuscrito foi publicado no Brasil em 1999 pela editora Vozes com o título “Sobre a Reprodução”.

reprodução estrutural tem como corolário uma teoria da transformação da estrutura: tende a mostrar as condições invariantes nas quais é produzida a variação - que, por fim, porá termo ao invariante. A idéia de Althusser sobre a variação em andamento, como a da passagem para o socialismo, projeta-se sobre sua concepção das condições da reprodução do capitalismo, sobre a idéia do invariante estrutural. No final das contas, trata-se de uma única teoria, com dupla entrada: reprodução e revolução.⁵⁶

O manuscrito, a que nos referimos acima, fez parte de um projeto inicial de Althusser, que se desenvolveria em dois tomos: o primeiro, que trataria da reprodução das relações de produção e o segundo, que trataria da luta de classes nas formações sociais capitalistas. Sendo que o primeiro só aparece na íntegra na metade da década de 90 como manuscritos.

O conjunto da obra deveria tratar da concepção do materialismo histórico, das condições da reprodução da sociedade capitalista e da luta revolucionária para pôr fim a esta sociedade. Segundo Althusser, o tomo I (Reprodução das relações de produção) e o tomo II (A Luta de Classes) são pensados a partir de duas questões: “O que é filosofia?” e “O que é filosofia marxista-leninista?”. Portanto, o conjunto da proposta deveria começar com o primeiro capítulo sobre o que é filosofia em geral e o último capítulo, sobre a filosofia marxista-leninista e no que ela é revolucionária.

Do projeto inicial, são apresentadas duas versões do manuscrito referentes ao tomo I, essas se encontram no *Institut Mémoires de l'Édition Contemporaine* (IMEC). A primeira é datada de março/abril de 1969 e contém a estrutura do texto dividido em 11 capítulos, sendo: Capítulo I: “O que é filosofia?”, “Capítulo II: “O que é um modo de produção?”, Capítulo III: “A propósito da produção das condições da produção”, Capítulo IV: “Infra-estrutura e superestrutura”, Capítulo V: “O Direito”, Capítulo VI: “O Estado e seus aparelhos”, Capítulo VII: “Os aparelhos ideológicos de

⁵⁶ Jacques BIDEET, À guisa de introdução: um convite a reler Althusser. IN: ALTHUSSER, Louis. Sobre a

Estado político e sindical”, Capítulo VIII: “A reprodução das relações de produção”, Capítulo IX: “Reprodução das relações de produção e Revolução”, Capítulo X: “O Direito como aparelho ideológico de Estado” e Capítulo XI: “A ideologia em geral”. Portanto, essa versão é anterior à publicação do texto “Aparelhos Ideológicos de Estado”.

Quanto à segunda versão, a que foi base para a publicação, apresenta um conjunto de correções e acréscimos: o capítulo II é inteiramente rescrito; nos capítulos III e IV, Althusser faz acréscimos a partir da primeira versão; introduz um novo capítulo, entre o VI e o VII da primeira versão, intitulado "Breves observações sobre os AIE político e sindical da formação social capitalista francesa"; e outras pequenas modificações.

Neste trabalho, a releitura da teoria dos Aparelhos Ideológicos de Estado é feita a partir do livro "Sobre a Reprodução", publicação referente à segunda versão do manuscrito, tomo I, do projeto inicial de Althusser. Procura-se aqui seguir, na medida do possível, a seqüência dos tópicos como aparecem na publicação de 1971, relendo-os no interior da publicação de 1995.

Os três primeiros tópicos de “Aparelhos Ideológicos de Estado” (“**Sobre a reprodução das condições de produção**”, “**A reprodução dos meios de produção**” e “**Reprodução da força de trabalho**”), aparecem sem grandes mudanças, a não ser a ausência de algumas frases, indicativas de futuras abordagens, e notas. Esses tópicos fazem parte do terceiro capítulo de “Sobre a Reprodução”.

No livro “Sobre a Reprodução”, antes desses três tópicos, que formam o capítulo III, aparecem dois capítulos anteriores, “O que é filosofia?” e “O que é um modo de produção?”, e antes deles, é apresentado por Althusser uma advertência ao leitor sob o título “A reprodução das relações de produção”. Portanto, antes de analisarmos os três primeiros tópicos do texto “Aparelhos Ideológicos de Estado”,

apresentaremos as partes que aparecem antes dos tópicos no texto “Sobre a Reprodução”.

2.1. – A reprodução das relações de produção – Advertência ao leitor

Nessa apresentação, Althusser adverte o leitor do conteúdo do texto apresentado para a publicação, como parte de um projeto que deveria constar do tomo I que trata da “Reprodução das relações de produção capitalistas” e o tomo II que trataria da “Luta de classes nas formações sociais capitalistas”, e que, por questões de urgências teóricas e políticas, estava apresentado apenas o primeiro tomo. Também na introdução justifica a exposição do texto.

...este tomo I propõe-se tratar, antes de tudo, do modo de funcionamento da Superestrutura (Estado, aparelhos de Estado) como Reprodução das Relações de produção. Ora, é impossível falar do Estado, do Direito e da Ideologia sem fazer intervir a Luta de classes. Em boa lógica, parece que teria sido necessário encarar uma ordem inversa de exposição e começar por fala da Luta de classes, antes de falar de Estado, do Direito e da Ideologia. No entanto, essa segunda ordem de exposição esbarraria na mesma dificuldade inversa: com efeito, é impossível falar das classes e da Luta de classes, sem ter falado anteriormente do Estado, do Direito e da Ideologia. Portanto, estamos em um círculo do qual não podemos sair porque seria necessário *falar de tudo ao mesmo tempo*. E por uma razão muito simples: na realidade, as coisas que pretendemos tratar funcionam juntas, dependem todas, embora de maneira muito precisa, uma das outras, e não se importam com seu funcionamento complexo, com as distinções que somos obrigados a fazer para compreendê-las e, por maior força da razão, com a *ordem de exposição* adotada para podermos explicá-las.⁵⁷

⁵⁷ Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 28-29.

Tais indicações levam a crer que não se pode ler os textos, "Aparelhos Ideológicos de Estado" e "Sobre a Reprodução", fora da perspectiva da luta de classes que, segundo Althusser, a escolha de expor os efeitos da luta de classes antes de apresentar uma teoria da luta de classes, foi uma escolha de "exposição que apresenta o máximo de vantagens teóricas e pedagógicas"⁵⁸. Portanto, a ausência da exposição da teoria da luta de classes, no tomo I, não significa que, em suas análises da superestrutura, a luta de classes esteja ausente.

Na advertência, o autor também chama a atenção para o critério de aprofundamento a respeito da reprodução das relações de produção.

Como Marx trata detalhadamente da reprodução das Forças produtivas no Livro I (teoria do salário: reprodução da força de trabalho) e no Livro II de *O Capital* (teoria da reprodução dos meios de produção), fui muito sucinto a respeito dessa questão. Em compensação, desenvolvi com detalhes a *reprodução das relações de produção*, sobre a qual Marx deixou-nos importantes indicações não sistematizadas.

O sistema que garante a reprodução é o sistema dos aparelhos de Estado: aparelho repressor e aparelhos ideológicos.⁵⁹

Quanto à reprodução das forças produtivas, Althusser indica que não há necessidade de aprofundamentos, uma vez que Marx já havia dado conta em sua exposição em "O Capital", e que sua maior contribuição diz respeito à reprodução das relações de produção o que é a questão central do primeiro tomo de seu projeto.

⁵⁸ Idem, 29.

⁵⁹ Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 21-22.

2.2. – O que é filosofia?

O primeiro capítulo, que trata da filosofia em geral, tem como objetivo colocar a questão da reprodução das relações de produção "sob a égide da questão da filosofia", ou seja, da filosofia marxista-leninista.

...é verdade que não se pode responder à pergunta: *em que consiste a filosofia marxista-leninista*, sem fazer o grande desvio pelo tomo I (Reprodução das relações de produção) e pelo tomo II (A Luta de classes).

Mas por que motivo colocar, assim, na frente a questão da filosofia marxista-leninista e, já que a precede, a questão da filosofia propriamente dita? (tomo I, capítulo I)....

Em poucas palavras, eis aí essas razões.

Tudo o que se refere à ciência desenvolvida por Marx (em particular, neste tomo I, a teoria da reprodução das relações de produção) depende de uma ciência revolucionária criada por ele *com base* no que se chama, na tradição marxista, a filosofia do materialismo dialético, precisamente, como mostraremos e demonstraremos com base em uma posição de classe proletária filosófica. Portanto, não é possível - e isso mesmo foi compreendido e mostrado admiravelmente por Lenin - compreender, nem, por força de razão, expor e desenvolver a teoria marxista, nem que seja em relação a tal ponto limitado, a não ser a partir das posições de classe proletárias no campo da teoria. Ora, o caráter próprio de qualquer filosofia é representar, na teoria, a posição de determinada classe social.⁶⁰

Althusser procura demonstrar a importância da filosofia materialista dialética para o desenvolvimento da teoria marxista, como também para as análises concretas das situações concretas, "que é a única forma de tornar possível a ciência marxista, mas é igualmente indispensável para a prática política da luta de classes"⁶¹.

⁶⁰ Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 22-23

⁶¹ Ibid,23.

Com relação ao capítulo propriamente dito, Althusser parte da representação popular “do filósofo que vive com a cabeça nas nuvens e cai no poço” e nosso autor considera dois elementos dessa representação popular da filosofia. O primeiro, a filosofia como resignação; o segundo, a filosofia como necessidade racional.

Para Althusser, a filosofia

contém, de fato, uma distinção entre dois tipos completamente diferentes de *filosofia*. Por um lado, existe a “filosofia” passiva e resignada daquele que “leva as coisas com filosofia” “cuidando de seu jardim” e “esperando que a situação se normalize” (chamaremos essa “filosofia” de *filosofia do senso comum*). Mas, por outro, existe a filosofia *ativa* daquele que se submete à ordem do mundo porque ele a conhece pela Razão, seja para conhecê-la, seja para transformá-la (vamos designá-la por *Filosofia* no sentido estrito do termo, escrevendo-a com letra maiúscula).⁶²

No essencial, o que Althusser pretende é distinguir claramente “a filosofia do senso comum, presente na expressão popular, com a *Filosofia* no sentido forte do termo, a filosofia “*elaborada*” por filósofos... que pode ou não se difundir, ou antes, ser difundida entre as massas populares”⁶³.

O autor quer chamar a atenção para a prática filosófica enquanto esforço racional e de abstração, prática que distingue o filósofo dos homens comuns. “O filósofo ‘sabe’ e diz certas coisas que os homens comuns não conhecem, ele deve percorrer as vias difíceis da abstração para alcançar tal ‘conhecimento’ elevado que não é dado *imediatamente* a todos os homens”⁶⁴.

⁶² Ibid,32

⁶³ Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 33

⁶⁴ Ibid,33

Portanto, ao tratar da Filosofia, e não da filosofia do senso comum, Althusser afirma que todos os homens não são filósofos, mas que qualquer homem pode tornar-se um filósofo.

Ainda nesse capítulo, é defendido que a Filosofia nem sempre existiu, e que para sua constituição, enquanto disciplina na sociedade, depende da conjugação de dois elementos, a existência de classes sociais (condição necessária) e a existência de ciências (condição suficiente). A partir desses condicionantes, e segundo Althusser, o aparecimento da Filosofia, como se conhece, se dá a partir de Platão.

É um fato que a Filosofia, tal como a conhecemos; começou para nós com *Platão*, na Grécia, no século V antes da nossa era. Ora, observamos que a sociedade grega comportava classes sociais (1ª condição) e que é nas vésperas do século V que a primeira ciência conhecida no mundo, a saber, a Matemática, começa a existir como *ciência* (2ª condição). Essas duas realidades: classes sociais e ciência matemática (demonstrativa), estão registradas na Filosofia de Platão e unidas nela. Platão tinha escrito no pórtico da Escola onde ensinava a Filosofia: “ninguém entre aqui se não for geômetra”.⁶⁵

As condições, classes sociais e ciência, para o aparecimento da Filosofia, são condições que determinam as grandes transformações na Filosofia.

Constatamos, talvez com surpresa, que todas as grandes transformações na filosofia intervêm na história, *seja* quando se produzem modificações notáveis nas relações de classe e no Estado, *seja* quando se produzem grandes acontecimentos na história das ciências, com esta precisão: ao se encontrarem, parece que, na maior parte do tempo, as modificações notáveis da luta de classes e os grandes acontecimentos da história das ciências se reforçam para produzirem efeitos salientes na Filosofia.⁶⁶

⁶⁵ Ibid,34

⁶⁶ Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 36

O que Althusser chama a atenção é que a Filosofia nem sempre existiu e que suas transformações estão em estreita relação com os acontecimentos nas relações de classes e do Estado e na história das ciências.

Ao finalizar o capítulo, nosso autor relativiza suas conclusões e afirma que

constatamos somente a existência de uma *relação* entre essas condições e a filosofia. *Mas ainda não sabemos nada da natureza dessa relação*. Para ver com maior clareza essa relação, seremos obrigados a propor novas teses, fazendo um desvio bastante grande. Esse desvio passa, como já anunciei, pela apresentação dos resultados científicos do materialismo histórico que são necessários para podermos produzir uma definição científica da filosofia. E, em primeiro lugar, pela pergunta: o que é uma “sociedade”?⁶⁷.

O fechamento deste capítulo reafirma a questão da filosofia como central do projeto inicial, e em especial a filosofia marxista-leninista. Portanto, no primeiro capítulo, Althusser apresenta sua tese provisória, “a existência da filosofia e de suas transformações parecem estar em relação estreita com a *conjunção* de acontecimentos importantes nas relações de classe e do Estado, por um lado, e por outro, na história das ciências”⁶⁸. No que diz respeito ao aprofundamento do que consiste a Filosofia e em especial a Filosofia marxista-leninista, há a necessidade de se compreender a constituição da sociedade. E, ao reler os textos “Aparelhos Ideológicos de Estado” e “Sobre a Reprodução”, há que se considerar o esforço de Althusser em compreender a sociedade em seu todo. E há que se considerar o primeiro texto, como o próprio Althusser apresenta, como notas para uma pesquisa sobre a “Reprodução das Relações de Produção”.

⁶⁷ Ibid,39

⁶⁸ Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 39

2.3. – O que é um modo de produção?

Nesse capítulo, Althusser vai trabalhar o conceito de Modo de Produção, enquanto conceito central para responder a questão “O que é uma sociedade?”.

Nosso autor inicia sua exposição apresentando quatro teses clássicas do marxismo.

A primeira: toda formação social concreta depende de um modo de produção dominante, portanto em toda formação social existe mais de um modo de produção, e que no conjunto de modos de produção que convivem em dada formação social um deles é dominante e os outros dominados.

A segunda tese diz respeito à constituição de qualquer modo de produção, ou seja, a unidade entre as forças produtivas e as relações de produção. Aqui, Althusser chama a atenção para que não se confunda essa unidade com a unidade contraditória entre o modo de produção dominante e os modos de produção dominados de um determinada formação social.

Quando se diz, por exemplo, que as Relações de Produção deixaram de “corresponder” às Forças Produtivas e que essa contradição é o motor de toda revolução social, já não se trata, ou não unicamente, da não-correspondência entre as Forças produtivas e as Relações de Produção de *determinado* modo de produção, mas também e, sem dúvida, quase sempre, da contradição existente em uma formação social considerada, entre as Forças produtivas *do conjunto dos modos de produção* existentes na formação social, por um lado, e, por outro, as Relações de produção *do modo de produção então dominante*.⁶⁹

Na segunda tese, Althusser faz a distinção entre a unidade, no interior de um modo de produção, suas Forças produtivas e suas Relações de produção, e outra unidade

distinta dessa, a unidade entre os modos de produção dominados e o modo de produção dominante.

A afirmação de que o modo de produção é constituído pela unidade Forças produtivas/Relações de produção e que as Relações de produção são determinantes, constitui a terceira tese, “que ainda não foi reconhecida pelos marxistas, é comentada por *O Capital* inteiro e por toda a obra de Lenin e Mao”⁷⁰.

A respeito dessa tese, Althusser escreveu um apêndice com o título “A propósito do primado das Relações de produção sobre as Forças produtivas”. Aqui faremos um parêntese para apresentar esse apêndice.

Nele podemos dizer que Althusser faz a defesa de sua tese a partir de dois pontos.

O primeiro, ao criticar os marxistas que defendem o primado das Forças produtivas em relação às Relações de produção, crítica feita a partir dos próprios textos de Marx, em especial o “Prefácio” da “Contribuição para a crítica da economia política”, de 1859. Texto básico da II Internacional e de Stálin, que o retomou em seu artigo “Materialismo dialético e materialismo histórico”.

Para Althusser, Marx retorna à concepção hegeliana no texto do “Prefácio” e, em seu apêndice, faz três observações em relação ao texto de Marx..

não se trata de fazer uma crítica descabida a um texto tão curto, forçosamente bastante condensado. Notar-se-á, no entanto, que não é mencionado aí explicitamente o Estado, nem as classes sociais, nem tampouco implicitamente a *luta de classes* que, no entanto, desempenham, segundo tinha sido afirmado em o *Manifesto*, o papel de “motor” em toda a história humana e, em particular, nas “revoluções sociais”, invocadas aqui unicamente na questão da contradição entre Forças produtivas e Relações de

⁶⁹ Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 43

⁷⁰ Ibid, 44

produção. Esse estranho silêncio, talvez, não seja devido exclusivamente às exigências da condensação da exposição.⁷¹

Uma segunda observação é que “esse texto é praticamente o único texto de Marx que contém uma apresentação dos princípios fundamentais do Materialismo Histórico”⁷², retomado quase textualmente por Stálin, diferentemente de Lênin, que nunca o colocou como centro de sua reflexão.

A terceira observação é com relação ao envolvimento de Marx com a releitura de Hegel no período em que escrevia os “Grundrisse”.

...uma última observação: pela sua correspondência com Engels, sabemos que, por acaso, em 1858, Marx tinha “relido”, com encanto, *A grande lógica* de Hegel. Sendo manifesta nos *Grundrisse* que datam do período 1857-1859, a influência hegeliana parece-me bem evidente nesse Prefácio. Lembro que, tendo sido publicado *8 anos mais tarde*, *O capital* apresenta uma visão completamente diferente dessa filosofia.⁷³

Após essas observações, Althusser passa a fazer sua demonstração da filosofia hegeliana contida no texto de Marx, e que tal influência não é mero empréstimo da terminologia hegeliana, “mas de uma retomada da própria *concepção* hegeliana... Com efeito, o conjunto desses termos hegelianos forma um sistema que funciona no texto de Marx segundo a própria concepção hegeliana”⁷⁴.

A concepção hegeliana, a que Althusser se refere, é a da alienação. Concepção que se exprime na dialética da correspondência e da não-correspondência, da contradição e não-contradição, **Forma e Conteúdo**. Segundo Althusser, os conceitos de Marx de forças produtivas, relações de produção, infra-estrutura e superestrutura e formação social subsistem nas noções hegelianas de conteúdo do momento da idéia,

⁷¹ Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 231

⁷² Ibid,231

⁷³ Ibid,231

⁷⁴ Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução,232

interioridade-objetivação, formas de desenvolvimento desse conteúdo. Mas as substituições dos termos não significam o rompimento com a concepção hegeliana.

O conjunto *funciona por meio da dialética hegeliana* da alienação não-contraditória e depois contraditória entre *Conteúdo e a Forma*, portanto, a partir da base teórica da própria concepção hegeliana.

Essa concepção hegeliana pretende que cada “povo histórico” representa um momento (grau) do desenvolvimento da Idéia; que o conteúdo desse grau tenha sido formado no âmago do antigo momento desenvolvido no antigo “povo”, como o caroço de uma amêndoa e que, em determinado momento, o novo conteúdo (a amêndoa) entra em contradição com a antiga forma (a casca) e leva--a a estourar para obter *suas* próprias formas de desenvolvimento (sua nova casca). Esse processo é pensado por Hegel sob a forma da exteriorização-alienação do conteúdo em suas próprias formas: no âmago dessas formas, constitui-se de novo, antes de tudo, em germe e depois, de maneira cada vez mais consistente, um novo caroço, uma nova amêndoa (um novo “grau”, “superior” do desenvolvimento” da Idéia), que vai entrar em contradição com a Forma (casca) existente, e o processo continua até ao fim da História, onde a derradeira contradição é resolvida.⁷⁵

Althusser chama a atenção que, ao retornar-se ao “Prefácio” do texto “Contribuição para a crítica da economia política”, de Marx, encontra-se o mesmo esquema.

... o desenvolvimento das Forças produtivas materiais em graus progressivos, “superiores”, que ocupam o lugar de desenvolvimento dos “graus” ou momentos do desenvolvimento da Idéia. Reencontramos também aí a tese de que cada grau (do desenvolvimento) das Forças produtivas deve desenvolver todos os seus recursos no espaço que lhe reservam as Relações de produção existentes antes que intervenha a contradição fatal às relações de produção que já não são “suficientemente amplas”

⁷⁵ Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 232

para conter, como a sua forma, o novo conteúdo, etc. Reencontramos também aí a finalidade que faz com que, em todo momento, está em gestação em uma formação social o futuro que irá substituir o passado, o que fundamenta a famosa tese de que “a Humanidade (estranho conceito “marxista”...) só se propõe tarefas que pode executar”, já que os meios para a sua realização estão sempre, como que providencialmente, prontos e ao alcance da mão. Reencontramos também aí a finalidade que será motivo de grande satisfação para o evolucionismo da II Internacional (retomado por Stalin): a sucessão regulamentada e “progressiva” dos modos de produção que tende para o fim das sociedades de classes.⁷⁶

A partir da análise do texto de Marx e da concepção hegeliana, Althusser pergunta: "Será que devemos nos espantar com a ausência de qualquer menção à *luta de classes*, uma vez que tudo, na aparência, se resolve pelo jogo da 'correspondência', e depois da contradição, entre o conteúdo (as forças produtivas) e a forma (as relações de produção)?"⁷⁷.

Um segundo ponto, na defesa da tese do primado das Relações de produção, em relação às Forças produtivas é a própria história do movimento operário marxista e, como a história desse movimento foi escrita a partir da prática na construção do socialismo por Lênin e por Mao Tsé-Tung.

Entre os que defendiam o primado das Forças produtivas, estavam os líderes da II Internacional, Benrstein e Kautsky e mais tarde, Stálin a retoma.

Já entre os que defendiam o primado das Relações de produção estavam Lênin e Mao Tse-Tung. Na defesa dessa tese, Althusser formula mais uma questão.

Se Lenin e Mao tivessem tomado ao pé da letra, nem que fosse por um instante, a tese central do Prefácio: "uma formação social nunca desaparece antes que tenham sido desenvolvidas todas as

⁷⁶ Ibid,232-233

⁷⁷ Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 233

forças produtivas que ela é capaz de conter, e novas Relações de produção nunca tomam o lugar das antigas antes que suas condições materiais tenham amadurecido - desabrochado na antiga sociedade"- como é que Lenin e Mao teriam conseguido, nem que fosse por um instante, colocar-se à frente do Partido e das Massas e fazer triunfar a Revolução socialista?⁷⁸

A polêmica, do primado de um ou de outro elemento da unidade Forças produtivas/Relações de produção, já se expressava nas acusações de Kautsky contra Lênin, de que este havia "feito a revolução cedo demais", voltando com força, depois do fim do bloco socialista, aí levantando-se mais uma questão: a derrota do socialismo foi decorrente do atraso das Forças produtivas ou decorrente da luta de classes interna e externamente ao bloco socialista?

Depois desse parênteses, longo mas necessário, uma vez que a tese do primado das Relações de produção é central no pensamento de Althusser, retomemos o conteúdo do capítulo "O que é um modo de produção?", recolocando-se as três primeiras teses: a primeira, "toda formação social concreta depende de um modo de produção *dominante*", a segunda, "todo modo de produção, seja dominante ou dominado, possui em unidade suas Forças produtivas e suas Relações de produção", a terceira, "o primado das Relações de produção em relação às Forças produtivas".

A quarta tese diz respeito à unidade superestrutura/infra-estrutura, e à determinação, em última instância, da infra-estrutura econômica. Aqui, Althusser, aponta para não se confundir essa tese com a tese anterior, a da determinação das Relações de produção.

Não se deve confundir essa última Tese, que diz respeito ao elemento determinante *na* unidade Forças produtivas/Relações de produção, portanto, na "base" ou "infra-estrutura" econômica, com uma outra Tese clássica que afirma que, em uma outra unidade muito complexa, aquela que une a Superestrutura

⁷⁸ Ibid,234

(Direito, Estado, Ideologia) à Infra-estrutura (unidade das Forças produtivas com as Relações de produção) é a Infra-estrutura econômica que é "*determinante em última instância* ... na Infra-estrutura - isto é, na unidade Forças produtivas/Relações de produção - que determina em última instância tudo o que se passa na Superestrutura, são as Relações de produção que, com base e nos limites materiais das Forças produtivas existentes, são determinantes.⁷⁹

A partir dessas teses, Althusser passa a analisar o conceito de modo de produção (unidade das Forças produtivas/Relações de produção), portanto limitando o conceito de modo de produção à infra-estrutura da sociedade e considerando, provisoriamente, que a "Superestrutura depende antes da natureza da *formação social* concreta na qual estão combinados, sob a dominação de um modo de produção, pelo menos, dois modos de produção"⁸⁰.

Tomando o modo de produção como a maneira como os homens se organizam para produzir os bens materiais indispensáveis à sua existência material, esses produzem a partir de processos de trabalho. Aqui aparece o conceito de processo de trabalho, entendendo-o como

uma seqüência de operações sistematicamente reguladas, efetuadas pelos *agentes* do processo de trabalho que "trabalham" *um objeto de trabalho* (matéria bruta, matéria-prima, animais domésticos, terra, etc.), empregando para tal fim *instrumentos de trabalho* (ferramentas mais ou menos elaboradas, em seguida, máquinas, etc.) de maneira a "transformar" o objeto de trabalho, por um lado, em *produtos* próprios a satisfazerem as necessidades humanas diretas (alimentação, vestuário, moradia, etc.) e, por outro, em *instrumentos de trabalho* destinados a garantir a prossecução ulterior do processo de trabalho.⁸¹

⁷⁹ Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 44

⁸⁰ Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 44-45

⁸¹ Ibid, 45

Nessa parte do texto, Althusser reafirma os escritos de Marx em "O Capital", a composição dos meios de produção, os instrumentos de trabalho e os objetos de trabalho, que juntos com a força de trabalho formam as forças produtivas da sociedade.

Em relação às forças produtivas, Althusser acentua a importância da tese marxista, de que nas forças produtivas, o elemento determinante são os meios de produção, e não os agentes dos processos de trabalho.

Ainda sobre as forças produtivas, distingue-as de um modo de produção do conjunto das Forças produtivas existentes em uma formação social concreta, em que coexistem, sob a dominação de um determinado modo de produção. Também aponta para o limite de compreensão, se tomarmos as Forças produtivas como simples soma dos meios de produção e a força de trabalho.

... “sentimos” perfeitamente que as Forças produtivas utilizadas nos diferentes processos de trabalho do processo de produção de *um* modo de produção não são *adicionados* simplesmente ou de qualquer maneira. A adição é resultado da observação que "faz as contas" a partir do qual, certamente, se deve começar, mas no qual não se pode permanecer. Suponhamos que o que descrevemos como uma adição não é um agregado de acaso, mas uma combinação específica que, para cada modo de produção, possui uma *unidade específica* que, justamente, fundamenta a possibilidade material dessa combinação, dessa *conjunção*, que apreendemos empiricamente sob a forma da decomposição de elementos que *adicionamos*. Portanto, é necessário inscrever, entre as questões teóricas importantes a serem elucidadas, a questão da unidade típica que, em formas específicas, para cada modo de produção, organiza suas Forças Produtivas.⁸²

Por último, com relação às Forças produtivas, Althusser afirma que elas não são suficientes para explicar um modo de produção, uma vez que as Forças produtivas

⁸² Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 49-50

são um dos elementos que compõe o modo de produção, sendo o outro, as relações de produção.

São as Relações de produção que passam a ser o elemento central na exposição do texto. A segunda parte do capítulo inicia-se com a definição de Relações de produção.

São relações de um tipo muito particular que existem, nas Sociedades sem classes, entre os agentes da produção quando todos os membros de uma formação social são agentes da produção ou, nas Sociedade de classes, entre os agentes da produção e outros personagens *que não são agentes da produção* e, no entanto, intervêm na produção.⁸³

Com relação às Relações de produção das sociedades de classes e os "personagens", que não são agentes da produção, mas interferem na produção, Althusser os caracteriza como “personagens” que

*detêm os meios de produção e se apropriam, sem "contrapartida", de uma parte dos produtos do trabalho dos agentes da produção: uma parte do sobretrabalho excedente. Portanto, conservam-se, por assim dizer, nas duas "extremidades" do processo de produção já que detêm a propriedade dos meios de produção, antes do processo de produção, e já que, após esse processo, apropriam-se do produto, do qual cedem somente uma parte aos agentes da produção para que estes possam viver e se reproduzir. Guardam o resto (que, em regime capitalista, é a mais-valia) para si mesmo.*⁸⁴

Sobre as Relações de produção, Althusser se detém nas Relações de produção capitalista, que são relações de exploração e assumem uma forma específica nas formações sociais. Sendo essas relações determinadas pela propriedade dos meios

⁸³ Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 51

de produção (matéria-prima e os instrumentos de trabalho) pelos capitalistas, e indivíduos que não possuem os meios de produção e vendem sua força de trabalho aos proprietários dos meios de produção, que os pagam em forma de salário.

Althusser afirma:

a "produção" real só pode efetuar-se quando os Meios de produção (que não "trabalham" sozinhos) são colocados em relação com a - e em ação pela - Força de trabalho, a saber, os trabalhadores *assalariados*. Mas, justamente, essa colocação em contato dos Meios de produção - que não pertencem aos operários assalariados, mas ao proprietário capitalista - com esses operários, que permite a efetivação da produção material, efetua-se em regime capitalista e *unicamente* segundo essas relações, por um lado, de posse dos Meios de produção e, por outro, de não posse dos mesmos meios de produção (os não-detentores dos Meios de produção apenas detêm sua força de trabalho individual), *que convertem ipso facto as relações de produção capitalista em relações de exploração*.⁸⁵

Portanto, a exploração capitalista reside na utilização da força de trabalho pelo capitalista; este compra a força de trabalho do trabalhador "livre" que recebe em troca um salário que não corresponde ao valor que produz.

Ainda sobre o modo de produção capitalista, o autor retoma novamente Marx.

... o capitalismo é um modo de produção que tem como objetivo nº1 não a produção dos objetos de utilidade social, mas a produção da mais-valia e a produção do próprio capital. É o que exprime a expressão corrente: o motor do regime capitalista é a "procura do lucro". Deve-se dizer mais rigorosamente: o motor do capitalismo é a produção da mais-valia *por meio* da produção

⁸⁴ Ibid,51

⁸⁵ Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 55

dos objetos de utilidade social, é o crescimento *ininterrupto, portanto, ampliado* da exploração *por meio* da produção.⁸⁶

Althusser distingue a especificidade do modo de produção capitalista, não na produção de objetos de utilidade social, mas como produtora de mais-valia, esta extorquida dos operários a partir da desigualdade entre o valor do sobreproduto e o valor do salário.

As relações de exploração capitalista se traduzem, também, nas formas técnicas da produção capitalista, portanto, a “divisão social é a realidade da divisão ‘técnica’ do trabalho: produção, exploração e luta de classe na produção”⁸⁷. Essa é a tese defendida na última parte desse capítulo.

A tese que defendemos é absolutamente clássica e pode-se encontrar seus fundamentos, por toda a parte, em *O capital* de Marx e na obra de Lenin e dos continuadores destes dois autores.

1. As relações de produção determinam radicalmente *todas* as relações aparentemente “*técnicas*” da divisão e da organização do trabalho.

2. ... as relações de produção são relações da exploração capitalista - estas determinam radicalmente, não em geral e indistintamente, mas *sob formas específicas*, todas as relações aparentemente “*técnicas*” que intervêm na própria produção material.⁸⁸

O que o autor afirma é que não se pode aceitar o argumento de que o processo de produção capitalista se expressa em fenômenos puramente técnicos, que a divisão social do trabalho é simplesmente uma divisão técnica do trabalho. Mas sim, compreender a divisão social do trabalho, enquanto expressão das relações de produção, enquanto relações de exploração, no próprio seio do processo de produção.

⁸⁶ Ibid,56

⁸⁷ Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 57

A partir das considerações de que as relações de produção não são relações puramente técnicas ou jurídicas, Althusser conclui que as relações de produção não têm nada a ver com simples títulos de propriedade.

As relações de produção não são relações jurídicas, mas algo completamente diferente: colocam em questão as relações de classes, no próprio âmago da produção... essas relações de produção são relações de exploração. O modo de produção de uma sociedade de classes (formação social dividida em classes) é exatamente o oposto de um simples processo técnico de produção. Além de ser o lugar da produção, é ao mesmo tempo o lugar de uma exploração de classe. E de uma luta de classes.⁸⁹

Portanto, **é no processo de produção que se estabelecem as relações de classe e a luta de classes, e essa enquanto luta de classes econômica e ideológica que tem um alcance político.** “É nessa luta de classes de base que se encontra enraizada uma forma de luta de classes completamente diferente, inclusive a luta de classes propriamente *política*, em que todas as formas de luta de classes estão ligadas em um nó decisivo”⁹⁰.

Essas são as questões que aparecem no texto “Sobre a Reprodução”, antes dos primeiros tópicos do texto “Aparelhos Ideológicos de Estado”: uma exposição do projeto de pesquisa como um todo, em dois tomos, seus objetivos e necessidades; uma breve apresentação de sua compreensão da filosofia; e uma exaustiva exposição, sobre o que é um modo de produção, centrada na tese da determinação, em última instância, das Relações de produção.

É a partir desse ponto que o texto publicado, no início dos anos setenta, passa a ser apresentado em forma de notas, iniciando com a questão da reprodução,

⁸⁸ Ibid,57

⁸⁹ Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 68

⁹⁰ Ibid,68

deixando de apresentar a discussão anterior exposta nos manuscritos, especialmente, sobre o modo de produção.

Assim sendo, ao iniciar a leitura do texto “Aparelhos Ideológicos de Estado”, há que se considerar que Althusser tinha um projeto de pesquisa pensado em dois tomos, sendo o primeiro tomo publicado em 1995, a partir de seus manuscritos, e, ao expor as questões da reprodução das Forças produtivas, elas devem ser vistas como continuação das análises e teses defendidas sobre a produção, modo de produção e a determinação das Relações de produção sobre as Forças produtivas e, ainda, a luta de classes estabelecida a partir de Relações de produção, numa determinada sociedade.

Ainda sobre os três primeiros tópicos do texto “Aparelhos Ideológicos de Estado”, que indicam as questões da reprodução das Forças Produtivas, eles aparecem juntos, no texto “Sobre a Reprodução”, no terceiro capítulo com o título “A propósito da reprodução das condições de produção”.

2.4. – Sobre a reprodução das condições de produção

No primeiro tópico do texto “Aparelhos Ideológicos de Estado”, Althusser refere-se ao Livro II de “O Capital” ,de Marx, para afirmar que "a condição última da produção é a reprodução das condições de produção"⁹¹. Ele refere-se às formações sociais, enquanto resultado de modos de produção dominantes, que determinam processos de produções, que acionam as forças produtivas existentes sob relações de produção definidas.

Portanto, a existência de toda formação social deve reproduzir as suas condições de produção existentes.

Nos dois tópicos seguintes, Althusser se limitou a expor a respeito da reprodução das forças produtivas, reprodução dos meios de produção e da força de

trabalho, deixando a questão de reprodução das relações de produção para ser tratada posteriormente.

A reprodução dos meios de produção

Ainda, referindo-se ao livro II do "Capital", Althusser afirma: "não há produção possível sem que seja assegurada a reprodução das condições materiais da produção: a reprodução dos meios de produção"⁹².

Nesse tópico, bastante breve, Althusser se limita a mencionar "a existência da necessidade da reprodução das condições materiais da produção"⁹³ e, aponta como uma questão já tratada por Marx, nos livros II e III de "O Capital".

Reprodução da força de trabalho

Com relação à reprodução da força de trabalho, enquanto parte da reprodução das forças produtivas, Althusser afirma que a reprodução da força de trabalho se dá fora da empresa e que o meio para essa reprodução é o salário, como parte do valor produzido

pelo gasto da força de trabalho, indispensável para sua reprodução, quer dizer, indispensável para a reconstituição da força de trabalho do assalariado (para a habitação, vestuário e alimentação, em suma, pra que ele esteja em condições de tornar a se apresentar na manhã seguinte - e todas as santas manhãs - ao guichê da empresa); e acrescentamos: indispensável para a criança e educação das crianças nas quais o proletariado se reproduz - como força de trabalho".⁹⁴

Aqui, Althusser novamente retoma Marx, afirmando que a reprodução da força de trabalho não é apenas biológica (manter viva a força de trabalho), mas também

⁹¹ Louis ALTHUSSER, Aparelhos Ideológicos de Estado, 53

⁹² Louis ALTHUSSER, Aparelhos Ideológicos de Estado, 54

⁹³ Ibid,55

⁹⁴ Ibid,56

essa reprodução é determinada, historicamente, pela luta de classes contra o aumento da jornada de trabalho e contra a diminuição dos salários.

Nesse tópico, nosso autor chama atenção para a compreensão de que a reprodução não se assegura somente pela reprodução das condições materiais, uma vez que a força de trabalho deve estar apta para o sistema de produção.

O desenvolvimento das forças produtivas e o tipo de unidade historicamente constitutivo das forças produtivas num dado momento determinam que a força de trabalho deve ser (diversamente) qualificada e então reproduzida como tal. Diversamente: conforme às exigências da divisão social-técnica do trabalho, nos seus diferentes "cargos" e "empregos".⁹⁵

Com relação à qualificação da força de trabalho, Althusser defende que tendencialmente, ela se reproduz cada vez mais, na sociedade capitalista, fora do local de trabalho e cada vez mais "fora da produção, através do sistema escolar capitalista e de outras instâncias e instituições"⁹⁶. E que a reprodução técnica da força de trabalho, na escola, devido

as "regras" do bom comportamento, isto é as conveniências que devem ser observadas por todo agente da divisão do trabalho conforme o posto que ele esteja "destinado" a ocupar; as regras de moral e de consciência cívica e profissional, o que na realidade são regras de respeito à divisão social-técnica do trabalho e, em definitivo, regras da ordem estabelecida pela dominação de classe.⁹⁷

⁹⁵ Louis ALTHUSSER, *Aparelhos Ideológicos de Estado*, 57

⁹⁶ *Ibid*,57

⁹⁷ *Ibid*,58

O que Althusser pretende com essa passagem é demonstrar que a reprodução das forças de trabalho exige sua reprodução de qualificação e também, a reprodução da submissão da força de trabalho à ideologia dominante.

A reprodução da força de trabalho faz, assim, aparecer como sua condição *sine qua non*, não só a reprodução de sua "qualificação", mas também *a reprodução de sua sujeição à ideologia dominante, ou da "prática" dessa ideologia*. Indiquemos com toda a clareza que é necessário dizer: "não só, mas também" porque *a reprodução da qualificação de força de trabalho é garantida nas formas e sob as formas do submetimento ideológico*.⁹⁸

O final desse tópico aponta para a questão da ideologia como realidade que compõe a sociedade e também, novamente, coloca a questão da Reprodução das Relações de produção como problema "crucial da teoria marxista do modo de produção"⁹⁹. Mas antes de tratar da reprodução das relações de produção, é preciso retomar a pergunta: "O que é uma sociedade?".

E para dar continuidade à resposta dessa questão, após tratar da reprodução das forças produtivas, o tópico que se apresenta, em seguida, é da "**Infra-estrutura e Superestrutura**" que aparece com o mesmo título no texto "Sobre a Reprodução".

2.5. – Infra-estrutura e Superestrutura

Aqui vale a pena utilizar o texto "Sobre a Reprodução", uma vez que contém alguns parágrafos que foram suprimidos no texto "Aparelhos Ideológicos da Estado" e, também, por apresentar uma divisão interna que pode nos ajudar na compreensão do item.

⁹⁸ Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 76

⁹⁹ Idem, Aparelhos Ideológicos de Estado, 59

O capítulo, o IV do texto "Sobre a Reprodução", diz respeito à discussão da formulação de Marx sobre o todo social constituído

por "níveis" ou "instâncias", articulados por uma determinação específica: a *infra-estrutura* ou base econômica ("unidade" das forças produtivas com as relações de produção) e a *superestrutura* que comporta em si mesma dois "níveis" ou "instâncias": o jurídico-político (o Direito e o Estado) e o Ideológico (as diferentes ideologias: religiosa, moral, jurídica, política, etc.)¹⁰⁰

Althusser utiliza a metáfora espacial, do edifício de Marx, para discutir a infra-estrututra e a superestrutura da sociedade; para isso, divide a exposição do capítulo em duas partes, a primeira apontando as vantagens da metáfora e a Segunda, sobre seus limites.

Com relação às vantagens da representação tópica de Marx, os textos de Althusser, não trazem diferenças e apontam a vantagem teórica de permitir "inscrever no *dispositivo* teórico de seus conceitos essenciais e que designamos por *índice respectivo de eficácia*"¹⁰¹. O que Marx pretende, com a metáfora do edifício é representar a estrutura da sociedade e de que "os andares superiores não poderiam 'manter-se' (no ar) por si sós, se não repousassem precisamente sobre sua *base* e seus alicerces"¹⁰².

A metáfora do edifício permite identificar a infra-estrutura da sociedade como determinante, em última instância. Mas, ao mesmo tempo que permite identificar a base econômica, como determinante, permite, também, identificar a autonomia relativa da superestrutura de seu retorno sobre a base.

Portanto, podemos dizer que a grande vantagem *teórica* da tópica marxista, portanto, da metáfora espacial do edifício (base

¹⁰⁰ Louis ALTHUSSER, "Sobre a Reprodução, 79

¹⁰¹ Ibid,79

¹⁰² Ibid,79

e superestrutura), consiste, simultaneamente, em *fazer ver* que as questões de determinação (ou de índice de eficácia) são capitais; em fazer ver que é a base que determina em última instância todo o edifício; e, por consequência, em *obrigar a formular* o problema teórico do tipo de eficácia "derivada" próprio da superestrutura, isto é, *obrigar a pensar* o que a tradição marxista designa pelas expressões conjugadas de autonomia relativa da superestrutura com a ação de retorno da superestrutura sobre a base.¹⁰³

Com relação aos limites da metáfora do edifício, Althusser os atribui por se tratar de uma metáfora descritiva, indicando a necessidade de se representar o todo social de outra maneira. Mesmo apontando o limite da metáfora, Althusser não a descarta.

Que sejamos bem entendidos: não recusamos em absoluto a metáfora clássica, já que ela mesma nos obriga a superá-la. E não a superaremos afastando-a como caduca. Pretendemos simplesmente pensar o que ela nos dá sob a forma de uma descrição.¹⁰⁴

Ainda sobre os limites da metáfora, o texto "Aparelhos Ideológicos de Estado" se limita a apresentar a tese de que só é "possível e necessário pensar o que caracteriza o essencial da existência e natureza da superestrutura"¹⁰⁵, a partir da reprodução.

Também encontra-se, no penúltimo parágrafo do item "Infra-estrutura e Superestrutura", a afirmação: "Sustentamos como tese fundamental que somente é possível levantar estas questões (e portanto respondê-las) *a partir do ponto de vista da*

¹⁰³ Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 80

¹⁰⁴ Idem, Aparelhos Ideológicos de Estado, 61

¹⁰⁵ Ibid,62

reprodução"¹⁰⁶. O que chama a atenção é que as questões anunciadas não são apresentadas.

O fato é que as questões a que Althusser se refere não foram publicadas, no texto "Aparelhos Ideológicos de Estado", mas aparecem no texto "Sobre a Reprodução".

As questões levantadas dizem respeito à possibilidade e à necessidade de se pensar a existência e a natureza da superestrutura a partir da reprodução, e de que as relações entre o Direito/Estado e as ideologias devem ser pensadas de forma diferente da apresentada, na metáfora do edifício, em que o grau de eficácia da superestrutura jurídico-política é maior que a da superestrutura ideológica. A terceira questão é a unidade jurídico-política, e a ordem como aparece, o Direito antes do Estado.

Essas considerações são resumidas por Althusser em cinco perguntas: "O que é o Direito?", "O que é o Estado?", "O que é a ideologia?", "Quais relações mantêm entre si o Direito, o Estado e a ideologia?" e por último "Sob qual tipo de 'agrupamento' (Direito-Estado ou Estado-Direito, etc.) podemos figurar essas relações para que sejam pensadas?".

O Direito, o Estado e a Ideologia, ou seja, a superestrutura da sociedade, passam a ser a preocupação de Althusser nos capítulos posteriores. É interessante notar que a questão do direito não aparece no texto "Aparelhos Ideológicos de Estado", já no texto "Sobre a Reprodução" lhe são dedicados dois capítulos, o V com o título "O Direito" e o IX com o título "De novo sobre o 'Direito'. Sua realidade: o Aparelho ideológico de Estado jurídico".

2.6. – O Direito

A questão do Direito está ausente do texto “Aparelhos ideológicos de Estado”, apesar de indicada no fim da apresentação sobre “Infra-estrutura e

¹⁰⁶ Ibid,62.

Superestrutura”. Porém, a problemática do Direito, aparece no texto “Sobre a Reprodução” no capítulo V, “O Direito”, que é apresentada entre a exposição do capítulo IV, “Infra-estrutura e Superestrutura”, e o capítulo VI “O Estado e seus aparelhos”, problemática retomada no capítulo XI, “De novo, sobre o ‘Direito’. Sua realidade: o Aparelho ideológico de Estado jurídico”, que aparece entre a discussão da Reprodução das Relações de produção e a Ideologia.

Quanto ao capítulo V, “**O Direito**”, trata-se de uma análise descritiva do Direito, colocando-o como um sistema de regras codificadas que são aplicadas na prática cotidiana. Nosso autor considera o Direito privado (contido no Código Civil) como base jurídica da qual os outros “setores do Direito tentam sistematizar e harmonizar suas próprias noções e suas próprias regras.”¹⁰⁷

O Direito privado enuncia, sob uma forma sistemática, regras que regem as trocas mercantis, isto é, a venda e a compra - as quais repousam, em última instância, sobre o “direito de propriedade”. O próprio direito de propriedade explicita-se a partir dos seguintes princípios gerais jurídicos: a *personalidade* jurídica (personalidade civil que define os indivíduos como pessoas de direito, dotadas de capacidades jurídicas definidas); a *liberdade* jurídica de “usar e abusar” dos bens que constituem o objeto da propriedade; e a *igualdade* jurídica (todos os indivíduos dotados da personalidade jurídica - no nosso Direito atual, todos os homens, exceto a ‘escória’ excluída da igualdade jurídica).¹⁰⁸

Althusser apresenta três características que devem ser levadas em conta no Direito, indicadas por Marx e Engels: sistematicidade do Direito, formalidade do Direito e a repressividade do Direito.

Em relação à sistematicidade do Direito, Althusser introduz o conceito da não-contradição e da saturação interna. Quanto ao conceito da não-contradição afirma:

¹⁰⁷ Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 83

Na medida em que o Direito é um sistema de regras que são aplicadas, isto é, simultaneamente, respeitadas e contornadas, deve reinar entre todas as regras desse sistema uma *coerência* tal que não seja possível *invocar* as vantagens de uma regra contra outra, caso contrário o efeito da primeira regra seria destruído pelo efeito da segunda. É a razão pela qual o Direito tende a eliminar nele toda possibilidade de *contradição* e é a razão pela qual os juristas desenvolvem essa extraordinária atividade de sistematização que sempre suscitou a admiração do comum dos mortais e que os constitui como juristas, maníacos das regras e dos casos de aplicação.¹⁰⁹

Na seqüência, Althusser apresenta o conceito de saturação interna e a necessidade do Direito ser saturado.

...o Direito deve ser *saturado*, isto é, deve apresentar um sistema de regras que *tendem* a abranger todos os casos possíveis apresentados na “realidade”, de maneira a evitar ser surpreendido por um “déficit” jurídico de fato, por onde poderiam se introduzir, no próprio Direito, práticas não-jurídicas que viessem a prejudicar a integralidade do sistema.¹¹⁰

Deve-se entender a atividade de sistematização não como simples forma de reduzir as contradições possíveis entre as regras do Direito existente, mas também como redução das “*contradições* possíveis entre as regras já definidas no sistema interno do Direito e as práticas-limite parajurídicas da jurisprudência, cujo caráter próprio é reconhecer os ‘casos’ que o Direito ainda não integrou e sistematizou verdadeiramente”¹¹¹, ou seja, a tendência do Direito não é só reduzir suas contradições internas, mas também e sobretudo reduzir as contradições do sistema de regras

¹⁰⁸ Ibid,83

¹⁰⁹ Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 84

¹¹⁰ Ibid,84

¹¹¹ Ibid,84

jurídicas, o Direito escrito, e as “práticas-limite parajurídicas da jurisprudência”, que conhecemos como Direito consuetudinário, externo ao sistema de regras formalmente estabelecido.

Quanto à formalidade do Direito, Althusser afirma que o direito é necessariamente formal, “no sentido de que incide não sobre o *conteúdo* do que é trocado pelas pessoas jurídicas nos contratos de compra-venda, mas sobre a *forma* desses contratos de troca, forma definida pelos atos (formais) das pessoas jurídicas formalmente livres e iguais perante o Direito”¹¹². Sendo que essa formalidade do Direito permite sua sistematização como tendencialmente não-contraditória e saturada.

O Direito aplica-se sobre conteúdos que não se encontram no próprio Direito. O que Althusser pretende destacar é a distinção entre as relações de produção e as relações jurídicas, sendo as relações de produção os conteúdos aos quais se aplica a forma do Direito.

Isso leva Althusser a afirmar que “o Direito não existe a não ser em função das relações de produção existentes”¹¹³. Outra afirmação importante, com relação ao Direito, é de que “o Direito não possui a forma do Direito, isto é, sua sistematicidade formal, a não ser com a condição *de que as relações de produção*, em função das quais ele existe, *estejam completamente ausentes do próprio Direito*”¹¹⁴.

Althusser, ao se referir a essa singularidade do Direito, cita uma formulação clássica do marxismo, que “o direito ‘exprime’ as relações de produção, embora, no sistema de suas regras, não faça qualquer menção às citadas relações de produção; muito pelo contrário, *escamoteia-as*”¹¹⁵.

¹¹² Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 84-85

¹¹³ Ibid,85

¹¹⁴ Ibid,85

¹¹⁵ Ibid,85

Com relação ao escamoteamento das relações de produção no Direito, em uma nota de rodapé, afirma:

O Direito reconhece a todos os homens, sujeitos jurídicos iguais, o direito de propriedade. Mas nenhum artigo reconhece o fato de que alguns sujeitos (os capitalistas) sejam proprietários dos meios de produção, e outros (os proletários) desprovidos de qualquer meio de produção. Esse conteúdo (as relações de produção) está, portanto, ausente do Direito que, ao mesmo tempo, o *garante*.¹¹⁶

A distinção entre as relações de produção e as relações jurídicas é de fundamental importância no pensamento althusseriano para a análise do modo de produção capitalista.

Mais uma vez, reafirma a determinação, em última instância, da base econômica da sociedade sobre sua superestrutura e, na base econômica, a determinação das relações de produção sobre as forças produtivas.

Com respeito à terceira característica do Direito, a repressividade, Althusser aponta para a correlação entre direitos e sanções.

O Direito é repressor no sentido de que não poderia existir sem um sistema correlativo de sanções. Dito por outras palavras, não existe Código Civil possível sem um Código Penal que é sua realização no próprio nível do Direito. Isso compreende-se facilmente: não pode existir contrato jurídico a não ser com a condição de que se *aplique*, isto é, respeite ou contorne o Direito. Portanto, deve existir um Direito da aplicação (e da não-aplicação) *do* Direito, isto é, do respeito (e do não-respeito) às regras do contrato jurídico.¹¹⁷

¹¹⁶ Louis ALTHUSSE, Sobre a Reprodução, 85

¹¹⁷ Ibid,90

As relações jurídicas, em que as partes se comprometem a determinadas obrigações, se comprometem, ao mesmo tempo, a serem sancionadas se não cumprirem com suas obrigações, constituindo-se a necessidade de um aparato que aplique as sanções. “Esse aparelho existe no *Aparelho repressor de Estado* no sentido estrito da expressão. Chama-se: corpo de polícia, tribunais, multas e prisões. É por esse motivo que o direito *faz corpo com o Estado*”¹¹⁸.

A repressividade do Direito não é exclusivamente repressão em ato, mas também, e freqüentemente, repressão “preventiva”, que

não intervém nas formas jurídico-estatais a não ser em um reduzido número de casos, em relação ao número infinito dos contratos respeitados, sem que tenha lugar a intervenção direta do aparelho repressor e sem que seja desencadeado um processo de repressão. Na imensa maioria dos casos, as coisas se passam sem história: as cláusulas dos contratos são *respeitadas*.¹¹⁹

A respeitabilidade aos contratos chama a atenção de Althusser, uma vez que, esse respeito, na maior parte dos casos, não é garantido pela violência em ato, nem pela violência preventiva, mas pela ideologia jurídica e moral.

Se a imensa maioria das pessoas jurídicas respeitam as cláusulas dos contratos que subscrevem, é, com efeito, sem a intervenção nem tampouco a ameaça preventiva do Aparelho repressor de Estado especializado: é porque elas estão “impregnadas” pela “*honestidade*” da *ideologia jurídica* que se inscreve em seu comportamento de respeito pelo Direito e permite propriamente ao Direito “funcionar”, isto é, à prática jurídica “agir sozinha”, sem a ajuda de repressão ou da ameaça.¹²⁰

¹¹⁸ Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 91

¹¹⁹ Ibid,91

¹²⁰ Ibid,92-93

Nesse sentido, deve-se distinguir o Direito da ideologia jurídica. Sendo que o Direito diz respeito aos indivíduos enquanto pessoas jurídicas livres, iguais e com obrigações enquanto pessoas jurídicas. Já a ideologia jurídica diz respeito aos homens livres e iguais por natureza. Segundo Althusser, "na ideologia jurídica, é, portanto, a '*natureza*' e não o Direito que 'fundamenta' a liberdade e a igualdade dos 'homens' (e não das pessoas jurídicas)"¹²¹.

Portanto, na prática jurídica o aparato repressor se mantém vigilante e intervém quando é necessário, sendo que na maior parte das vezes não intervém e está muitas vezes ausente da prática jurídica.

A ausência e não intervenção da repressão, na maior parte das vezes, levam a ideologia jurídica e moral a ocupar o espaço das práticas jurídicas, a desempenhar o "papel de policial ausente, fosse o 'representante' do policial ausente, no espaço da prática jurídica dos contratos"¹²². Assim sendo, a representação da repressão pela ideologia jurídica, ausenta a violência, na maioria das vezes, da prática jurídica.

... na imensa maioria dos casos, não há necessidade da intervenção da violência de Estado. Para que a prática jurídica "funcione", *basta a ideologia jurídica-moral*, e as coisas funcionam "*por si só*" já que as pessoas jurídicas estão impregnadas dessas "evidências" que saltam aos olhos, que os homens são livres e iguais por *natureza*, e "devem" respeitar seus compromissos por simples "consciência" (batizada profissional para dissimular seu fundo *ideológico*) jurídico-moral. Nós diremos, portanto, que a prática do Direito "funciona", na imensa maioria dos casos, "por meio da ideologia jurídico-moral."¹²³

Retomando a questão do Direito no capítulo XI, **“De novo, sobre a ‘Direito’. Sua realidade: o Aparelho ideológico de Estado jurídico”**, o autor

¹²¹ Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 94

¹²² Ibid,94

caracteriza o Direito burguês a partir de três pontos: o primeiro, como regulador formal do jogo das relações de produção capitalista¹²⁴, uma vez que define “os proprietários, sua propriedade (bens), seu direito de ‘usar’ e de ‘abusar’ da respectiva propriedade, seu direito de aliená-la com toda a liberdade, o direito recíproco de adquirir uma propriedade”¹²⁵, sendo o objeto concreto do Direito as relações de produção das quais faz suas abstrações. E enquanto Direito burguês faz abstrações “não de qualquer coisa, mas do objeto concreto determinado do qual tem o ‘encargo’ de regulamentar o funcionamento, a saber, *as relações de produção capitalistas*”¹²⁶.

Quanto à segunda característica do Direito burguês, ela diz respeito a sua universalidade, pois o jogo das relações de produção no regime capitalista

é o jogo de um direito mercantil efetivamente universal já que, em regime capitalista, *todos* os indivíduos (maiores, etc.) são sujeitos de direito e que *tudo é mercadoria*. Tudo, isto é, não só os produtos socialmente necessários que se vendem e se compram, mas também *o uso da força de trabalho*... Em Roma, o escravo era uma mercadoria – portanto, uma coisa – e não um sujeito de Direito¹²⁷.

Estas duas características, a formalidade e a universalidade do Direito, são o “*reconhecimento* oficial, legal, das condições formais que regulam o jogo, isto é, o funcionamento das relações de produção capitalistas”¹²⁸.

Além das duas características, aponta outra, a do Direito ser necessariamente vinculado ao Aparelho repressor do Estado e, ao mesmo tempo,

¹²³ Ibid,95

¹²⁴ Com relação ao termo relações de produção, Althusser em nota de rodapé, na página 189, do texto “Sobre a Reprodução”, observa: “Quando falamos das ‘relações de produção’ queira o leitor entender sempre, ao mesmo tempo, ‘e as que derivam delas’: relações de troca, de consumo, relações políticas, etc.”.

¹²⁵ Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 189

¹²⁶ Ibid,189

¹²⁷ Ibid,190

¹²⁸ Ibid,190

vinculado à ideologia jurídico-moral burguesa; portanto, o Direito se apresenta sob dois aspectos, o repressor e o ideológico.

A partir dessas considerações, Althusser afirma que, “já não podemos considerar o ‘Direito’ (= os códigos) por si só, mas como peça de um sistema que comporta o direito, o aparelho repressor especializado, e a ideologia jurídico-moral”¹²⁹.

Quanto ao aspecto repressivo do Direito, ele se apresenta como um destacamento que “intervém efetivamente de forma direta, não só na reprodução das relações de produção, mas *no próprio funcionamento das relações de produção* uma vez que sanciona e reprime as infrações jurídicas que aí se verificarem”¹³⁰. Sendo essa intervenção freqüente e visível no funcionamento cotidiano das relações de produção.

Em relação ao aspecto ideológico jurídico-moral, ele intervém não só na reprodução das relações de produção, mas também direta e cotidianamente no funcionamento das relações de produção.

A partir das observações e afirmações a respeito do Direito e de seu duplo aspecto, formula a seguinte proposição:

Se levarmos em consideração tudo o que acaba de ser dito; se retivermos o fato de que o Direito “funciona” de maneira prevalente por meio da ideologia jurídico-moral, apoiada por intervenções repressoras intermitentes; se, enfim, nos lembrarmos que defendemos a tese de que, em seu funcionamento, todo aparelho de Estado combina, simultaneamente, a repressão com a ideologia, temos fortes razões para considerar que o “Direito”... merece ser pensado sob o conceito de *Aparelho ideológico de Estado*¹³¹.

¹²⁹ Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 191

¹³⁰ Ibid, 191

¹³¹ Ibid, 191-192

A tese de que o Direito se constitui em um Aparelho ideológico de Estado, visto que funciona, predominantemente, sob o aspecto ideológico jurídico-moral e esse se manifesta cotidianamente nos agentes da produção e das trocas, significa que

sua função *específica* dominante seria garantir não a reprodução das relações de produção capitalistas para a qual contribui igualmente (embora de maneira subordinada), mas *assegura diretamente o funcionamento das relações de produção capitalistas*¹³².

Portanto, a questão do Direito introduz a discussão do Estado em Althusser, sendo que este, ao distinguir as relações de produção das relações jurídicas, o coloca no âmbito da superestrutura, do Estado, com a função predominantemente ideológica e, enquanto tal, elemento regulador das relações de produção.

2.7. – Estado

A temática do Estado, no texto "Aparelhos Ideológicos de Estado", é uma pequena parte da elaboração feita por Althusser, apresentada no texto "Sobre a Reprodução". No primeiro texto são apresentados apenas cinco itens: "O Estado", "Da Teoria descritiva à Teoria Propriamente Dita", "O essencial da teoria marxista do Estado", "Os Aparelhos Ideológicos de Estado" e "O que são os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE)". Esses itens aparecem na forma de capítulo, o quinto, no livro "Sobre a Reprodução", sendo que nele aparecem parágrafos ausentes do texto publicado no início dos anos setenta. Além de parágrafos inéditos, o texto contém ainda os itens; "Instituições públicas e privadas", "Os aparelhos ideológicos de Estado e os subprodutos ideológicos de suas práticas", "O duplo funcionamento dos aparelhos de Estado e sua ação concertada" e a "Fragilidade e solidez dos Aparelhos Ideológicos de Estado".

Sobre a temática do Estado, o texto "Sobre a Reprodução" traz mais dois capítulos com os títulos: "Breves observações sobre os Aparelhos Ideológicos políticos e sindical da formação social capitalista francesa" e "Os Aparelhos ideológicos de Estado político e sindical", respectivamente, capítulos VII e VIII.

Dada a maior amplitude do texto "Sobre a Reprodução", o manteremos como referência para exposição da compreensão do Estado em Althusser.

O Estado e seus Aparelhos

O capítulo inicia-se com a tese de que a tradição marxista sobre o Estado expressa uma teoria formal e, que essa formalidade de expressão nos textos, principalmente de Marx e Lênin, o Estado é concebido, explicitamente, como aparelho repressor e, que através dele, as classes dominantes garantem sua dominação.

Em sua crítica ao formalismo dos clássicos do marxismo, Althusser ressalta a prática política desses pensadores e militantes como demonstração de uma compreensão a respeito do Estado, muito mais complexa do que as descritas e, mesmo sobre a forma descritiva apresentam pontos essenciais da teoria do Estado e que, portanto, não é o caso de se negar a teoria do Estado de Marx e Lênin, mas a necessidade de se avançar na formulação dela.

Quanto à teoria marxista de Estado, nosso autor a resume em quatro pontos.

- 1.O Estado é o Aparelho (repressor) de Estado;
- 2.É necessário estabelecer a distinção entre o Poder de Estado e o Aparelho de Estado;
- 3.O objetivo da luta de classes diz respeito à posse do Poder de Estado e, por conseqüência, à utilização do Aparelho de Estado pelas classes (ou aliança de classes ou frações de classes) detentoras do poder de Estado, em função de seus objetivos de classe;

¹³² Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 192

4.O proletariado deve assenorear-se do Poder de Estado para destruir o aparelho de Estado burguês existente e, em uma primeira fase, a da ditadura do proletariado, substituí-lo por um Aparelho de Estado completamente diferente, proletário, e depois, nas fases ulteriores, instalar um processo radical, o da destruição do Estado (fim do poder de Estado e de qualquer Aparelho de Estado).¹³³

Nesse resumo, Althusser afirma que a distinção entre o Poder de Estado e os Aparelhos de Estado já figuram na teoria marxista de Estado, e a distinção, apesar de comportar elementos complexos e diferenciados, não conseguiu superar completamente a forma descritiva. Segundo ele, a teoria marxista de Estado deveria ser acrescida de algo que tinha sido precedido

há muito tempo, por Marx, Lenin, Stalin e Mao que, entretanto, não chegaram a sistematizar, sob uma forma teórica, os progressos decisivos implicados em suas experiências e procedimentos. Por quê? Porque essas *experiências e procedimentos limitaram-se ao terreno da prática política*.

Com essa afirmação, estamos sugerindo que os clássicos do marxismo trataram, de fato, isto é, em sua prática política, o Estado como uma *realidade mais complexa* do que aquela que consta na definição que lhe é dada na “teoria marxista do Estado”, mesmo quando completada como acabamos de fazer. Portanto, eles reconheceram essa complexidade em sua prática, mas não a exprimiram em uma teoria correspondente.¹³⁴

A afirmação de que a “prática política da luta de classes proletária” já tinha levado os clássicos do marxismo à compreensão da complexidade do Estado, além da descritiva, o autor se propõe a esboçar uma teoria correspondente a esse conhecimento acumulado pela experiência da luta de classes.

¹³³ Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 101

¹³⁴ Ibid,101

Sabemos muito bem a qual gênero de objeção estamos nos expondo já que não poderemos apresentar qualquer proposição *que já não tenha sido consignada nos protocolos da prática política da luta de classe proletária*. Poderemos, portanto, em cada instante, dizer-nos que não trazemos nada absolutamente de novo e, em certo sentido, teremos toda a razão. No entanto, pensamos trazer algo de novo que é, sem dúvida, pouca coisa já que diz respeito apenas à *colocação em forma teórica* de algo já reconhecido na prática da luta de classes proletária. Mas sabemos, pelo mesmos clássicos, que essa pouca coisa (a colocação em forma teórica da experiência prática da luta de classes) é, ou pode ser, *muito importante* para a própria luta de classes.¹³⁵

Em sua proposta de formulação teórica, Althusser inicia apresentando a tese de que

é indispensável levar em consideração não só a distinção entre *Poder de Estado* (e seus detentores) e *Aparelhos de Estado*, mas também uma outra “realidade” que se encontra, manifestamente, do lado do Aparelho repressor de Estado, *mas não se confunde com ele*; corremos o risco teórico de designá-la por *Aparelhos ideológicos de Estado*. O ponto preciso de intervenção teórica diz respeito, portanto, a esses Aparelhos ideológicos de Estado na sua diferença em relação ao Aparelho de Estado, no sentido de Aparelho repressor de Estado.¹³⁶

A partir desse ponto do texto, nosso autor passa a denominar Aparelho repressor de Estado, o que os clássicos designavam por Aparelho de Estado, e Aparelhos ideológicos de Estado esta realidade da superestrutura, que faz parte do Estado, e que se distingue do aparato repressor. É sobre a “nova” realidade, AIE, que ele se debruça para formular sua contribuição no desenvolvimento da teoria marxista do Estado¹³⁷.

¹³⁵ Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 101-102

¹³⁶ Ibid, 102

¹³⁷ O conceito de Estado ampliado e do aparato ideológico deste Estado, também aparece no texto “O Estado, O Poder, O Socialismo” de Nicos Poulantzas. Nele o autor afirma: “O Estado tem um papel

Antes de dar a definição do que são os Aparelhos ideológicos de Estado, são listados vários aparelhos (aparelho escolar, familiar, religioso, político, sindical, da informação, da edição-difusão e o cultural) e feitas três observações a respeito desses aparelhos.

Primeira observação.

Pode-se notar, empiricamente, que a cada AIE corresponde o que se chama de “instituições” ou “organizações”...

Segunda observação.

Para cada AIE, as diferentes instituições e organizações que o constituem formam um sistema.

Terceira observação.

Constatamos que as instituições existentes em cada AIE, seu sistema e, portanto, cada AIE, embora definido como *ideológico*, não é redutível à existência de “idéias” sem *suporte* real e material. Com isso, não quero dizer somente que a ideologia de cada AIE é realizada em instituições e práticas materiais, isso é evidente. Quero dizer outra coisa: que essas práticas materiais estão “*ancoradas*” em realidades não-ideológicas.¹³⁸

A partir dessas observações, Althusser define o que são os Aparelhos ideológicos de Estado.

Um Aparelho ideológico de Estado é um sistema de instituições, organizações e práticas correspondentes, definidas. Nas instituições, organizações e práticas desse sistema é realizada

essencial nas relações de produção e na delimitação-reprodução das classes sociais, porque não se limita ao exercício da repressão física organizada. O Estado também tem um papel específico na organização das relações ideológicas e da ideologia dominante”p.33, ainda neste mesmo texto o autor afirma: “a ideologia dominante invade os aparelhos de estado, os quais igualmente têm por função elaborar, apregoar e reproduzir esta ideologia, fato que é importante na constituição e reprodução da divisão social do trabalho, das classes sociais e do domínio de classe. Esse é por excelência o papel de certos aparelhos oriundos da esfera do Estado, designados *aparelhos ideológicos de Estado*, mesmo que pertençam formalmente ao Estado o conservem um jurídico ‘privado’: Igreja (aparelho religioso), aparelho escolar, aparelho oficial de informações (rádio, televisão), aparelho cultural etc.”p.33-34.

¹³⁸ Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 103

toda a Ideologia de Estado¹³⁹ ou uma parte dessa ideologia (em geral, uma combinação típica de certos elementos). A ideologia realizada em um AIE garante sua unidade de sistema “ancorada” em funções materiais, próprias de cada AIE, que não são redutíveis a essa ideologia, mas lhe servem de “suporte”.¹⁴⁰

Importante notar que as observações e a definição, acima referidas, dos Aparelhos ideológicos de Estado não aparecem na publicação do texto do início da década de setenta. Também há que se notar que as observações e a própria definição, no texto “Sobre a Reprodução”, referem-se aos Aparelhos ideológicos de Estado como um **sistema** formado por instituições e organizações. Essa observação é fundamental nessa releitura, uma vez que a leitura do texto “Aparelhos Ideológicos de Estado” pode levar o leitor, como vários já o fizeram, a identificar o Aparelho ideológico de Estado como uma instituição ou organização e não, como um sistema, em que cada instituição ou organização é uma peça do sistema, uma peça do aparelho ideológico e não o próprio aparelho.

Com a definição do que são os Aparelhos ideológicos de Estado, o texto passa a caracterizá-los e a distingui-los do Aparelho repressor de Estado. Enquanto os primeiros agem, predominantemente, pela ideologia, o segundo age, predominantemente, através da violência.

Outra preocupação do texto é a de não se confundir em Aparelho repressor de Estado como instituições e organizações do setor público e os Aparelhos ideológicos de Estado com o setor privado. Essa distinção mereceu um item específico de análise entre o Estado e suas instituições públicas e privadas.

¹³⁹ Quanto à definição de Ideologia de Estado, Althusser a define como reagrupamento de “um certo número de temas importantes, extraídos dos diferentes domínios da ideologia (religiosa, jurídica, moral, política, etc.), em um sistema que *resume* os ‘valores’ essenciais de que tem necessidade a dominação das classes que detêm o poder de Estado para ‘levar na conversa’ os explorados e os agentes da exploração e da repressão, assim como os agentes da ideologização, portanto, para garantir a reprodução das relações de produção”. in: Sobre a Reprodução, 162

¹⁴⁰ Louis ALTHUSSER, Sobre a reprodução, 104.

Althusser argumenta que a distinção entre o público e o privado é uma distinção do direito burguês e que essa distinção apenas define as pessoas jurídicas, que detêm a propriedade formal de uma ou de outra instituição. O que se pretende é afirmar que o argumento jurídico de oposição à sua tese não serve, uma vez que seu objeto não é o direito, mas sim, a luta de classes e as relações de classe. E que o Estado e seus aparelhos são sempre instrumentos da classe dominante, independente do Direito constitucional que o define.

Não é, portanto, a distinção privado/público que pode atingir nossa Tese sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Todas as instituições privadas citadas, quer sejam propriedade do Estado ou de tal particular, *funcionam*, por bem ou por mal, enquanto peças de Aparelhos ideológicos de Estado determinados sob a Ideologia de Estado, a serviço da política do Estado, o da classe dominante, na forma que lhes é própria: a de Aparelhos que funcionam de maneira predominante por meio da ideologia – e não por meio da repressão, como o Aparelho repressor de Estado. Essa ideologia é, como já o indiquei, a Ideologia do próprio Estado.¹⁴¹

Como último argumento, em defesa de seu conceito de Aparelho ideológico de Estado, Althusser reafirma que o argumento “juridicista” diz respeito a instituições e de que uma instituição **não** é um Aparelho ideológico de Estado.

O que faz um Aparelho ideológico de Estado, é um *sistema* complexo que compreende e combina *várias* instituições e organizações, e respectivas práticas. Que sejam todas públicas ou todas privadas, ou que umas sejam públicas e outras privadas, trata-se de um detalhe subordinado, já que o que nos interessa é o *sistema* que constituem. Ora, esse sistema, sua existência e sua natureza não devem nada ao Direito, mas a uma realidade completamente diferente que designamos por Ideologia de Estado.¹⁴²

¹⁴¹ Louis ALTUSSER, Sobre a Reprodução, 107

¹⁴² Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 108

Para melhor compreender os Aparelhos ideológicos de Estado, nosso autor indica a necessidade de se admitir “o seguinte fato paradoxal: não são as instituições que ‘produzem’ as ideologias correspondentes; pelo contrário, são *determinados elementos de uma ideologia (a ideologia de Estado)* que ‘se realizam’ ou ‘existem’ em instituições correspondentes, e suas práticas”¹⁴³.

Essa afirmação leva Althusser a mais uma observação, a da existência de outras formas ideológicas, além da ideologia de Estado. Ele acentua que “as mencionadas instituições ‘produzam’, no âmago de si mesmas e em suas práticas, certas formas de ideologia inexplicáveis fora de suas práticas”¹⁴⁴

Em sua formulação, distingue os elementos determinados da Ideologia de Estado que existem e realizam-se nos Aparelhos de Estado e suas práticas, na ideologia que é produzida no interior dos Aparelhos. A partir dessa distinção, passa a designar a ideologia de Estado por Ideologia Primária, e de ideologia secundária, a ideologia subproduto da prática em que se realiza a Ideologia Primária, a ideologia subordinada.

Ainda sobre a Ideologia Primária e a ideologia secundária, suas formulações e a importância de compreendê-las, Althusser refere-se a elas, afirmando que

as ideologias secundárias são produzidas por uma conjunção de causas complexas nas quais figuram, ao lado da prática em questão, o efeito de outras ideologias exteriores, de outras práticas exteriores – e, em última instância, por mais dissimulados que se encontrem, os efeitos mesmo longínquos, na realidade, muito próximo, da *luta de classes*.¹⁴⁵

Althusser, aqui, chama a atenção para a luta de classes e seus efeitos ideológicos como determinantes nas relações internas entre as formações ideológicas, produto da Ideologia Primária, e as subformações ideológicas secundárias.

¹⁴³ Ibid,109

¹⁴⁴ Ibid,109

¹⁴⁵ Ibid,110

Como método para compreender o que são as instituições e as subformações ideológicas secundárias, o autor indica a necessidade de compreender as

formações ideológicas que são do domínio da Ideologia de Estado que são realizadas nas citadas instituições e suas práticas. Com efeito, são elas que fornecem a chave não só das instituições e de suas práticas, mas também de uma parte das causas que produzem as subformações ideológicas que vemos aparecer nessas práticas.¹⁴⁶

Esses esclarecimentos com relação aos Aparelhos ideológicos de Estado, vão levar Althusser a reafirmar, mais uma vez, a tese de que “os Aparelhos ideológicos de Estado são a realização, a existência de formações ideológicas que os dominam”¹⁴⁷.

Portanto, o que está reafirmando é que as classes dominantes, ou frações de classe, no Poder de Estado, executam sua política de classe por meio dos Aparelhos repressores e ideológicos, mas isso não se realiza sem contradições “e que, em particular, as *subformações ideológicas*, ‘produzidas’ no interior dos Aparelhos por sua própria prática, façam, por vezes, ‘ranger as engrenagens’”¹⁴⁸. Nesse trecho de seu texto, Althusser, abre uma nota de rodapé chamando a atenção para “nos lembrarmos da influência exercida aí pelos *efeitos da luta de classes* para ‘produzir’ essas subformações ideológicas”¹⁴⁹.

A existência das subformações ideológicas, no interior dos AIE, a multiplicidade desses e a ausência de um comando centralizado, pode levar à falsa idéia de fragilidade dos aparelhos. Assim, vai se referir a Lênin, e como ele, a sua preocupação com a solidez dos Aparelhos ideológicos de Estado, em especial a escola.

Referindo-se a Lênin, Althusser afirma:

¹⁴⁶ Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 110

¹⁴⁷ Ibid, 112

¹⁴⁸ Ibid, 114

¹⁴⁹ Ibid, 114

...sua preocupação essencial, lancinante, incidia sobre os Aparelhos ideológicos de Estado Proletário: sobre seu aparelho *político* (o partido, os Sovietes: problema nº1, sua ligação com as massas, sua capacidade para controlar o aparelho administrativo de Estado e destruir sua tendência “burocrática”); sobre seu aparelho *sindical* (ainda aí, problema nº1: o que deve ser um sindicato? Um aparelho “*não-coercitivo*”, uma “*escola de Comunismo*”, para garantir, através de uma seqüência de “engrenagens”, uma justa ligação com as massas); enfim, sobre seu aparelho *escolar*, problema dos problemas para Lenin porque ele sabia que o AIE escolar é determinante na medida em que detém em seu poder o futuro: as jovens gerações.¹⁵⁰

Aqui é exposta, segundo Althusser, a preocupação de Lênin com o futuro da revolução russa, uma vez que, para construir o socialismo, não basta destruir o aparato repressor, é necessário, também, destruir e substituir os Aparelhos ideológicos de Estado, que

exigem muito tempo e criam muitas dificuldades para serem substituídos. Por exemplo, é necessário um tempo bastante longo para instalar verdadeiramente sistemas proletários político, sindical, escolar completamente novos. Em primeiro lugar, é necessário saber exatamente *o que* deverá ser instalado, quais novos sistemas deverão ser *inventados* e como instalá-los. É necessário encontrar uma linha justa para cada um desses sistemas e levar em consideração *todos os seus detalhes*. Enfim, é necessário formar um pessoal competente e leal, do ponto de vista revolucionário, para aplicar em cada novo AIE a nova política revolucionária, em suma, para transmitir a nova Ideologia de Estado, a ideologia proletária, para a prática e consciência de todos os cidadãos soviéticos.¹⁵¹

¹⁵⁰ Louis ALTHUSSER. Sobre a reprodução, 115

¹⁵¹ Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 116

Conforme Althusser, Lênin, com freqüência, adverte para o perigo da sobrevivência capitalista pós-revolução, decorrente da tradição e da ideologia pequeno-burguesa, referindo-se “à reprodução das relações de produção capitalista *por meio da sobrevivência e renascimento da ‘pequena produção’*”¹⁵².

Fechando esse capítulo, “O Estado e seus Aparelhos” resume sua concepção de Estado e sua relação com a luta de classes. Ele aponta a luta de classes política pela posse do Poder de Estado, como a primeira questão sobre o Estado, que essa posse é sempre a posse do Poder de Estado por uma classe social e que ela dá o poder sobre os Aparelhos de Estado, sendo que estes compreendem dois tipos de Aparelhos: o Aparelho repressor de Estado, que se constitui em um corpo único e centralizado e os Aparelhos ideológicos de Estado, que são constituídos de múltiplos aparelhos.

Por último, nesse resumo, o autor reafirma a unidade geral do sistema de conjuntos dos Aparelhos de Estado e seu papel em garantir as condições de exploração, através do ARE, e a reprodução das relações de produção dessa exploração pelos AIE.

A unidade geral do Sistema de conjunto dos Aparelhos de Estado é garantida pela unidade da política de classe da classe que detém o poder de Estado e da Ideologia de Estado que corresponde aos interesses fundamentais da classe (ou das classes) no poder. Política da classe no poder e Ideologia de Estado (ideologia dominante = ideologia da classe dominante) têm como objeto garantir as condições da exploração das classes exploradas pelas classes dominantes, antes de tudo, a reprodução das relações de produção nas quais se efetua essa exploração já que essas relações de produção são as relações da exploração da formação social de classe considerada.

Portanto, tudo repousa sobre a infra-estrutura das relações de produção, isto é, das relações de exploração de classe. A base, a infra-estrutura do Estado de classe, é efetivamente, como dizia Lenin, a *exploração*.¹⁵³

¹⁵² Ibid,117

Esse capítulo sobre o Estado, nos parece, preenche algumas lacunas e incompreensões sobre o pensamento de Althusser e seus Aparelhos ideológicos de Estado. A clareza com que afirma os Aparelhos ideológicos de Estado, enquanto sistemas compostos por instituições e ou organizações, e que essas instituições e ou organizações, em suas práticas, produzem internamente uma ideologia subordinada, determinada externamente aos AIE pela luta de classes.

Mas ainda, mantém-se a dificuldade em entender o conceito de AIE com relação à vida sindical e à vida política. Para dar conta dessa possível dificuldade, Althusser apresenta dois capítulos, já citados, com o objetivo de clarear e apontar o papel e os limites das organizações proletárias, o sindicato e o Partido em um Estado burguês.

Breves observações sobre os Aparelhos Ideológicos Político e Sindical da formação capitalista francesa.

Nesse capítulo, Althusser faz referência às organizações proletárias, ao Partido e ao sindicato na França, que são peças do sistema político e sindical, ou seja, são peças dos Aparelhos ideológicos de Estado. Para ele, isso é decorrência da luta de classes que impôs à força o reconhecimento legal por parte do Estado. A existência das organizações proletárias, nos respectivos AIE burguês,

não compromete radicalmente a natureza do sistema. A ideologia proletária não “ganhou” o sistema do AIE político ou sindical: pelo contrário, é sempre a Ideologia do Estado burguês que domina aí. É evidente que, em certas circunstâncias, tal situação irá criar “dificuldades” para o “funcionamento” dos AIE político e sindical burgueses. Mas, a burguesia dispõe de toda uma série de técnicas já comprovadas para enfrentar tal perigo.¹⁵⁴

¹⁵³ Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 119

¹⁵⁴ Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 122

A presença do Partido e do sindicato proletários, no interior dos AIE, travam a luta de classes nas formas legais, e a prática da luta de classes corre o risco de se pensar a luta de classes nos limites do interior dos AIE, nos limites e nas formas legais. Segundo Althusser, esse equívoco leva as organizações proletárias ao colaboracionismo de classe.

A luta de classes que impôs a presença do Partido e do sindicato proletários nos AIE correspondentes supera infinitamente a luta de classe muito limitada que eles venham a travar nesses AIE. Nascidas de uma luta de classe exterior aos AIE, amparadas por ela, encarregadas de ajudá-la e ampará-la por todos os meios legais, as organizações proletárias que figuram nos citados AIE trairiam sua missão se reduzissem a luta de classe exterior, que se limita a se refletir sob formas muito limitadas na luta de classe travada nos AIE, a essa luta de classe interior aos AIE.¹⁵⁵

Nesse capítulo, é indicada a possibilidade de existência de organizações e de instituições de ideologias antagônicas à Ideologia do Estado, no interior dos AIE. As organizações e instituições, de ideologias subordinadas à do Estado, são impostas pela luta de classes, do exterior para o interior dos AIE. Nesse sentido, Althusser aponta para os limites destas e para a própria razão de existirem como elementos que possam contribuir na luta de classes que se trava no exterior dos AIE.

Os Aparelhos Ideológicos de Estado Político e Sindical

Este capítulo, o VIII, é um aprofundamento do que se apresentou, no capítulo anterior, do texto “Sobre a Reprodução”. De início, é apresentada ao leitor uma advertência, que, na verdade, é a retomada do que já havia sido dito sobre os AIE político e sindical e a luta de classes, apontando os seus limites quando travada no interior deles.

¹⁵⁵ Ibid,123

Nos aparelhos ideológicos de Estado político e sindical, trata-se da luta de classes. Mas, cuidado: não se trata nem de toda a luta de classes, nem tampouco do terreno em que está enraizada a luta de classes. Trata-se de um campo em que a luta de classes reveste suas *formas legais*, cuja conquista tem a ver com uma história da luta de classes forçosamente exterior a essas formas legais. Uma vez que estas são conquistadas, a luta de classes exerce-se aí, nos limites mais ou menos reduzidos dessas formas, de qualquer modo, em seus limites rigorosamente definidos, ao mesmo tempo que se desenrola de maneira maciça *fora dessas formas*.¹⁵⁶

Outra advertência é feita em relação, especificamente, ao Partido proletário que, ao se impor ao sistema político do Estado burguês, corre o risco de ser cooptado pela Ideologia de Estado. Aqui, nos parece que Althusser já começa a fazer sua crítica mais sistematizada ao PCF, crítica que resultou, em 1978, na publicação do livro “O que não pode durar no Partido Comunista”.

No âmago de um Aparelho ideológico de Estado como o aparelho do sistema político, pode existir (e, atualmente, é o caso em inúmeros países) um Partido proletário cuja ideologia é radicalmente antagônica à Ideologia de Estado que, no entanto, é realizada nas formas e práticas do Aparelho ideológico de Estado no qual figura esse partido proletário. Acontece que esse antagonismo não deixa de se exercer nas formas impostas pela Ideologia do Estado (por exemplo, a democracia burguesa que é a ditadura da burguesia sob as formas de um aparelho democrático parlamentar ou presidencialista), o que complica singularmente a tarefa do Partido proletário. Mas, como mostrou Lenin, essa tarefa complicada nem por isso é insolúvel, sob a condição absoluta de que um certo número de circunstâncias imperativas sejam respeitadas, antes de mais nada que o Partido proletário não venha a cair no “cretinismo parlamentar” ou “democrático-burguês”, nem, por maior força da razão, deixe que sua Ideologia de luta de classe proletária seja corroída pela Ideologia de Estado que é a ideologia da classe dominante, mas saiba utilizar o Aparelho ideológico de Estado político, incluindo

¹⁵⁶ Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 129

algumas de suas formas e certos elementos de sua ideologia (por exemplo, certas palavras de ordem democrática), para *ajudar*, por meio das eleições e do alto da tribuna do Parlamento burguês, o desenvolvimento da Luta de classes que, no essencial, se desenrola fora dessas formas legais democrático-burguesas.¹⁵⁷

Apesar de extensa, a citação acima nos parece necessária, por demonstrar que Althusser compreendia a importância do Partido da classe operária participar do jogo político democrático-burguês, tendo claro seu papel no interior do AIE político, e os limites formais e legais da própria luta de classes ali travada. Essas referências à luta de classes que se trava no interior do AIE político podem ser referências para compreensão dos vários AIE e a luta de classes, no interior desses e no interior das instituições e organizações, que as compõem.

Com relação ao AIE sindical, se confrontam algumas idéias a respeito dos sindicatos. A primeira delas é que, na maior parte das vezes, ao falarmos de sindicatos, ou sistema sindical, temos em mente os sindicatos operários, esquecendo dos sindicatos dos pequenos, médios e grandes empresários que travam a luta de classes no interior do AIE sindical de um determinado Estado burguês.

Outra idéia, a que Althusser se contrapõe, é de que a luta sindical é mais fácil e menos importante que a luta política¹⁵⁸, que representa um nível de “consciência” mais elevado. O combate, que faz a essa afirmação, tem como fundamento a tese clássica do marxismo: “A base material (a infra-estrutura, como diz Marx, ou a ‘Base’)

¹⁵⁷ Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 130

¹⁵⁸ Com relação à facilidade ou não da luta sindical, Althusser satiriza alguns militantes do PCF com um parágrafo perguntando: “Não será, então, motivo de espanto, para citar o exemplo da própria França de 1969, que ser membro do Partido Comunista – isto é, para alguns militantes, ter no bolso a carteirinha do Partido, reunir-se *fora* da empresa de vez em quando, distribuir folhetos ou jornais de célula pelo correio ou sob outra forma discreta – é, *freqüentemente, muito mais fácil* do que ser um verdadeiro militante sindical. Com efeito, a ação sindical não pode ser empreendida a não ser *na* empresa, em pleno dia, coletivamente e também individualmente, sob a vigilância constante e terrivelmente atenta dos engenheiros, quadros e contramestres que são, *na imensa maioria dos casos, os agentes diretos* e sob formas ora brutais, ora infinitamente sutis, da *exploração* e da *repressão patronais?*”, Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 153

da existência de qualquer formação social capitalista é constituída pela *exploração econômica e não a repressão*”¹⁵⁹. A metáfora do edifício, utilizada por Marx, que distingue a infra-estrutura e a superestrutura, e a tese da determinação da superestrutura pela infra-estrutura é outra tese do marxismo que, segundo Althusser, nega a secundarização da luta sindical.

O que é determinante, em última instância, portanto, o que está em primeiro lugar, é, com efeito, a *exploração* e não a repressão. O que é determinante, em última instância, são as relações de produção (que são, ao mesmo tempo, as relações da *exploração capitalistas*. O que é determinado, portanto, o que é secundário, é a repressão, a saber: o *Estado* que é seu centro último *de onde irradiam todas as formas de repressão*, seja sob a forma de repressão do Aparelho repressor de Estado, repressão física *direta* (polícia, forças armadas, tribunais, etc.) ou *indireta* (administração) *e todas as formas do submetimento ideológico dos Aparelhos ideológicos de Estado*.¹⁶⁰

O que Althusser tenta demonstrar é a função da Superestrutura, em garantir a reprodução das condições de produção, através das diferentes formas de repressão e da ideologização vinculadas ao Estado burguês. Portanto, “a reprodução não é senão a condição da existência continuada da *produção*”¹⁶¹; é nessa condição material de existência do modo de produção capitalista que se exerce a exploração e não, na repressão.

Essas afirmações não têm como objetivo determinar o que é secundário ou primário na luta de classes, mas têm o objetivo de demonstrar a necessidade da luta de classes política estar enraizada na luta de classes econômica. Nesse sentido, Althusser propõe a seguinte tese:

¹⁵⁹ Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 150

¹⁶⁰ Ibid,151

¹⁶¹ Ibid,151

A luta de classe econômica, que não pode ser *o único* fator determinante na batalha decisiva pela revolução socialista, a saber, a batalha pela tomada do poder de Estado, não é uma luta *secundária nem subordinada*, mas a base material da própria luta política. Sem luta econômica obstinada, cotidiana, ininterrupta, a luta de classe política é impossível ou inútil. Não existe luta de classe política real e capaz de conseguir a vitória a não ser que esteja *profundamente enraizada* na luta de classe econômica, *e somente nela*, já que a luta de classe econômica é, se me é permitido empregar esta expressão um pouco metafórica, a infraestrutura *determinante, em última instância*, da própria luta política que é, por ser a sua função, a *única* que pode *dirigir* a batalha decisiva das massas populares. Portanto, primado da luta de classe política: mas esse primado continua sendo uma palavra inútil se a base da luta política, ou seja, a luta de classe econômica, não for empreendida cotidianamente, infatigavelmente, a fundo e segundo uma linha justa.¹⁶²

Althusser, ao tentar reabilitar, do ponto de vista teórico, a luta sindical, o faz, demonstrando a necessidade da fusão da luta política de massa com a luta econômica de massa e, tendo como base material dessa fusão o enraizamento da luta de classe política na luta de classe econômica. A reabilitação também tem como objetivo atacar a direção do PCF que se ausentou e silenciou-se perante o movimento de 68 e da política de distanciamento do Partido, em relação às massas de trabalhadores.

O debate que o autor enfrenta sobre a luta de classes política e econômica, neste momento do texto, tem como objetivo discutir a possibilidade da revolução socialista e a contribuição que os partidos e sindicatos proletários, inseridos no interior de seus respectivos AIE, podem dar ao envolvimento das massas na luta contra a exploração capitalista e na destruição do Estado¹⁶³ burguês.

¹⁶² Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 154

¹⁶³ Althusser termina a exposição sobre o Estado com sua definição do mesmo: “o Estado é – portanto, sob o poder de Estado, encontra-se – por um lado, o Aparelho repressor de Estado, por outro, os Aparelhos ideológicos de Estado. Unidade do Aparelho de Estado com os aparelhos ideológicos de Estado é garantida pela política de classes dos detentores do poder de Estado que atua na luta de classes, diretamente, pelo Aparelho repressor de Estado e, indiretamente, pela realização da Ideologia

2.8. – A Reprodução das Relações de Produção

Com relação à Reprodução das Relações de Produção, Althusser, no texto “Sobre a Reprodução”, dedica-lhe dois capítulos: o capítulo IX “A Propósito da Reprodução das Relações de Produção” e o capítulo X “Reprodução das Relações de Produção e Revolução”. Sendo que o capítulo IX aparece no texto “Aparelhos Ideológicos de Estado” como item denominado “Sobre a Reprodução das Relações de Produção” e o capítulo X não consta desse texto.

A Propósito da Reprodução das Relações de Produção

Esse capítulo inicia-se respondendo a questão que ficou suspensa no início do texto “Sobre a Reprodução”: como é garantida a reprodução das relações de produção ?

Na verdade, a resposta a essa questão foi dada na extensa exposição sobre o Estado. Aqui, ela aparece formulada como a reprodução das relações de produção “*é garantida pelo exercício do poder de Estado através dos Aparelhos de Estado: por um lado, o Aparelho repressor de Estado e, por outro, os Aparelhos ideológicos*”¹⁶⁴.

Sobre o papel desempenhado pelo Aparelho repressor, Althusser afirma que ele consiste essencialmente em garantir pela força (física ou não) as condições políticas da reprodução das relações de produção e, também, tem como função garantir, pela repressão, as condições políticas gerais do funcionamento dos AIE.

Quanto ao papel dos Aparelhos ideológicos de Estado, eles

garantem a própria reprodução das relações de produção, sob o “escudo” do Aparelho repressor de Estado. É neles que a *Ideologia de Estado*, da classe dominante, que detém o poder

de Estado nos Aparelhos ideológicos de Estado” in: Sobre a Reprodução, 162

¹⁶⁴ Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 163

de Estado, desempenha maciçamente seu papel. É, por intermédio da ideologia dominante, da Ideologia de Estado, que é garantida a “harmonia” (por vezes, dissonante) entre o Aparelho repressor de Estado e os Aparelhos ideológicos de Estado, e entre os diferentes Aparelhos ideológicos de Estado.¹⁶⁵

A partir das definições dos Aparelhos de Estado, o autor conclui que, nas várias formações sociais, existe um único Aparelho repressor de Estado em cada formação social e, os vários ARE nas várias formações sociais são muito semelhantes. Essa mesma afirmação não serve para os Aparelhos ideológicos de Estado, pois estes se diferenciam em funções, números e em dominantes ou não nas diferentes formações sociais.

As diferenças, que os Aparelhos ideológicos assumem, nos diferentes momentos da história das sociedades, levam Althusser a formular a tese de que, nas formações sociais capitalistas, o Aparelho ideológico de Estado escolar é dominante, e este substituiu o papel dominante da igreja, nas formações sociais servis.

Reprodução das Relações de Produção e Revolução

Nesse capítulo, o autor discute o problema da duração de uma formação social, partindo da proposição de que “um modo de produção *não subsiste a não ser* na medida em

que é garantida a reprodução das condições da produção, entre as quais, o papel determinante é desempenhado pela *reprodução das relações de produção*”¹⁶⁶, que as condições dessa reprodução são garantidas pelo Aparelho repressor de Estado, e que a própria reprodução é garantida pelos Aparelhos ideológicos de Estado. Portanto, toda a superestrutura está agrupada e centrada no Estado, em seus dois aspectos, como poder de repressão e de ideologização de classe.

¹⁶⁵ Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 164

¹⁶⁶ Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 172

Se é assim, o problema da “*duração*” de uma formação social dominada por determinado modo de produção (no caso examinado: o modo de produção capitalista) depende da “*duração*” da Superestrutura que garante as condições dessa reprodução e da própria reprodução, isto é, da duração do Estado de classe, considerado na unidade de seu aparelho repressor e de seus aparelhos ideológicos.¹⁶⁷

Partindo dessas proposições, Althusser afirma que toda revolução é a desagregação do Estado, a “*derrubada do Estado* existente pela tomada do poder de Estado, isto é, a confiscação de seus Aparelhos e a substituição dos mesmos¹⁶⁸”.

Sua tese sobre a revolução é, na verdade, uma tese clássica do marxismo e reafirma outra tese, a de que a luta política gira em torno do Estado, que nas formações sociais capitalistas a luta de classes é, por um lado, a luta da burguesia pela conservação do poder de Estado e pelo fortalecimento dos Aparelhos de Estado e, por outro lado, a luta do proletariado pela tomada do poder de Estado e a destruição de seus Aparelhos, substituindo-os por Aparelhos proletários.

Portanto, uma revolução social consiste

em desapossar a classe dominante do poder de Estado, isto é, da utilização de seus Aparelhos de Estado que garantem a reprodução das relações de produção existentes, para estabelecer novas relações de produção cuja reprodução é garantida pela destruição dos antigos Aparelhos de Estado e a edificação (longa e difícil) de novos Aparelhos de Estado¹⁶⁹.

Esse é o sentido forte que Althusser atribui ao termo revolução, mas também faz referências às mudanças que não afetam as relações de produção, mudanças que se limitam ao Aparelho Ideológico de Estado político, que ao serem qualificadas como

¹⁶⁷ Ibid,172

¹⁶⁸ Ibid,172-173

¹⁶⁹ LouisALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 173

revoluções, têm sentido fraco do termo, ou também, poderíamos chamar de golpe de Estado, resultado de disputas no interior da própria classe dominante.

Ao tratar da revolução, nos textos analisados, refere-se ao sentido forte do termo, aquele que aponta para a tomada do poder pelas classes dominadas com o objetivo de alterar as relações de produção. Sendo assim, aqui só faz sentido falar em luta de classes revolucionária, na perspectiva da transformação social, destruição do aparato estatal, das relações de produção e a criação de um novo aparato e de novas relações.

Para o autor, a luta de classes revolucionária deve ser pensada a partir da distinção do funcionamento do Aparelho repressor de Estado, dos Aparelhos ideológicos de Estado e entre os vários Aparelhos ideológicos. Essas diferenças levam nosso autor a propor uma tese sob dois pontos, o primeiro, em relação ao Aparelho repressor de Estado e o segundo, em relação aos Aparelhos ideológicos de Estado, sendo este último, o objeto de sua análise.

A respeito do primeiro ponto, o Aparelho repressor de Estado, Althusser o caracteriza como o núcleo mais resistente do Estado, sendo ele constituído pelos corpos paramilitares da repressão e pelas Forças Armadas. Esse núcleo é “o ‘último reduto’, no sentido de que, para a classe dominante, é seu derradeiro argumento, a *última ratio* da violência pura”¹⁷⁰.

O primeiro ponto de sua tese, o Aparelho repressor de Estado como último reduto da classe dominante para manter-se no poder de Estado, é apontado como o núcleo mais compacto do Estado e com uma disciplina férrea e de grande severidade, na repressão interna o que, o torna sem dúvida, a última trincheira da classe dominante.

As possibilidades de quebra desse núcleo são muito difíceis, mas a história tem demonstrado que a revolução social pode levar as classes dominadas a se apossarem do poder de Estado, em decorrência do enfraquecimento do poder de repressão do

¹⁷⁰ Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 175

Estado. Segundo Althusser, esse enfraquecimento pode acontecer a partir da decomposição e desagregação da polícia e das forças armadas, como o que ocorreu com o exército e todo poder de repressão russo, dado ao sofrimento e à ameaça que esses foram submetidos na Primeira Guerra Mundial.

Outra possibilidade de decomposição e desagregação desse núcleo é o aparato repressor ser composto por forças, que **não** são de carreira e de origem popular, e quando chamadas a reprimir os movimentos sociais, se rebelam contra os oficiais, como o fizeram na França, ao se recusarem a atirar nos “viticultores do sul antes da guerra de 14, ou ‘recusar-se a marchar’, [como] os ‘rapazes’ das forças armadas em operação na Argélia que “engavetaram” os oficiais no momento do putsch dos Generais”¹⁷¹.

Apesar desses exemplos, o Aparelho repressor do Estado é constituído de comando único, compacto, disciplinado etc., tornando-se o núcleo do Estado mais difícil de ser corroído, a não ser por uma guerra perdida ou por uma revolução.

Quanto ao segundo ponto de sua tese, os Aparelhos ideológicos de Estado, que constituem seu principal foco de análise nos dois textos apresentados nesse capítulo, são vistos de forma muito mais vulnerável do que o ARE. Ao referir-se aos AIE, Althusser afirma que

eles realizam a existência da *ideologia de Estado*, mas de forma desordenada (sendo cada um, relativamente, autônomo), como funcionam por meio da ideologia, *é no âmago deles* e em suas formas que se desenrola uma boa parte da guerra de longa duração como é a luta de classe que pode chegar a derrubar as classes dominantes, isto é, desapossar as classes dominantes do poder de Estado que elas detêm¹⁷².

¹⁷¹ Ibid, 175

¹⁷² Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 176

A luta de classes nos AIE é mais fácil e menos limitada do que no ARE. Seu argumento, para essa afirmação, centra-se na idéia de que a experiência política dos militantes e das massas é adquirida nos Aparelhos ideológicos de Estado, e ao citar Marx, afirma que “não é por acaso que Marx dizia que é *na ideologia*¹⁷³ que os homens tomam consciência de seus interesses e travam sua luta de classe até o fim”¹⁷⁴.

A luta de classes, no interior dos Aparelhos ideológicos de Estado é um importante elemento dessa releitura para clarear o pensamento de Althusser na viabilidade, eficácia e contribuição que a luta de classes no interior dos AIE pode dar para a revolução.

Partindo da lógica, de que os AIE são a concretização da ideologia dominante e que isto implica, necessariamente, na existência de algo que é dominado e que este tem a ver com as classes dominadas, Althusser afirma, “que a ideologia e, portanto, os aparelhos ideológicos de Estado nos quais ela existe, ‘colocam em cena’ *classes sociais*: a classe dominante e a classe dominada”¹⁷⁵. Em relação ao modo de produção capitalista, coloca em cena os capitalistas (e seus aliados) e os proletários (e seus aliados).

Esses apontamentos o levam a concluir “que a *luta de classes se desenrola*, embora transbordando-as amplamente, *nas formas dos aparelhos ideológicos de Estado*”¹⁷⁶.

A afirmação de que a luta de classes se trava, também, no interior dos Aparelhos ideológicos de Estado, referindo-se ao conjunto dos AIE, desde o escolar, religioso, da informação etc., e não, limitando-a aos Aparelhos ideológicos de Estado político e sindical, apesar desses terem recebido uma atenção particular, isto se verifica,

¹⁷³ ao se referir ao termo ideologia em Marx, Althusser afirma que “Marx fala da ideologia e que nós falamos dos *aparelhos* ideológicos de Estado. Essa diferença de linguagem não pode criar problema senão para aqueles que têm uma concepção idealista-burguesa (tipo Filosofia das Luzes) da natureza da ideologia”, Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 178.

¹⁷⁴ Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 176

¹⁷⁵ Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 180

¹⁷⁶ Ibid, 180

em razão da necessidade de demonstrar a possibilidade de partidos e sindicatos proletários existirem dentro de seus respectivos aparelhos, mesmo tendo uma composição ideológica antagônica à do Estado burguês.

Também, a respeito da luta de classes nos Aparelhos ideológicos de Estado, Althusser chama a atenção para a luta de classes como determinada, em última instância, na infra-estrutura e, portanto, a luta de classes nos AIE, apesar de importante e necessária, está determinada, em última instância, pelo “que se passa (ou não) *na infra-estrutura, entre as forças produtivas e as relações de produção*: é aí que está enraizada a luta de classes”¹⁷⁷. Isso nos leva a compreender a luta de classes além daquela travada nos Aparelhos ideológicos de Estado, apesar de ser nesses que ela se torna visível.

Com relação ao último capítulo, “**A Propósito da Ideologia**”, do texto “Sobre a Reprodução”, e ao item “**Acerca da Ideologia**” do texto “Aparelhos Ideológicos de Estado”, que procuram responder a questão, “**O que é ideologia?**”, já foi tratado no capítulo anterior, portanto não faz sentido retomá-lo aqui.

¹⁷⁷ Ibid,185

CAPÍTULO III

A REORGANIZAÇÃO DO CAPITAL E O APARELHO IDEOLÓGICO DE ESTADOESCOLAR

3.1. – A reorganização do Capital como novo contexto econômico,

político, social e ideológico

Com relação ao contexto atual, ele será aqui exposto a partir dos elementos apresentados por Marta Harnecker, aluna de Althusser na década de 60, em um de seus livros mais recentes, que recebe o título “Tornar possível o impossível”, em que Harnecker afirma que o contexto atual deve, primeiramente, ser entendido como resultado de uma série de acontecimentos, entre os quais se destacam

os avanços de uma nova revolução técnico-científica e os seus efeitos no processo produtivo e na natureza; o papel cada vez mais preponderante que vêm adquirindo os meios de comunicação de massa a partir da crescente globalização da economia; a imposição do neoliberalismo como sistema hegemônico; e o papel que desempenha a dívida externa na subordinação das economias do Terceiro Mundo aos interesses das grandes potências.¹⁷⁸

3.1.1. – A revolução técnico-científica

A recente revolução técnico-científica, também chamada revolução eletrônica-informática, significa mudanças fundamentais nas telecomunicações, na microbiologia e nas indústrias onde as máquinas-ferramentas de controle numérico computadorizado, que se compõem de um microprocessador com capacidade de memorizar informações e fazer cálculos transmitidos a uma máquina que efetua a operação produtiva. Outra novidade tecnológica foram os sistemas CAD/CAM (Computer Aided design/ Computer Aided Manufacturing), equipamentos que permitem projetar e definir peças numa tela de computador e enviar as especificações diretamente a máquinas de CNC. Também, os Controladores Lógicos Programáveis (CLPs) são equipamentos que administram processos contínuos de produção. Quanto aos robôs, esses já representam um salto qualitativo na automação da produção, pois possibilitam

¹⁷⁸ Marta HARNECKER, Tornar possível o impossível, 111

uma manipulação reprogramável e multifuncional. Esses novos instrumentos de trabalho no processo produtivo significam transformações que refletem alterações nos campos econômico, político, social e cultural.

A nova revolução tecnológica, que significa um novo paradigma tecno-econômico, começa a ter forma no início da década 70 do século passado. Entre os principais elementos dessa revolução, destacam-se a informática e as telecomunicações, por um lado, e o novo modelo gerencial originariamente experimentado, em grande escala, pelos japoneses.

O novo modelo gerencial japonês, conhecido como toyotismo, é um método de gestão empregado pelas empresas automobilísticas do Japão em oposição ao método fordismo/taylorismo. Seu sucesso é decorrente de uma melhor adaptação à economia global e ao sistema de produção flexível.

Esse sistema refere-se a uma produção mais personalizada e à colaboração entre a direção da empresa e os trabalhadores, por uma mão-de-obra polivalente e pelo controle de qualidade total,

o toyotismo não é pré nem pós-fordista, mas sim um modo novo e original de gerir o processo laboral: o aspecto central e distintivo da via japonesa foi desespecializar os trabalhadores profissionais e, em vez de dispersá-los, torná-los especialistas multifuncionais.¹⁷⁹

O modelo toyotista de gerenciamento também se caracteriza pelo sistema Just-in-time que se caracteriza por um sistema que envolve a produção como um todo. É um sistema que altera o setor detonador da produção, deixando de ser o setor de estoque para que o departamento de vendas determine o que vai e quanto deve ser produzido, ou seja, só produz o que já está vendido. Isso só é possibilitado pelos avanços da nova revolução tecnológica. Tal processo também é conhecido pela expressão “estoque zero”,

a fábrica funciona sem estoque e com sistema de qualidade total.

Essas mudanças no processo produtivo constataam o sentido intrínseco da busca da internacionalização por parte do capital e que o capitalismo busca globalizar os mercados, desde sua origem, o que faz parte da própria constituição desse modo de produção. Esse processo de globalização, como essência do próprio capitalismo, é também defendido pelo professor Luís Fernandes, ao afirmar que

o capitalismo se formou, estruturou e desenvolveu como sistema global desde o seu início. Foi precisamente a transformação do capital “natural” (imóvel, territorializado e, portanto, passível apenas de acumulação restrita) em capital “abstrato” (móvel, desterritorializado e, portanto, passível de acumulação ampliada) que viabilizou o desenvolvimento do capitalismo na Europa.¹⁸⁰

3.1.2 – Globalização

Apesar da globalização ser um aspecto intrínseco ao capitalismo, há que se reconhecer que a velocidade, como vem ocorrendo hoje, é de uma forma jamais presenciada na história. Isso possibilitado pelos avanços tecnológicos, principalmente, na informática e nas comunicações.

Esse desenvolvimento proporcionou a constituição de uma economia mundial caracterizada pela expansão extraordinária dos mercados financeiros internacionais.

Marta Harnecker, em seu livro “Tornar possível o impossível”, ao se referir a Samir Amin, no que diz respeito à dominação da lógica financeira sobre os investimentos produtivos afirma que ela é consequência da crise da acumulação do capital, ou seja,

¹⁷⁹ Marta HARNECKER, cita Coriat em Tornar possível o impossível, 144

¹⁸⁰ Luís FERNANDES, Os mitos da globalização e os desafios do desenvolvimento, In: PRINCÍPIOS,

o aumento de excedentes de capital que não podem encontrar saída na expansão do sistema produtivo devido à estrutura da distribuição das receitas, marcada por uma crescente desigualdade, ameaça o capital com sua desvalorização.

A gestão capitalista da crise, portanto, consiste em procurar arranjar, para esse excedente *sem saída rentável na expansão do sistema produtivo, colocações financeiras para evitar a sua desvalorização*. Mas a formação de lucro suplementar sem ter como base a produção de novos valores agrava o desequilíbrio da economia real, ou seja, a crise.¹⁸¹

O contexto atual, também, é marcado por mudanças qualitativas, no terreno da produção, como a internacionalização do próprio processo de produção, o que significou a possibilidade de fabricação de diferentes partes do produto final em diferentes lugares.

Outro autor que compartilha a idéia da globalização do capital como processo histórico que remonta às suas origens, é o professor Octávio Ianni.

Ianni, como Marta Harnecker, analisa o contexto atual a partir de ocorrências transformadoras do ponto de vista quantitativo e qualitativo do capitalismo,

como modo de produção e processo civilizatório. Uma transformação quantitativa e qualitativa no sentido de que o capitalismo se torna concorrente global, influenciando, recobrando, recriando ou revolucionando todas as outras formas de organização social do trabalho, da produção e da vida. Isto não significa que tudo mais se apaga ou desaparece, mas que tudo o mais passa a ser influenciado, ou a deixar-se influenciar, pelas instituições, padrões e valores sócio-culturais característicos do capitalismo. Aos poucos, ou de maneira repentina, os princípios de mercado, produtividade, lucratividade e consumismo passam a influenciar as mentes e os corações de

(43), 33

¹⁸¹ Marta HARNECKER, Tornar possível o impossível, 171

indivíduos, as coletividades e os povos.¹⁸²

Para o autor, a globalização não anula as dimensões da interdependência e do imperialismo, pelo contrário, as duas dimensões se reproduzem e se recriam com maior força. Com relação a essas categorias, Ianni afirma que

são generalizadas, no sentido de que abarcam indivíduos, coletividade e povos em todos os continentes, ilhas e arquipélagos. São determinações que se reproduzem todo o tempo, reiterando, modificando ou mesmo aprofundando as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais. Pode-se mesmo dizer que a dinâmica da reprodução ampliada do capital, em escala mundial, tem propiciado uma acentuada concentração do poder econômico, agravando a questão social em âmbito também mundial.¹⁸³

3.1.3 – Neoliberalismo

A globalização capitalista atual se consolida através de um projeto social, político e ideológico, além do projeto econômico. Esse conjunto de intervenções na sociedade também é chamado de projeto neoliberal. Ele nasce na Europa e na América do Norte, após a 2ª Guerra Mundial, como intervenção teórica e política iniciada pelo texto “O Caminho da Servidão” escrito por Friedrich Hayek. O texto de Hayek, escrito em 1944, tinha como objetivo atacar a proposta programática do Partido Trabalhista da Inglaterra para as eleições de 1945.

Com a vitória do Partido Trabalhista inglês e demais partidos social-democratas, na Europa, foram se construindo e consolidando as bases do Estado de

¹⁸² Octávio IANNI, Teorias da Globalização, 184

¹⁸³ Ibid, 185

Bem-Estar. A vitória da proposta social-democrata fez com que Hayek limitasse suas críticas políticas e ideológicas a círculos restritos, e

em 1947, enquanto as bases do Estado de bem-estar na Europa do pós-guerra efetivamente se construíam, não somente na Inglaterra, mas também em outros países, neste momento Hayek convocou aqueles que compartilhavam sua orientação ideológica para uma reunião na pequena estação de Mont Pèlerin, na Suíça. Entre os célebres participantes estavam não somente adversários firmes do Estado de bem-estar europeu, mas também inimigos férreos do New Deal norte-americano. Na seleta assistência encontravam-se Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros. Aí se fundou a Sociedade de Mont Pèlerin, uma espécie de franco-maçonomia neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos. Seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro.¹⁸⁴

As idéias neoliberais defendidas por Hayek e seu grupo passaram a ganhar terreno vinte anos depois, decorrente da grande crise econômica do início da década de setenta do século passado, crise que levou o mundo capitalista a cair numa longa recessão.

Com a crise, a proposta neoliberal ganha força como alternativa para sua superação, desde que seguindo as referências apontadas pelo projeto neoliberal, ou seja,

manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa

¹⁸⁴ Perry ANDERSON, Balanço do neoliberalismo, In: Emir SADER & , Pablo GENTILI (orgs), Pós-Neoliberalismo, 9-10

“natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre rendimentos mais altos e sobre as rendas. Desta forma, uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas.¹⁸⁵

Esse receituário neoliberal, descrito por Perry Anderson, para tirar as economias capitalistas avançadas de suas crises, só se torna proposta hegemônica no final da década de setenta e início da de oitenta, com a eleição Margareth Thatcher na Inglaterra em 1979, um ano depois, a eleição de Ronald Reagan nos Estados Unidos da América.

O projeto neoliberal na década de oitenta passa a ser hegemônico no conjunto dos países capitalistas desenvolvidos, e nas décadas seguintes, avança pelos países da América Latina e Ásia, favorecido pelo fim da experiência socialista no leste europeu, o neoliberalismo, também, implanta-se entre os países do antigo bloco socialista.

3.1.4. – Dívida externa

A crise econômica dos anos setenta levou os bancos privados dos países avançados a reterem um grande volume de capitais, eles, com necessidade de dar fluidez a esses capitais, criaram uma política de créditos aos países subdesenvolvidos.

A política de créditos dos bancos privados que concediam créditos, também,

manipulava e elevava as taxas de juro para financiar o déficit dos

¹⁸⁵ Perry ANDERSON, Balanço do neoliberalismo, In: Emir SADER & , Pablo GENTILI (orgs), Pós-Neoliberalismo, 11

países desenvolvidos, isto promoveu um êxodo de capitais latino-americanos para países europeus e, sobretudo, para os Estados Unidos, o que contribuiu para agravar a situação financeira dos nossos países. Os empréstimos entravam como dinheiro público e saíam como dinheiro privado.¹⁸⁶

Essa situação levou os países devedores a não conseguirem cumprir seus compromissos com o pagamento de suas dívidas externas, e as instituições financeiras internacionais, lideradas pelo Fundo Monetário Internacional, passaram a cobrar as dívidas e a impor uma reestruturação das economias dos países devedores a partir do receituário neoliberal. Entre as medidas exigidas pelo FMI, duas tornaram-se peças

centrais da reestruturação econômica: em primeiro lugar, *o controle da inflação* por meio da adoção de uma drástica política de austeridade fiscal, do endurecimento da política monetária e creditícia e da redução dos salários reais; e, em segundo lugar, a maior *privatização possível do setor público*, sobretudo das suas companhias mais rentáveis, aceitando que estas fossem parar nas mãos do capital estrangeiro.¹⁸⁷

Portanto, o problema da dívida externa dos países subdesenvolvidos está articulada com a implementação e hegemonização do neoliberalismo e da globalização capitalista que se sustentam através dos projetos econômico, social, político e ideológico.

3.2. – Aparelho Ideológico de Estado escolar e a escola

A recuperação do referencial althusseriano para análise do papel político/ideológico da escola, no atual contexto econômico, político, social e ideológico pode contribuir para análises mais amplas e estruturais que possibilitem entender a

¹⁸⁶ Marta HARNECHER, Tornar possível o impossível, 203

¹⁸⁷ Ibid,204

educação, nesta conjuntura de reorganização do capital, que se apresenta como capital globalizado, neoliberal e pós-moderno.

Ao repensar a escola, nesse novo contexto, ela deve ser pensada a partir da concepção de Estado e de ideologia em Althusser. Com relação ao Estado, deve-se retomar a discussão do capítulo anterior, no qual o Estado é compreendido como a superestrutura da sociedade e composto pelos Aparelhos repressivos e os Aparelhos ideológicos de Estado, ampliando o conceito de Estado como aparece descrito, na obra de Marx, mas mantendo a essência como aparece nesta, na qual se afirma que o Estado é um instrumento da classe dominante para se manter enquanto classe dominante, portanto um instrumento de dominação e exploração¹⁸⁸.

Ainda, no capítulo anterior, foi afirmado que a compreensão do Estado como instrumento de reprodução das relações de produção, portanto da reprodução das condições de exploração, dá-se pela repressão, direta ou indireta, e pela persuasão, sendo que os Aparelhos repressores atuam, predominantemente, pela repressão e os Aparelhos ideológicos, predominantemente, pela persuasão.

Também é importante destacar e retomar a distinção que o autor faz entre o Aparelho ideológico de Estado escolar e a escola, ou seja, o Aparelho ideológico escolar, como os outros aparelhos ideológicos, é um **sistema** formado por instituições, organizações escolares e suas práticas, independente de serem públicas ou privadas. Portanto a escola, enquanto instituição, é um elemento do Aparelho ideológico de Estado escolar e não o próprio AIE escolar. Como no exposto, no capítulo anterior, Althusser define AIE como um **sistema** complexo que compreende e combina várias instituições e organizações e suas respectivas práticas.

Com relação ao Aparelho ideológico de Estado escolar, ele deve ser entendido como um **sistema**, dentre os vários que compõem o Estado, que tem como

¹⁸⁸ No texto “A Ideologia Alemã”, Marx e Engels afirmam que o “Estado não é mais do que a forma de organização que os burgueses constituem pela necessidade de garantirem mutuamente a sua propriedade e seus interesses... Sendo portanto o Estado a forma através da qual os indivíduos de uma classe dominante

objetivo reproduzir as relações de produção; nas sociedades capitalistas o de reproduzir as relações de dominação capitalista, portanto reprodução de relações de exploração¹⁸⁹.

A afirmação de o Aparelho ideológico de Estado escolar e os elementos que o constituem, as instituições escolares e organizações, serem instrumentos de reprodução da ideologia de Estado, situa-se enquanto ideologia dominante, e enquanto tal, pressupõe-se a existência de ideologias dominadas. Portanto, tanto o interior do AIE escolar como as próprias escolas refletem a luta de classes da sociedade, em que a ideologia da classe dominante luta para manter-se enquanto tal, e as ideologias das classes dominadas lutam para se tornarem dominantes, hegemônicas.

3.2.1. – Aparelho Ideológico de Estado escolar e a Ideologia

Outras possibilidades de inferências a respeito do papel político/ideológico da escola e da luta de classes que se trava com maior ou menor intensidade, no interior da escola, podem ser feitas, recuperando a concepção de ideologia em geral, do autor e compreendê-la no âmbito do Aparelho ideológico de Estado escolar e da própria escola. Portanto, recuperar o conceito de ideologia em geral, apresentado no primeiro capítulo deste texto, faz-se necessário para compreender os limites e as contribuições que a luta ideológica pode dar para a transformação social, uma vez que a

conceitualização em torno da ideologia em geral aplica-se a qualquer ideologia, mesmo àquelas ideologias “de classes” não

fazem valer os interesses comuns. p. 95”

¹⁸⁹ Marx e Engels, no “Manifesto do Partido Comunista”, ao responder às críticas da burguesia à proposta de educação dos comunistas, apontam a relação da educação e da escola como instrumento de reprodução das relações sociais, afirmam os autores: “Mas, dizeis, suprimimos as relações mais íntimas ao substituímos a educação doméstica pela social.

E não está também a vossa educação determinada pela sociedade? Pelas relações sociais em que educais, pela intromissão mais directa ou mais indirecta da sociedade, por meio da escola, etc? Os comunistas não inventaram a acção da sociedade sobre a educação; apenas transformam o seu carácter, arrancam a educação à influência da classe dominante” p.50-51.

comprometidas com um processo de reprodução ou no funcionamento dos AIE. Se a tese sobre ideologia em geral também se aplica diretamente a uma ideologia revolucionária, é agora uma questão aberta.¹⁹⁰

Com relação à concepção althusseriana de ideologia em geral e de suas três teses, a primeira em que “A ideologia é uma ‘representação’ da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência”, a segunda, “A Ideologia tem uma existência material” e a terceira, “A Ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos”, podem ser pensadas a partir do AIE escolar e de suas instituições e da luta ideológica, enquanto uma das formas da luta de classes, que se trava entre a ideologia dominante e as ideologias subordinadas, no interior do Aparelho ideológico de Estado escolar..

Quanto à primeira e a segunda teses, essas possibilitam pensar a ideologia, também, no âmbito das escolas, como práticas-sociais, que nas formações sociais capitalistas representam relações de exploração, e enquanto relações de exploração, pressupõem relações de dominação, portanto a existência de segmentos dominados que podem tomar para si a tarefa de reverter a correlação de forças, no interior das escolas e do próprio AIE escolar.

Com referência especificamente à segunda tese, pode-se inferir que a existência de ideologias subordinadas (dominadas) no interior das escolas e do próprio AIE escolar, significa a existência da participação de indivíduos em práticas que não condizem com a reprodução das relações de produção dominantes e, portanto, podem contribuir na luta ideológica (luta de classes) em busca de uma nova hegemonia, no interior da escola, do AIE escolar e do próprio Estado.

Quanto à terceira tese, “A ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos”, supõe a existência de um Sujeito interpelador e do sujeito interpelado, sendo

¹⁹⁰ Gregor MCLENNAN, Victor MOLINA, Roy PETERS. A teoria de Althusser sobre ideologia, In: Da

esse constituído a partir do reconhecimento e da submissão ao Sujeito interpelador.

As inferências possíveis no âmbito da escola e do AIE escolar passam pela compreensão dos Sujeitos interpeladores, enquanto Sujeitos ideológicos, que por sua vez são constituídos fora da escola e do AIE escolar, mas que se materializam em práticas, no interior dessas e, enquanto tese de uma concepção de ideologia em geral, a constituição de Sujeitos interpeladores é válida para as ideologias dominantes como também para as ideologia dominadas.

Portanto, a lógica anterior leva a reconhecer a existência, no interior das escolas e do AIE escolar, como nos outros AIE, de Sujeitos interpeladores de ideologias dominadas, estes interpelam e submetem sujeitos que se reconhecem nessa interpelação, constituindo-se em “maus sujeitos” que não caminham como a imensa maioria dos “bons sujeitos”, sendo que esses caminham por si e entregues à ideologia dominante, cujas formas concretas se realizam no AIE escolar e, portanto nas escolas. Essas inferências podem contribuir na reafirmação da importância da luta ideológica, enquanto uma das formas da luta de classes, no interior das escolas e de seu Aparelho Ideológico de Estado.

3.2.2. – A Luta de Classes e a Escola

O Aparelho ideológico escolar, como os outros Aparelhos ideológicos de Estado, não se reduz à existência de idéias, elas são sustentadas por um determinado suporte real e material. No AIE escolar também é realizada a Ideologia de Estado em sua totalidade, ou em parte, garantindo sua unidade de sistema “ancorada” em funções materiais, que lhe são próprias e não redutíveis à Ideologia de Estado, mas lhe servindo de suporte.

Ideologia, 124.

A partir do afirmado sobre os AIE, portanto, também no Aparelho ideológico escolar e suas instituições (escolas), de que eles não produzem as ideologias, mas é neles que elas se realizam. Quanto a ideologia dominante, ela existe nas instituições escolares como determinados elementos da ideologia de Estado no interior destas instituições. Também, deve-se retomar a afirmação do autor, ao reconhecer a existência de outras ideologias que não a do Estado, no interior do AIE escolar e de suas instituições, essas produzidas como subproduto (ideologia subordinada) da prática em que se realiza a Ideologia de Estado. Importante destacar que Althusser, ao se referir às ideologias subordinadas (ideologias secundárias) e à ideologia dominante (ideologia primária) indica que, elas apresentam-se como produto da luta de classes no interior dos AIE, portanto presentes também, no escolar e em suas instituições.

Com relação à luta de classes, no interior das escolas, partindo-se das afirmações sobre os Aparelhos ideológicos sindical e político, pode-se inferir que com relação à escola, Althusser também a compreende como um espaço da luta de classes, mantendo a advertência de que a luta que se trava na escola, como em qualquer outro elemento de qualquer AIE, é limitada, uma vez que a luta de classes nasce externamente a eles.

O que significa reconhecer a escola como espaço de contradições, que se apresentam como produto da luta de classes. Apesar dos limites dessa, no interior do AIE escolar, como nos outros AIE, o autor aponta para a importância da luta de classes, no interior deles (portanto, no escolar, também) para a revolução, sendo a escola um dos espaços onde se desenrola a guerra de longa duração “como é a luta de classe que pode chegar a derrubar as classes dominantes, isto é, desapossar as classes dominantes do poder de Estado que elas detêm”¹⁹¹

Em seu texto “Filosofia e Filosofia Espontânea dos Cientistas”, Althusser vincula o ensino escolar à educação ideológica das massas, apontando a relação direta

¹⁹¹ Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 176

entre ensino e a ideologia dominante, fazendo da escola um importante espaço da luta de classes.

.. a “cultura” literária ministrada no ensino das escolas *não é um fenômeno puramente escolar*, é um momento entre outros da “educação” ideológica das massas populares. Pelos seus meios e efeitos, ela traz outros à superfície, postos em prática ao mesmo tempo: religiosos, jurídicos, morais, políticos, etc. Outros tantos meios ideológicos da hegemonia da classe dominante, que são todos reagrupados em volta do Estado de que a classe dominante detém o poder. Bem entendido, *esta conexão, podíamos dizer sincronização*, entre a cultura literária (que é o objecto-objectivo das humanidades clássicas) e a acção ideológica de massa exercida pela Igreja, pelo Estado, pelo Direito, pelas formas do regime político, etc., são a maior parte das vezes *mascaradas*. Mas aparecem à luz do dia nas grandes crises políticas e ideológicas, onde por exemplo as reformas do ensino são abertamente reconhecidas como revoluções nos métodos de acção ideológica sobre as massas. Vê-se então muito claramente que o ensino está em relação directa com a ideologia dominante e que a sua concepção, a sua orientação e o seu controlo são um terreno importante da luta de classes.¹⁹²

Outra inferência que se pode fazer em relação à escola, a partir dos escritos sobre os partidos e o sindicatos proletários, é a da possibilidade de existirem escolas cuja ideologia seja, radicalmente, antagônica à ideologia de Estado, podendo-se citar algumas experiências de sindicatos e partidos de trabalhadores, como por exemplo, sindicatos e Centrais de trabalhadores que mantêm escolas e institutos de formação, Partidos Políticos proletários que também mantêm escolas partidárias e institutos de formação e de pesquisa, além de movimentos sociais, como, por exemplo, as escolas do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), que mantêm escolas sob suas orientações ideológicas. Essas são afirmações que devem relativizar a dimensão do papel dessas escolas na luta de classes, uma vez que as instituições fazem parte do AIE

¹⁹² Idem, *Filosofia e Filosofia Espontânea dos Cientistas*, 45

sindical, político e escolar, portanto, mesmo como elementos de negação da ideologia dominante de Estado, elas fazem parte do próprio Estado. Mas, mesmo fazendo parte do Estado, não se pode levar ao negligenciamento a importância dessas escolas enquanto um dos espaços em que se trava a luta de classes.

Com respeito à importância da luta de classes e as escolas, ela deve ser compreendida também e, predominantemente, no interior da maioria das escolas, que cumprem e onde predomina a ideologia de Estado e onde cumpre o papel de reproduzir as relações de produção, relações de dominação capitalista. Aqui se devem também retomar os escritos do autor ao referir-se à luta de classes nos AIE, subentendido no escolar principalmente, uma vez que o entende como AIE dominante, nas formações capitalistas.

A luta de classes, no interior das escolas, é predominantemente luta ideológica, é a luta pela manutenção da ideologia hegemônica das classes dominantes e a resistência à essa imposição e a busca da construção de uma nova hegemonia. A escola em seu papel de transmissora da cultura das classes dominantes, se constitui em importante instrumento de construção e manutenção da hegemonia ideológica, através do ensino e de outras formas ideológicas no interior das mesmas. Althusser, ao se referir a esse mecanismo, no interior das escolas, chama a atenção para a existência de ideologias dominadas, que, mesmo sem serem reconhecidas, coexistem e resistem à imposição da ideologia de Estado. Afirma:

A “cultura” que se ensina nas escolas não passa efectivamente de uma *cultura em segundo grau*, uma cultura que “cultiva” visando um número, quer restrito quer mais largo, de indivíduos desta sociedade, e incidindo sobre objectos privilegiados (letras, artes, lógica, filosofia, etc.), a arte de se ligar a estes objectos: como meio prático de inculcar a estes indivíduos normas definidas de conduta prática perante as instituições, “valores” e acontecimentos desta sociedade. A cultura é ideologia de elite e/ou de massa de uma sociedade dada. Não a *ideologia real das massas* (pois em função das oposições de classe, há várias

tendências na cultura): mas a ideologia que a classe dominante tenta inculcar, directa ou indirectamente, pelo ensino ou outras vias, e num fundo de discriminação (cultura para elites, cultura para as massas populares) às massas que domina. Trata-se dum empreendimento de carácter *hegemónico* (Gramsci): obter o *consentimento* das massas pela ideologia difundida (sob as formas da apresentação e da inculcação de cultura). A ideologia dominante é sempre imposta às massas contra certas tendências da sua própria cultura, que não é reconhecida nem sancionada mas resiste.¹⁹³

Essas afirmações levam a indicar a necessidade de se pensar a escola como reprodutora das relações de produção e, ao mesmo tempo, como importante locus da luta de classes, que se apresenta, predominantemente, como luta ideológica. Quanto à importância que o autor dá à luta de classes, no interior das escolas, pode ser percebida ao afirmar que a escola na sociedade burguesa é a substituta da igreja na Idade Média, período em que era o principal Aparelho ideológico de Estado.

Segundo Althusser, na sociedade moderna (formações sociais capitalistas) a escola passa a ser a instituição, junto com a família, que mais tempo fica com as crianças

em seus períodos mais “vulneráveis” à inculcação ideológica. O autor justifica a predominância do AIE escolar, nas formações sociais capitalistas, uma vez que a reprodução das relações capitalistas de exploração é obtida principalmente através de uma “aprendizagem de alguns saberes contidos na inculcação maciça da ideologia da classe dominante que, em grande parte, são reproduzidas as relações de produção de uma formação social capitalista, ou seja, as relações entre exploradores e explorados, e entre explorados e exploradores”¹⁹⁴

Mesmo considerando que o autor se refere à realidade dos países desenvolvidos da Europa, em que o período diário dos alunos, nas escolas gira em turnos

¹⁹³ Louis ALTHUSSER, *Filosofia e Filosofia Espontânea dos Cientistas*, 44

de seis a oito horas, e que, nos países subdesenvolvidos, ou “em desenvolvimento”, a jornada escolar se reduz à metade dos países europeus, isso sem falar das crianças que não têm acesso ao ingresso e das que evadem nos primeiros anos de escola. A problemática, a de que a escola pode não ser o principal Aparelho ideológico de Estado, nas formações sociais subdesenvolvidas e “em desenvolvimento”, e que a mídia, nessas formações sociais, pode ocupar o papel de principal AIE de interpelação dos sujeitos, não significa minimizar o papel que a escola tem na reprodução das relações de produção da sociedade capitalista ao transmitir saberes e práticas escolares que fazem com que os sujeitos creiam que as relações sociais existentes são boas e desejáveis.

Para Althusser a escola

recebe as crianças de todas as classes sociais desde o Maternal e, a partir daí, com os novos e igualmente com os antigos métodos, ela lhes inculca, *durante anos e anos*, no período em que a criança é mais “vulnerável”, *imprensada* entre o aparelho de Estado Família e o aparelho de Estado Escola, determinados “savoir-faire” *revestidos* pela ideologia dominante (língua materna, cálculo, história natural, ciências, literatura), ou muito simplesmente *a ideologia dominante em estado puro* (moral e cívica, filosofia). Em determinado momento, aí pelos cartoze anos, uma grande quantidade de crianças vai parar “na produção”: virão a constituir os operários ou os pequenos camponeses. Uma outra parte da juventude continua na escola: e haja o que houver, avança ainda um pouco para ficar pelo caminho e prover os postos ocupados pelos pequenos e médios quadros, empregados, pequenos e médios funcionários, pequenos burgueses de toda a espécie. Uma última parcela chega ao topo, seja para cair na subocupação ou semidesemprego intelectuais, seja para fornecer os agentes da exploração e os agentes da repressão, os profissionais da ideologia (padres de toda a espécie, a maioria dos quais são “laicos” convictos) e também agentes da prática científica.¹⁹⁵

¹⁹⁴ Louis ALTHUSSER, *Aparelhos Ideológicos de Estado*, 80

¹⁹⁵ Louis ALTHUSSER, *Sobre a Reprodução*, 168

Na citação acima, o autor também acentua o papel da escola como selecionadora dos sujeitos aos postos de trabalho a partir do número de anos de frequência escolar, à qual se pode acrescentar os sujeitos que ocupam postos de trabalhos sem qualquer escolaridade. Ou seja, a escola continua cumprindo seu papel de reprodutora das relações sociais, também ao negar acesso ao ingresso à parte dos filhos dos trabalhadores. Althusser acrescenta que essa seleção para as diferentes ocupações no processo de produção também é acompanhada da inculcação do fracasso, do sucesso, do acerto e do erro dos sujeitos, que passaram pela escola com períodos diferenciados; aqui também, pode-se acrescentar os que não ingressaram nas mesmas, eles também são selecionados para ocupar determinados postos na produção.

Cada parcela que fica pelo caminho é *grosso modo* praticamente provida, com mais ou menos erros ou fracassos, da ideologia que convém ao papel que ela deve desempenhar na sociedade de classes: o papel de explorado (com “consciência profissional”, “moral”, “cívica”, “nacional” e apolítica altamente “desenvolvida”); o papel de agente da exploração (saber dirigir e falar aos operários), de agentes de repressão (saber dar ordens e se fazer obedecer “sem discussão” ou saber manipular a demagogia da retórica dos dirigentes políticos), ou de profissionais da ideologia (sabendo tratar as consciências com respeito, isto é, o desprezo, a chantagem e a demagogia que convêm, acomodados às regras da Moral, da Virtude, da “Transcendência”, da Nação, do papel da Pátria no Mundo, etc.).

É claro, um grande número dessas Virtudes contrastantes (por um lado, modéstia, resignação, submissão e, por outro, cinismo, desprezo, altivez, segurança, grandeza e sobrançeria, até mesmo falar bem e habilidade) aprendem-se também nas Famílias, na Igreja, nas Forças Armadas, nos Belos Livros, nos Filmes e mesmo nos estádios. Mas nenhum Aparelho ideológico de Estado dispõe, durante *um número tão grande de anos*, da audiência *obrigatória* (e, realmente, por menos importante que isso seja, *gratuita...*) 6 dias em um total de 7, durante 8 horas por dia, *da totalidade das crianças da formação social capitalista.*¹⁹⁶

O que deve ser destacado é a relação que o autor faz da formação ideológica e a divisão do trabalho, a ocupação dos postos de trabalho pelos trabalhadores no processo de produção e as relações entre estes e o capital, ou seja, a relação do tempo de formação escolar cultural/ideológica e os postos de trabalho e os papéis que ocupam na produção.

Outra importante referência do autor à ideologia da classe dominante e às formas de conhecimento que se aprendem na escola, é que a escola, através de determinados conhecimentos, é eficiente instrumento de inculcação da ideologia das classes dominantes, e reproduz as relações de produção de determinadas formações sociais capitalistas,

encobertos e dissimulados por *uma ideologia da Escola que reina à escala universal*, já que se trata de uma das formas essenciais da ideologia burguesa dominante: uma ideologia que representa a Escola como neutra, desprovida de ideologia (na medida em que ...é laica), na qual os professores, respeitadores da “consciência” e da “liberdade” das crianças que lhes são confiadas (com toda a confiança) pelos “pais” (os quais são também livres, isto é, *proprietários* dos filhos), levam-nas a ter acesso à liberdade, à moralidade e à responsabilidade de adultos através de seu próprio exemplo, pelos conhecimentos, pela Literatura e pelas virtudes “libertadoras” bem conhecidas do Humanismo literário ou científico.¹⁹⁷

Com relação aos professores, Althusser aponta duas posturas diferentes entre eles: uma primeira, em que os professores tentam, através das armas científicas e políticas, que encontram na história e no saber que ensinam, se contraporem à ideologia dominante, ao sistema e às práticas nas quais estão confinados; esses, segundo o autor, são raros. Um segundo grupo de professores, a imensa maioria, nem suspeita do trabalho que o sistema os obriga a fazer, e o fazem com empenho, entusiasmo, engenhosidade.

¹⁹⁶ Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 169

¹⁹⁷ Louis ALTHUSSER, Sobre a Reprodução, 169

Tampouco duvidam de que estão contribuindo com sua própria dedicação para manter e alimentar essa representação ideológica da Escola que, atualmente, torna a Escola tão “natural” e indispensável-útil e, até mesmo, benfazeja para nossos contemporâneos, como a Igreja era “natural”, indispensável e generosa para nossos antepassados de alguns séculos atrás. De fato, *atualmente, a Igreja foi substituída pela Escola*: esta dá-lhe continuidade e ocupa seu setor *dominante*, embora ligeiramente restrito (uma vez que a Igreja, não-obrigatória, e as forças armadas, obrigatórias e ... gratuitas como a Escola, lhe fazem companhia com todo o cuidado). É verdade que a Escola pode contar com a ajuda da Família, apesar das “dissonâncias” que, após o *Manifesto* ter anunciado sua dissolução, perturbam seu antigo funcionamento de Aparelho ideológico de Estado, outrora, particularmente seguro. Hoje em dia, já não é esse o caso: depois de Maio, as próprias famílias burguesas de posição mais elevada sabem algo do que isso significa – algo que as abala irreversivelmente e as deixa, muitas vezes, a “tremem”.¹⁹⁸

Também é necessário relativizar e situar essas afirmações do autor, no tempo e no espaço, final da década de sessenta e início da década de setenta do século passado na França, país europeu de grande desenvolvimento capitalista. Isso não significa que as condições hoje são melhores ou piores, ou que nos países subdesenvolvidos ou “em desenvolvimento” se diferenciam ou não, das afirmações apresentadas. Mas essas afirmações podem contribuir em análises a respeito da escola e da luta de classes que se desenvolve no interior dela, permitindo compreender os limites e as contribuições que a luta ideológica, enquanto uma das formas da luta de classes, pode dar para a transformação social.

3.3. – Referencial althusseriano e a análise da educação no contexto atual

¹⁹⁸ Ibid,170

As contribuições de Louis Althusser, junto com Establet, Baudelot, Bowles, Gintis, Bourdieu, Passeron entre outros, para as análises sobre a educação e seu papel político e ideológico na sociedade, foram de grande importância, no final da década de sessenta e início da de setenta do século XX. A contribuição de Althusser, no grupo de pensadores teve uma singularidade ao relacionar ideologia e educação, colocando a problemática do papel ideológico da educação na reprodução das relações sociais. Também há que se ressaltar sua presença, enquanto pensador marxista, que junto com outros, representou a corrente marxista no movimento de ruptura com a antiga tradição sociológica da educação, criando uma nova tradição, classificada pelo professor Tomaz Tadeu da Silva, como “Sociologia da Educação Crítica” ou “Teorias Crítico-Reprodutivistas da Educação”, como o professor Dermeval Saviani as chama em seu livro “Escola e Democracia”. Nele, o professor Dermeval também reconhece que o aparecimento dessas novas teorias significou importante momento de ruptura com a velha tradição das teorias educacionais.

Tomando como critério de criticidade a percepção dos condicionantes objetivos, denominarei as teorias do primeiro grupo de “teorias não-críticas” já que encaram a educação como autônoma e buscam compreendê-la a partir dela mesma. Inversamente, aquelas do segundo grupo são críticas uma vez que se empenham em compreender a educação remetendo-a sempre a seus condicionantes objetivos, isto é, aos determinantes sociais, vale dizer, à estrutura sócio-econômica que condiciona a forma de manifestação do fenômeno educativo. Como, porém, entendem que a função básica da educação é a reprodução da sociedade, serão por mim denominadas de “teorias crítico-reprodutivistas”.¹⁹⁹

Para o professor Tomaz Tadeu da Silva, além da ruptura marcada pelo surgimento da nova tradição da sociologia da educação, sua problemática central, os “mecanismos pelos quais a educação, ou mais concretamente, a escola, contribui para a

produção e a reprodução de uma sociedade de classes”²⁰⁰, marcam e delimitam o campo da sociologia da educação nas últimas décadas.

As produções, da “Sociologia da Educação Crítica” ou “Teorias Crítico-Reprodutivistas”, também vão influenciar mais tarde outras correntes, como por exemplo a “Nova Sociologia da Educação”. Essa nova corrente mantém as críticas às teorias que concebiam a educação como autônoma, como também as análises que relacionavam a educação aos determinantes sociais. Apesar de manter as críticas e a relação da educação com determinantes sociais, a nova corrente deslocou o centro de suas análises para questões de currículo, por isso, também chamadas de “Sociologia do Currículo”.

Parece interessante fazer algumas observações a respeito dessa nova corrente de análises educacionais, no sentido de demonstrar que o aparecimento da Sociologia do Currículo vem contribuir para se compreenderem os elementos internos das escolas como mecanismos que contribuem na reprodução das relações de produção. Mas, ao mesmo tempo, perde a grande contribuição das Teorias Crítico-Reprodutivistas, a das análises estruturais da relação educação e reprodução das relações de produção, uma vez que estas se constituíam em teorias mais abrangentes e, perdendo-se essa perspectiva mais estrutural, corre-se o risco de abandonar a compreensão da educação, enquanto elemento determinado e, ao mesmo tempo, determinante de uma totalidade.

3.3.1. – A Nova Sociologia da Educação

Para uma breve apresentação do aparecimento, contribuições e limites da Nova Sociologia da Educação ou Sociologia do Currículo, o professor Tomaz Tadeu da Silva tem algumas publicações que podem auxiliar nesta investida.

¹⁹⁹ Dermeval SAVIANI, Escola e Democracia, 9

²⁰⁰ Tomaz Tadeu da SILVA, O que produz e o que reproduz em educação, 15.

Segundo Tomaz Tadeu, a Nova Sociologia da Educação passou a ser conhecida a partir da crítica do currículo na Inglaterra que se fazia do ponto de vista da sociologia. O marco de início dessa crítica foi a publicação em 1971, no livro “Knowledge and control”, organizado por Michel Young, depois de discussões com Basil Bernstein e Pierre Bourdieu, passando a ser reconhecido como principal referência desse novo movimento.

O projeto de Young, com a publicação de seu livro “Knowledge and control”, tinha como ponto de partida o desenvolvimento de uma sociologia do conhecimento que “consistiria em destacar o caráter socialmente construído das formas de consciência e de conhecimento, bem como suas estreitas relações com as estruturas sociais, institucionais e econômicas”²⁰¹. Estas relações: conhecimento escolar e currículo como produtos sociais, distribuição do conhecimento e distribuição do poder e, conhecimento escolar/currículo e conflitos de interesses, são referências da sociologia do currículo indicadas no livro “Documentos de Identidade” do professor Tomaz Tadeu da Silva.

A NSE, no breve programa traçado por Young na introdução ao livro *Knowledge and control*, deveria começar por ver o conhecimento escolar e o currículo existentes como invenções sociais, como o resultado de um processo envolvendo conflitos e disputas em torno de quais conhecimentos deviam fazer parte do currículo. Ela deveria perguntar como essa disciplina e não outra acabou entrando no currículo, como esse tópico e não outro, por que essa forma de organização e não outra, quais os valores e os interesses sociais envolvidos nesse processo seletivo. De forma mais geral e abstrata, a NSE busca investigar as conexões entre, de um lado, os princípios de seleção, organização e distribuição do conhecimento escolar e, de outro, os princípios de distribuição dos recursos econômicos e sociais mais amplos. Em suma, a questão básica da NSE era a das conexões entre currículo e poder, entre a organização do conhecimento e a distribuição de poder.²⁰²

²⁰¹ Tomaz Tadeu da SILVA, Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo, 66.

²⁰² Tomaz Tadeu da SILVA, Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo, 67.

Nesse mesmo texto, Silva aponta para as implicações pedagógicas do programa da Nova Sociologia da Educação, decorrentes da busca da construção de um currículo que representasse as tradições culturais e epistemológicas dos grupos dominantes e subordinados, contestasse as formas de estratificação e atribuição de prestígio das formas de conhecimentos existentes e da construção de um currículo epistemologicamente centrado na idéia de “construção social”.

Os limites da NSE são também apontados pelo próprio Michael Young, em um de seus mais recentes livros, “O currículo do futuro: da ‘nova sociologia da educação’ a uma teoria crítica do aprendizado”, publicado em 1998, na Grã-Bretanha, e dois anos depois no Brasil.

Nesse, Young afirma que um dos pontos fracos da “Nova Sociologia da Educação” era a falta de consciência do contexto de implementações de alternativas e que a NSE

desenvolveu uma análise e uma crítica, desafiou o que os responsáveis pelas políticas e os profissionais tinham como inquestionáveis e ofereceu explicações sobre a razão de a forma dominante do currículo ser “como era”. Todavia, embora defendesse um currículo baseado numa visão menos estratificada do saber, o que valorizava mais tipos de aprendizado, ela não oferecia alternativas realistas e não tinha idéias sobre como as mudanças poderiam ser implementadas; em outras palavras, não dispunha de um modelo de currículo do futuro. O resultado foi que muitas pessoas rejeitaram a abordagem em sua totalidade, e uma importante verdade se perdeu, qual seja, a de que o saber curricular é produzido social e historicamente e é variável, e que o que os professores fazem individualmente e, mais ainda, que os pressupostos deles acerca do saber importam para o aprendizado que encorajam em sala de aula. O que os professores podem realizar não é determinado só pelo caráter dado das estruturas de saber ou pelas amplas e impessoais forças da história; esse caráter dado é moldado, pelo menos em parte, pelo que os professores

fazem em suas salas de aula e em seus papéis profissionais mais amplos.²⁰³

Nesse livro, apesar de todo o esforço de Young em superar os limites da corrente que ele próprio fundou, propondo uma nova tendência nas teorias da educação, a Teoria Crítica do Aprendizado, sugerindo que, na atual sociedade o principal desafio é muito mais o de estabelecer novas relações entre os conteúdos curriculares do que a definição de novos conteúdos, ele ainda mantém o centro de suas análises no currículo escolar.

Com relação à contribuição marxista a esse novo movimento, ela está fortemente identificada com o pensamento de Michel Apple, que utiliza o esquema básico já apresentado por Althusser e aproveitando das críticas radicais à educação liberal desse e de outros, elabora sua análise crítica do currículo, que inicia com a publicação de seu primeiro livro, “Ideologia e Currículo”, em 1979 nos Estados Unidos.

Partindo de elementos centrais da crítica marxista da sociedade, Apple compreende a dinâmica da sociedade capitalista em torno da dominação de classe, da classe proprietária dos meios de produção sobre as classes que possuem apenas a força de trabalho, e que essa característica da organização da base econômica da sociedade determina, “em última instância”²⁰⁴, as outras esferas da sociedade.

Essa compreensão da determinação da base material da sociedade, faz com que Apple desenvolva um grande esforço para evitar uma concepção mecanicista e determinista das relações entre produção e educação, esse esforço já aparece em seu primeiro livro “Ideologia e Currículo” e se desenvolve em seus textos posteriores, particularmente,

²⁰³ Michael F. D. YOUNG. O currículo do futuro. Da “nova sociologia da educação” a uma teoria crítica do aprendizado, 18

²⁰⁴ Aqui se faz necessário retomar a citação de Althusser no primeiro capítulo deste texto, “ ‘em última instância’ designa ‘a determinação em última instância’, o aspecto principal, o ‘elo decisivo’ da *determinação*: implica, portanto, a existência de um ou vários aspectos secundários, subordinados, superdeterminados, superdeterminantes já que a outro”. Louis ALTHUSSER, Resposta a John Lewis, In: Posições-1, 17

“Educação e Poder” e “Trabalho Docente e Textos”, que com o primeiro forma uma triologia da temática educação e sociedade.

Michel Apple, em seu texto “Repensando Ideologia e Currículo”, no qual faz uma análise de seu livro publicado em 1979, e dos dois textos posteriores acima citados, indica os objetivos que pretendia atingir com essa triologia. Afirma o autor:

Fiz uma abordagem apenas preliminar dessas questões em *Ideologia e Currículo* e ampliei-a consideravelmente em *Educação e Poder* e *Teachers and texts*. Espero, entretanto, que ela seja suficientemente clara para o leitor perceber que a influência da escola nos planos ideológico, cultural e econômico é muito complexa, não podendo ser totalmente compreendida através de fórmulas simples. Existem *sim* ligações muito fortes entre o conhecimento formal e informal dentro da escola e a sociedade mais ampla com todas as suas desigualdades. Entretanto, uma vez que as pressões e demandas dos grupos dominantes são intensamente mediatizadas pela história de cada instituição educacional e pelas necessidades e ideologias das pessoas que de fato nelas trabalham, os objetivos e resultados serão também freqüentemente contraditórios.²⁰⁵

Apesar da grande contribuição de Apple, sem minimizar sua importância, o que se coloca hoje, no atual contexto econômico, político, social e ideológico, é a necessidade de se construírem análises das grandes relações entre os processos sociais e os processos educacionais.

Sem dúvida, pelo exposto acima, o aparecimento da “Nova Sociologia da Educação” dá uma grande contribuição às teorias críticas da educação, apontando para análises de elementos reprodutores, no interior da escola e da sala de aula, revelando elementos visíveis e, principalmente, aqueles que não o são e contribuem para a reprodução das desigualdades sociais.

²⁰⁵ Michel APPLE, Repensando Ideologia e Currículo. In: A. F. MOREIRA & T. S. TOMAZ (orgs), Currículo, Cultura e Sociedade, 46

Também é importante destacar que a partir deste novo quadro teórico, se deslocou o centro das análises sociológicas da educação para a problematização dos currículos escolares, estes descritos ou ocultos, onde o fundamental é examinar o processo de estratificação do conhecimento escolar.

Mas, apesar da grande contribuição dada pela Nova Sociologia da Educação, e mais recentemente pela Teoria Crítica do Aprendizado, seus limites são latentes, uma vez que elas, ao centrarem suas análises nos processos e elementos internos da escola, perdem o que havia de fértil, na sociologia da educação crítica, ou seja, o de analisar as grandes relações entre processos sociais amplos e resultados amplos dos processos educacionais.

Esse novo quadro teórico desloca o centro das análises sociológicas da educação para a problematização dos currículos escolares, onde o fundamental é examinar o processo de estratificação do conhecimento escolar. O deslocamento do centro das análises sociológicas da educação para a problemática dos currículos escolares, fez com que a sociologia secundarizasse a educação como problema de seu campo de conhecimento, abrindo espaço para a chamada pedagogia crítica tomar para ela as análises da relação educação e sociedade, limitando-as a análises localizadas, no interior da escola.

3.3.2 – As Teorias das Novas Tecnologias

A recuperação do referencial althusseriano, também pode contribuir nas atuais análises das relações entre educação e trabalho, impulsionadas pela introdução das novas tecnologias, no processo de trabalho e no impacto dessas no campo educacional.

No debate, Althusser pode contribuir, na mesma perspectiva da contribuição à Sociologia do Currículo, em análises mais amplas, estruturais, que relacionem educação e trabalho a partir de elementos sociais e políticos envolvidos nessa relação,

além da perspectiva de classe e da luta de classes nessas análises. Sua contribuição pode ser pensada, a partir dos limites e das críticas às teorias das Novas Tecnologias, mesmo aquelas teorias de autores que usam instrumentais do marxismo para fazê-la.

Com relação à crítica às teorias das Novas Tecnologias, independente de concordar-se ou não, o professor Tomaz Tadeu da Silva novamente pode auxiliar, agora na compreensão dos fundamentos dessa corrente de análise. Ele dedica um capítulo inteiro, “Educação e Produção: Conexões e Relações”, de seu livro “Identidades Terminais: As transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política”, para demonstrar a linha de raciocínio e os limites das teorias. Nesse texto, entre outros de sua autoria, abre-se a possibilidade de pensar a relação educação e trabalho, não numa correspondência entre oferta e demanda da formação da mão de obra para o sistema produtivo, mas numa perspectiva do papel político e ideológico da educação na reprodução das relações de produção, no contexto da introdução de novas tecnologias, da globalização dos mercados e da política neoliberal.

Em seu texto, Silva inicia apontando quatro referências onde, segundo ele, os teóricos das Novas Tecnologias centram suas discussões para mostrar o impacto das novas tecnologias sobre educação:

1) Certas modificações na economia capitalista, resultantes de crises no processo de acumulação, obrigam a uma reorganização no processo de trabalho, envolvendo a adoção de tecnologias propriamente ditas, em geral baseadas na microeletrônica, e a introdução de novas formas organizacionais, tais como as ilhas de produção, por exemplo.

2) Estas modificações representam uma mudança radical em relação às práticas fordistas e tayloristas de organização do trabalho, baseadas na produção em massa e continuada de objetos uniformes, na linha de montagem e na divisão extrema do processo de trabalho em segmentos cognitivamente vazios. ...

3) Como consequência, as novas formas de produção exigem um trabalhador cujas características atitudinais e cognitivas diferem

radicalmente daquelas do trabalhador do regime fordista e taylorista de produção. ...

4) Finalmente, entra neste raciocínio o papel da educação. Tendo em vistas estas exigências modificadas do processo de produção, caberia ao sistema educacional formar este novo tipo de trabalhador, dotado de um acervo de conhecimentos técnicos e científicos apropriados às novas exigências. Não mais o trabalhador limitado e parcial da linha de produção fordista e taylorista, mas o trabalhador flexível, polivalente e politécnico, munido de uma compreensão geral dos princípios técnicos e científicos, associado às características da produção capitalista pós-fordista. A escola deveria, em consequência, modificar-se para produzir este tipo de trabalhador (manual, naturalmente).²⁰⁶

Essas referências levam o autor do texto a afirmar que a maioria dos trabalhos desta corrente não tem gerado grandes diferenças entre suas análises, mesmo as baseadas no técnico-funcionalismo e as da tradição crítica em educação.

Tomaz Tadeu da Silva, após seguida à apresentação das referências das teorias das Novas Tecnologias, faz quatro observações na linha de raciocínio dessas teorias. A primeira em relação ao Brasil, onde questiona os trabalhos que se referem à situação brasileira, uma vez que é desconhecida a extensão do impacto das novas tecnologias e das novas formas de organização do trabalho no Brasil. Além dos indicadores que mostram que a implementação de novas tecnologias em setores mais dinâmicos da indústria, do comércio e dos serviços são setores limitados e não representam o universo do trabalho no Brasil.

A segunda observação do autor se refere à existência de um otimismo em relação às exigências cognitivas colocadas pelas novas tecnologias sobre o trabalhador.

Segundo Silva, “existe uma tendência em toda essa discussão a se prender a uma definição exclusivamente fisiológica, conteudística e técnica das modificações nas

²⁰⁶ Tomaz Tadeu da SILVA, *Identidades Terminais*, 31-33

habilidades exigidas pelas NTs, em detrimento de uma compreensão dos elementos sociais e políticos aí envolvidos”²⁰⁷.

Na observação seguinte, o autor faz a crítica ao pressuposto dessas teorias no que se refere à relação entre as novas tecnologias e a educação. Segundo Tomaz Tadeu, os teóricos das Novas Tecnologias partem da existência de uma correspondência estreita entre as demandas do mundo do trabalho e a oferta da educação para esta demanda. Ao referir-se a essa lógica de raciocínio, o autor compara o modelo das teorias do capital humano aos das teorias das Novas Tecnologias, afirmando que esse

modelo é praticamente o mesmo. O raciocínio inicia-se no impacto das NTs sobre a reorganização do processo de trabalho nas empresas e o conseqüente perfil cognitivo e atitudinal do trabalho aí exigido. A partir de uma descrição do conteúdo dessas modificações e do conteúdo das tarefas exigidas pelas NTs, postula-se a necessidade de um sistema educacional que esteja sintonizado com essas modificações e esteja apto a fornecer o novo perfil de trabalhador. Ou, o que é pior, parece haver em certos relatos a crença de que as modificações tecnológicas levarão automaticamente ou forçosamente a modificações correspondentes na organização educacional, no currículo e na pedagogia. Alguns teóricos de esquerda desenham uma espécie de utopia em que o movimento da tecnologia é determinante na alteração da atual organização da divisão do trabalho e de outras condições sociais, como a educação.²⁰⁸

A crítica de Silva a esse raciocínio avança quando afirma que as teorias das NTs são centradas numa problemática essencialista ou substancialista,

na medida em que focalizam o *conteúdo* do trabalho manual e as modificações aí introduzidas pelas NTs e não a relação entre trabalho mental e trabalho manual. Isso é possivelmente uma conseqüência do fato de que a classe é a grande ausente desse tipo de pesquisas. Se estivessem baseadas numa análise de

²⁰⁷ Tomaz Tadeu da SILVA, *Identidades Terminais*, 36

²⁰⁸ Tomaz Tadeu da SILVA, *Identidades Terminais*, 37

classe, compreenderiam que não importa qual o grau das modificações atitudinais e cognitivas introduzidas no âmbito do trabalho manual, nem sua suposta positividade: isto não constitui nenhuma modificação essencial na natureza da divisão social do trabalho entre mental e manual, na medida em que essas modificações permanecem na órbita do trabalho manual. O trabalho manual não é manual por causa de seu conteúdo, ou de suas características físicas ou mentais ou fisiológicas, ou técnicas. O trabalho manual é manual fundamentalmente por sua *relação* com o trabalho mental. Nenhuma modificação naquele conteúdo, por radical que seja, terá o efeito de alterar esta relação.²⁰⁹

Quanto à quarta e última observação ao modelo de raciocínio das teorias das NTs, Silva chama a atenção para o caráter restrito, localizado, no interior do processo de produção e os limites desse enfoque.

Ao se concentrar no interior do processo de trabalho, esses estudos deixam de problematizar as relações mais amplas existentes entre a produção da ciência e da tecnologia e o processo de produção capitalista. Esta relação, teórica e politicamente mais importante, não pode ser flagrada no interior do local de trabalho, mas nos processos mais amplos, pelos quais a produção da ciência e a produção tecnológica estão entrelaçados. Ao restringir suas análises ao interior do processo de trabalho, os pesquisadores das NTs correm exatamente o risco de deixar de fora da análise esse importante componente da divisão social do trabalho.²¹⁰

Após as observações sobre o modelo do raciocínio básico das teorias das Novas Tecnologias, Silva procura demonstrar que as teorias críticas em educação, com raras exceções, têm dedicado muito pouco esforço às análises dos mecanismos estruturais da educação institucional.

²⁰⁹ Ibid,38-39

²¹⁰ Tomaz Tadeu da SILVA, Identidades Terminais , 39

Referindo-se a Marx, no que diz respeito à separação entre trabalho manual e intelectual, entre concepção e execução, tomando esta divisão como aspecto central na subordinação do trabalho ao capital, e que a separação é própria das relações capitalistas de produção que se originam no processo de trabalho capitalista, chama a atenção para a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual.

Silva, ao discutir o papel da escola na reprodução da divisão social do trabalho, a coloca a partir de uma perspectiva diferente das compreensões que indicam mudanças, no interior do processo de produção, em decorrência da introdução das novas tecnologias.

Do ponto de vista do conceito relacional, estrutural, que estou discutindo, nenhuma mudança *técnica* significará realmente mudança na relação entre trabalho mental e trabalho manual, pois esta é exatamente isto: uma relação social, uma relação entre posições. Como diz Poulantzas (1978, p.21), “o processo de produção não é definido por dados ‘tecnológicos’, mas pelas relações dos agentes com os meios de trabalho e, assim, entre eles, portanto, pela unidade do processo de trabalho das ‘forças produtivas’ e das relações de produção”. Mudanças absolutas, técnicas, de conteúdo ou de natureza, por mais radicais que sejam, por maiores que sejam, mas que deixam intocadas as *relações* entre posições no interior do processo de produção e no contexto das relações sociais mais amplas, não alteram essencialmente o caráter da divisão social do trabalho.²¹¹

A recuperação da problemática do papel da escola, enquanto reprodutora dos agentes e dos lugares da produção de Nicos Poulantzas, feita por Silva, leva-o a afirmar que “a reprodução dos lugares refere-se à reprodução estrutural das classes, enquanto a reprodução dos agentes refere-se à produção subjetiva das pessoas que irão ocupar os lugares”²¹².

²¹¹ Tomaz Tadeu da SILVA, *Identidades Terminais*, 53

²¹² *Ibid*,47

A importância dessa discussão levantada por Tomaz Tadeu da Silva, tanto no que diz respeito à Nova sociologia da Educação quanto às teorias das Novas Tecnologias, é chamar a atenção para a necessidade de análises estruturais da educação; nesse sentido sua preocupação vem contribuir para a tese aqui apresentada, a da recuperação do referencial althusseriano para novas análises mais abrangentes do papel político/ideológico da escola.

3.4. – A escola e o projeto político/ideológico

Em relação ao contexto atual, a tese de recuperar o referencial althusseriano pode contribuir na compreensão da reorganização do capital, principalmente, em seu projeto político/ideológico e o papel que a escola cumpre na universalização desse projeto.

Um autor que pode dar indicações para tal tipo de análise é o sociólogo sueco Göran Therbon, por afirmar que o “neoliberalismo é uma superestrutura ideológica e política que acompanha uma transformação histórica do capitalismo moderno”²¹³, pode ser interessante e levar a análises importantes da relação neoliberalismo e escola.

Göran Therbon em seu texto “A crise e o futuro do capitalismo” afirma a tese de que a crise atual do capitalismo é mais ideológica do que econômica:

As crises constituem o ritmo de vida do capitalismo. De fato, as crises cíclicas fazem parte da vida normal deste sistema social e histórico. No entanto, no atual período, o capitalismo não enfrenta uma contradição econômica estrutural...a contradição fundamental do capitalismo atual é mais ideológica do que

²¹³ Göran THERBON, A crise e o futuro do capitalismo, In: Emir SADER & , Pablo GENTILI (orgs), Pós-Neoliberalismo, 39

econômica. Ela se manifesta na destruição social criada pelo poder do mercado.²¹⁴

Essas referências podem levar à hipótese da necessidade da escola reorganizar-se para cumprir seu papel político/ideológico de reprodutora da concepção de mundo neoliberal, sendo expressões dessa reorganização a “Conferência Mundial de Educação para Todos” realizada em Jomtien, na Tailândia, em março de 1990, “A Declaração de Nova Delhi”, assinada em dezembro de 1993 pelo Brasil, China, Bangladesh, Egito, México, Nigéria, Paquistão e Índia, reafirmando seus compromissos assumidos na Conferência Mundial. No Brasil, essa lógica se materializa com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o novo Plano Nacional de Educação, Parâmetros Curriculares, Diretrizes Curriculares, a política de privatização do ensino entre outras tantas reformas pelas quais a educação brasileira passa.

Portanto, a retomada das análises da educação em seus aspectos mais amplos exige, como uma das possibilidades, recuperar os referenciais dos teóricos “Crítico-Reprodutivistas”, em especial, Louis Althusser, pois significa repor os conceitos de ideologia, de Estado, reprodução e da luta de classes como centrais, nas análises da educação, em sua relação com a sociedade. Eles se constituem em importantes instrumentos de análise das mudanças atuais que o capitalismo sofre, na sua base de produção, como também na superestrutura e, em particular, na escola.

Repor o instrumental althusseriano como possibilidade de análise e compreensão da escola é também apossar-se de um instrumento, que possibilite uma interpretação das mudanças, que a sociedade contemporânea passa em sua superestrutura, como mudanças determinadas, "em última instância", pela base material que se rearticula com grande velocidade.

Recolocar o pensamento de Louis Althusser é também reafirmar o marxismo como método de investigação atual. Segundo Dermeval Saviani, “... o

²¹⁴ Ibid,47

desmoronamento dos regimes do leste europeu, em lugar de significar a superação de Marx, constitui, ao contrário, um indicador de sua atualidade. Levando-se em conta que uma filosofia é viva e insuperável enquanto o momento histórico que ele representa não for superado”²¹⁵.

A partir de Althusser, abre-se mais uma possibilidade de compreender o complexo quadro que se apresenta hoje: uma totalidade que se rearticula com o objetivo de reprodução e acumulação do capital. Sendo que o processo de produção e reprodução realiza-se, necessariamente, em sua base econômica, produzindo e reproduzindo as relações sociais de produção, ou seja, produzindo e reproduzindo as relações que os indivíduos têm com os meios de produção. E para garantir essa reprodução, as classes dominantes também têm que reproduzir as suas idéias como sendo dominantes na sociedade, aí se coloca a importância da educação, e em especial a escola, que na sociedade capitalista se constituiu como locus privilegiado do processo educativo. A escola, enquanto aparato ideológico do Estado, segundo Althusser, passa a ser elemento estratégico, na rearticulação do capital, para sua ampliação e reprodução.

Por último, recuperar o referencial althusseriano pode contribuir na compreensão do papel político/ideológico da escola e da reprodução das relações de produção, relações que se rearticulam ou não, na base econômica que se apresenta com novas formas de organização do trabalho e das novas tecnologias, que impõem novas relações de operação dos meios de produção, novo desenho das fábricas e uma nova constituição da circulação de mercadorias, produzindo um mercado globalizado. Referências que indicam a dinâmica do capitalismo em produzir novas formas de reproduzir o capital e a dominação burguesa sobre as demais classes sociais na sociedade capitalista.

²¹⁵ Dermeval SAVIANI, Educação e Questões da Atualidade, 14

O referencial althusseriano pode dar elementos para se compreender o papel que a escola deve cumprir nessa reorganização do capitalismo e como a classe dominante reorganiza todo o Aparelho ideológico de Estado escolar para contribuir na reprodução de seu poder de classe.

Retomar Althusser é recuperar a contribuição que ele com outros denominados “reprodutivistas” deram e podem continuar dando, na análise da sociedade, referências que são importantes para estudos que se propõem a análises **“das grandes relações entre processos sociais amplos e resultados amplos dos processos educacionais”**²¹⁶.

Tomaz Tadeu da Silva ao se referir aos “reprodutivistas”, salienta a importância da temática por eles desenvolvida, afirmando que

esses estudos fundadores postulam que a contribuição específica e decisiva da educação para a produção e reprodução das classes reside na sua capacidade de manipulação e moldagem das consciências. É na preparação de tipos diferenciados de subjetividade, de acordo com as diferentes classes sociais, que a escola participa na formação e consolidação da ordem social. Para isto é decisiva a transmissão e inculcação diferenciada de certas idéias, valores, modos de percepção, estilos de vida, em geral sintetizados na noção de ideologia.²¹⁷

Essas referências sinalizam que o marxismo continua fértil para a compreensão da atual reorganização do modo de produção capitalista: a revolução tecnológica e as conseqüências que essas mudanças trazem no campo social, político, ideológico e econômico. Sendo que a análise desse processo só pode ser entendido em seus vários aspectos com a compreensão da totalidade do fenômeno, a partir da luta de classes.

²¹⁶ Tomaz Tadeu da SILVA, O que Produz e o que Reproduz em Educação, 14

²¹⁷ Ibid,15

CONCLUSÃO

Como todo trabalho, nesse também se fez necessário colocar um ponto final. Essa pontuação se justifica uma vez que se cumpriu o que se pretendia, no início do

projeto, o de demonstrar a contribuição do referencial althusseriano nas análises sobre o papel político/ideológico da escola e mais do que isso, apontou para a necessidade desse referencial nas análises no contexto atual, marcado por uma reorganização do capital, permeando as esferas econômica, política, social e ideológica da sociedade.

No caminho percorrido, apresentou-se um conjunto de afirmações e questionamentos; como a de que Louis Althusser foi pouco lido, e quando o leram, limitaram-se apenas aos textos “Por Marx”, “Ler O Capital” e “Aparelhos ideológicos de Estado”, com raras exceções. Apesar da importância singular desses textos, eles não deram conta de expor toda a produção intelectual do autor, como não apresentam, sozinhos, o conjunto dos elementos da teoria althusseriana, pois essa é muito mais ampla. Outras publicações, como “Lenin e a filosofia”, “Resposta a John Lewis”, “Elementos de autocrítica”, “O que não pode mais durar no PCF”, além das recentes publicações de textos como as duas autobiografias (“O futuro dura muito tempo” e “Os fatos”), os manuscritos publicados com o título “Sobre a Reprodução”, entre outros textos, trazem elementos necessários para se compor o quadro da teoria althusseriana.

Portanto, para propormos o referencial althusseriano como instrumento de análise, fez-se necessário um esforço no levantamento e leitura bibliográfica mais rigorosa do que a da maioria de seus leitores críticos, principalmente aqueles, que em suas críticas, tinham como referência apenas os três primeiros textos acima citados, e tomados de forma isolada, não deram conta de apresentar o conjunto dos elementos da teoria althusseriana, além de não permitir compreender o desenvolvimento histórico do pensamento do autor. Nessa perspectiva se apresentou e se organizou o primeiro capítulo. Certo de ter apresentado um conjunto mais amplo da obra e das polêmicas que envolveram o autor, o primeiro capítulo não esgotou as possibilidades de análises das várias temáticas que Louis Althusser apresenta em seus escritos. Apesar de seu limite, o capítulo cumpriu com seu objetivo, o de rerepresentar o autor numa dimensão panorâmica que permite uma compreensão da totalidade do pensamento de Althusser.

Outro objetivo a que se propôs esse trabalho foi o de recolocar os conceitos

de reprodução, Estado, Aparelhos ideológicos, escola e ideologia, reapresentados a partir da leitura do texto “Sobre a Reprodução”, permitindo uma compreensão mais sistematizada e organizada do que a que é apresentada no texto “Aparelhos Ideológicos de Estado”. Hoje, com as publicações mais recentes, este se mostrou um texto incompleto e com várias lacunas que levaram seus leitores a incompreensões do pensamento althusseriano.

A releitura possibilitou repensar os conceitos de reprodução, Estado, aparelhos ideológicos, escola e ideologia como fundamentais para análise do papel político/ideológico da escola na sociedade capitalista.

Portanto, a finalização desse trabalho significa colocar um ponto no que foi proposto a ser defendido, o de demonstrar a contribuição do referencial althusseriano para análises amplas do papel político/ideológico da escola, no contexto atual da reorganização do capital.

Esse trabalho, além de demonstrar a possibilidade da contribuição, aponta para a *necessidade* de recolocar o conceito de ideologia e da luta de classes para compreender o papel da escola, na implementação e hegemonização do projeto neoliberal.

Com certeza a finalização do trabalho não significa colocar um ponto final na temática do pensamento althusseriano, mas sim um ponto que fecha apenas uma proposta de pesquisa, mas que, ao mesmo tempo, abre um leque de possibilidades para novas pesquisas em sociologia, filosofia, política e em educação.

Dentre as várias possibilidades de novas pesquisas, a partir do referencial althusseriano, faz-se necessário investigar a reorganização do sistema escolar brasileiro, que vem sendo consolidado a partir da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, do Plano Nacional de Educação, dos Parâmetros Curriculares, das Diretrizes Curriculares, da política de privatização do ensino e suas relações com o projeto neoliberal e a imposição de medidas por parte do Banco Mundial e das resoluções das

Conferências de Jomtien e de Nova Delhi.

Outra importante indicação desse trabalho é a análise althusseriana da relação educação e sociedade, apontando para a superação dos limites das correntes de análise que se apresentam como teorias consolidadas historicamente, ou os modismos dos “novos paradigmas”, que se apresentam como única possibilidade de análises da educação no contexto atual.

BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, Louis. Acerca del Trabajo Teórico. In: **La Filosofía como Arma de la Revolución**. 21ª edición. México: Siglo Veintiuno editores, 1997.

_____. **A Favor de Marx**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

_____. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

_____. A querela do humanismo. **Crítica Marxista**: v.1, tomo9. São Paulo: Xamã, 1999

_____. A transformação da filosofia. In: **A transformação da filosofia seguido de Marx e Lênin perante Hegel**. São Paulo: Edições Mandacaru, 1989.

_____. De *O Capital* à Filosofia de Marx. In: ALTHUSSER, L; RANCIÈRE, J; MACHEREY, P. **Ler O Capital**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. v.1

_____. Elementos de autocrítica. **Posições-1**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

_____. **Filosofia e filosofia espontânea dos cientistas**. Lisboa: Editorial Presença, 1979.

_____. Freud e Lacan. In: **Freud e Lacan / Marx e Freud**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1991.

_____. Ideología y Aparatos Ideológicos del Estado. In: **La Filosofía como Arma de la Revolución**. 21ª edición. México: Siglo Veintiuno editores, 1997.

_____. La filosofía como arma de la revolución. In: **La Filosofía como Arma de la Revolución**. 21ª edición. México: Siglo Veintiuno editores, 1997.

_____. **La Revolución Teórica de Marx**. 22ª edição. México: Siglo Veintiuno editores, 1987.

_____. **Lênin e a filosofia**. São Paulo: Edições Mandacaru, 1989.

_____. Lênine perante Hegel. In: **A transformação da filosofia seguido de Marx e Lênin perante Hegel**. São Paulo: Edições Mandacaru, 1989.

_____. **Lo Que no Puede Durar en el Partido Comunista**. Madrid: Siglo Veintiuno de España editores, 1978.

- _____. **Machiavelli e noi**. Roma:Manifestolibri srl, 1999.
- _____. Marx e Freud. In: **Freud e Lacan / Marx e Freud**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1991.
- _____. Materialismo Histórico e Materialismo Dialético. In: ALTHUSSER-BADIOU. **Materialismo Histórico e Materialismo Dialético**. 2ª edição. São Paulo: Editora Global,1986.
- _____. **Montesquieu a Política e a História**. Lisboa: Editorial Presença,1972.
- _____. O Futuro Dura Muito Tempo. In: **O Futuro Dura Muito Tempo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- _____. Objeto de *O Capital*. In: ALTHUSSER, L; BALIBAR, E; ESTABLET, R. **Ler O Capital**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980. v.2.
- _____. Os Fatos. **O Futuro Dura Muito Tempo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- _____. Práctica Teórica y Lucha Ideológica. In: **La Filosofía como Arma de la Revolución**. 21ª edición. México: Siglo Veintiuno editores,1997.
- _____. Resposta a John Lewis. **Posições-1**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- _____. Sobre a relação entre Marx e Hegel. In: **A transformação da filosofia seguido de Marx e Lênin perante Hegel**. São Paulo: Edições Mandacaru, 1989.
- _____. **Sobre a Reprodução**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- _____. Sustentação de tese em Amiens. **Posições-1**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 197

ANDERSON, Perry. **As Origens da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

_____. **Considerações Sobre o Marxismo Ocidental**. 2ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?**. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 1998.

APPLE, Michel. **Educação e Poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

_____. **Ideologia e Currículo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. **Trabalho Docente e Textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade – Para uma teoria geral da política**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

CANO, Wilson. **Dilemas da Atualidade: globalização, neoliberalismo, crise do Estado, reestruturação produtiva, questão agrária, desafios do sindicalismo**. São Paulo: Centro de Estudos Sindicais, 1997.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. 3ª edição. Campinas: Papyrus, 1990.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. 31ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

CHOMSKY, Noam. **Novas e Velhas Ordens Mundiais**. São Paulo: Scritta, 1996.

DOSSE, François. **História do Estruturalismo**. Campinas: Editora Ensaio, 1993. v.1

_____. **História do Estruturalismo**. Campinas: Editora Ensaio, 1994. v.2

- EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Editora UNESP- Boitempo Editorial, 1997.
- ERIBON, Didier. **Michel Foucault e Seus Contemporâneos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1996.
- FURTADO, Celso. **O Capitalismo Global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. 6ª edição. Rio Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- _____. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- HARNECKER, Marta. **Tornar Possível o impossível: A esquerda no liminar do século XXI**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 7ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1998.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, Octavio. **Teoria da Globalização**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo – A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio**. 2ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1997.
- KATZ, Claudio & COGGIOLA, Osvaldo. **Neoliberalismo ou crise do capital?**. São Paulo: Xamã, 1996.

LENINE, V.I. Que Fazer? In: **Obras Escolhidas**. 2ª edição. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982. v.1.

LÖWY, Michel. **Ideologias e Ciências Sociais – elementos para uma análise marxista**. 11ª edição. São Paulo: Cortez, 1996.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 4ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 1980. v.1

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. Moscou: Edições Progresso, 1987.

MARX, Karl , ENGELS, Friedrich , COUTINHO, Carlos Nelson, et.al. **O Manifesto Comunista. 150 anos depois**. Rio de Janeiro: Contra Ponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

MCLENNAN, G., MOLINA, V., PETERS, R.. A Teoria de Althusser sobre Ideologia. In: CENTER for Contemporary Cultural Studies da Universidade de Birmingham (org.). **Da Ideologia**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

MOREIRA, Antônio Flávio & SILVA, Tomaz Tadeu. **Currículo, Cultura e Sociedade**. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 1999.

POULANTZAS, Nicos. **As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____. **Estado, o Poder, o Socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

_____. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

RANCIÈRE, Jacques. **Sobre a Teoria da Ideologia – a política de Althusser**. Porto: Portucalense, 1971.

RICOEUR, Paul. **Ideologia e Utopia**. Lisboa: Edições 70, 1991.

RUDÉ, George. **Ideologia e Protesto Popular**. Rio de Janeiro: Zahar Edotores, 1982.

SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs). **Pós-Neoliberalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SADER, Emir. **Estado e Política em Marx**. São Paulo: Cortez, 1993.

SAES, Décio. **A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)**. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

_____. O impacto da teoria althusseriana da História intelectual brasileira. In: Moraes, João Quartim (org.). **História do Marxismo no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998. v.3

SAVIANI, Dermeval. **Educação e Questões da Atualidade**. São Paulo: Livros do Tatu: Cortez, 1991.

SCHAFF, Adam. **Sociedade Informática**. 4ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense – Editora UNESP, 1993.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade. Uma introdução às teorias do currículo**. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. **Identidades Terminais: As transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política**. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **O que Produz e o que Reproduz em Educação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

SILVA, Tomaz Tadeu da & GENTIL, Pablo A. A. **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação.** 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da & MOREIRA, Antonio Flávio (orgs). **Currículo, Cultura e Sociedade.** 3ª edição: Cortez, 1999.

THERBORN, Göran. **La ideologia del poder y el poder de la ideologia.** México: Siglo Veintiuno, 1995.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna – Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.** 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánches. **Ciência e Revolução – o marxismo de Althusser .** Rio Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo Histórico & Civilização Capitalista.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

YOUNG, Michael F. D. **O Currículo do Futuro: Da “Nova Sociologia da Educação” a uma Teoria Crítica do Aprendizado.** Campinas: Papirus, 2000.